

GERALDO MATTOS GOMES DOS SANTOS

**PROPOSTA DE UMA TEORIA  
PRODUTIVO-CONFORMACIONAL  
DA LINGUAGEM**

CURITIBA

— 1982 —

Para minha mulher,  
Daisy Angelina Carnasciali dos Santos,  
pelos frutos que o seu carinho me permitiu: os filhos e as pesquisas.

## Proêmio

Elaborada nos anos anteriores a 1972 pelo Prof. Dr. Eurico Back e por nós, a Gramática Construtural da Língua Portuguesa apresentou o desempenho linguístico do receptor, considerando pronto e dado o produto linguístico. Nos anos posteriores, o Prof. Dr. Eurico Back dedicou-se mais a explicitar as conseqüências pedagógicas que se podiam inferir daquele modelo de teoria linguística, enquanto nos coube pesquisar as implicações lógico-matemáticas contidas no bojo da nossa axiomática, como se pode observar dos diversos números da revista Construtura.

Chegou agora o momento, já entrevisto em outras das nossas obras, de aplicarmos o mesmo modelo ao desempenho linguístico do emissor, considerando inacabado o produto linguístico, que se deve gerar e explicitar por uma síntese simultaneamente sintático-semântica, possível de dar-nos ainda os antecedentes necessários para a pesquisa de uma competência linguística baseada no comportamento verbal do comunicante. Devemos ressaltar que todas as idéias do presente trabalho constam já embrionárias dos axiomas escolhidos para o desenvolvimento do modelo construtural, mas nos passaram despercebidas: o objetivo de uma gramática receptiva da língua ocultou-nos a capacidade gerativa implícita do modelo, a qual foi confinada ao terreno estilístico, tratado também a nível de receptor de produtos acabados.

Esta pesquisa pretende explicar o processo gerativo contido no modelo construtural, mas procurou-se aliviar da nomenclatura linguística corrente para que se evitasse o extremo perigo de darmos nomes ao invés de explicarmos os fatos.

Vista a importância essencial do verbo, centramos nele a nossa tentativa e o apresentamos desde o nível de morfema até o nível máximo de período, que consideramos signo total e veículo do diálogo, susceptível de transportar a asserção, a ordem e a pergunta do emissor ao respectivo receptor.

A este ensaio levou-nos a idéia talvez ingênua de que a linguagem, enquanto linguagem, é o nascedouro do conhecimento racional e, desprezada qualquer hipótese sobre a sua gênese, constitui o mais esplêndido exemplar da inteligência humana, desde que se conseguiu com ela simultaneamente a maior simplicidade de processo e a maior complexidade de produto. E a persistência da harmonia desse paradoxo deu-nos seguros indícios para a procura dos axiomas necessários ao desenvolvimento desta teoria. Dessa consciência de desempenho linguístico provém a impressão de que operemos sobre uma linguística aplicada, conforme no-lo assegurou o Prof. Greimas, em comunicado pessoal. Entretanto, separando nitidamente os universais da linguagem e os particulares da língua, formalizando a metalinguagem por meio de um método hipotético-dedutivo e equacionando os processos emissivo e receptivo dos comunicantes, pensamos ter garantido um suficiente fundamento teórico ao modelo linguístico que desenvolvemos.

O esforço deve valer ao menos pela tentativa honesta e séria de uma teoria linguística brasileira. E, se o nosso desempenho alcançar do leitor esta concessão mínima, já nos consideramos recompensado com isso. Entretanto, qualquer que seja o julgamento do leitor, preferimos sempre a crítica ao silêncio.

Ao fim, compete-nos o agradecimento, que esteve presente desde o início de nossa pesquisa: o carinho e o penhor da Universidade Católica do Paraná nos trouxe aqui. Nós somos cria da casa. Assim também a pesquisa.

Geraldo Mattos

C O N T E Ú D O

	pág.
Proêmio .....	5
1. Introdução .....	10
1.1- Equacionamento do signo .....	12
1.1.1- Axiomas .....	13
1.1.2- Igualdade do Período .....	14
1.2- Análise do signo .....	15
1.2.1- Gramática da descoberta do signo .....	16
1.2.2- Gramática da redescoberta do signo .....	25
1.2.3- Processo de redução .....	30
1.3- Síntese do signo .....	31
1.3.1- Momento mental .....	33
1.3.2- Gramática do momento semiótico do signo ....	36
1.3.3- Gramática do momento acústico .....	47
1.4- Competência e desempenho .....	51
1.4.1- Comportamento linguístico .....	52
1.4.2- Comportamento semiótico .....	54
1.5- Teoria Conformacional da linguagem.....	55
2. Estrutura Verbal .....	60
2.1- Vocabulo Verbal .....	61
2.1.1- Aspecto Verbal .....	70
2.1.1.1- Detalhe de acabamento .....	71
2.1.1.2- Detalhe de eventualidade .....	72
2.1.1.3- Detalhe de possibilidade .....	75
2.1.2- Fundamento da Escolha .....	77
2.1.3- Combinatória Semântica .....	84
2.2- Locução verbal .....	87
3. Declaração Linguística .....	88
3.1- Alcance da declaração .....	88
3.1.1- Conceito de declaração .....	88
3.1.2- Níveis de declaração .....	93
3.1.3- Encontro de declarativos .....	100
3.2- Declaração sentencial .....	102

	pág.
3.2.1- Significado da Negativa .....	107
3.2.2- Amplitude dos Declarativos Absoluto e Relativo .....	115
<b>3.3- Declaração Periodal .....</b>	<b>124</b>
3.3.1- Complexo sentencial .....	124
3.3.2- Conteúdo declarativo .....	127
3.3.2.1- Prosódia Declarativa .....	131
3.3.2.2- Dupla Declarativa .....	136
3.3.2.3- Valor da Verdade .....	139
3.4- Estatuto da Declaração .....	143
<b>4. Expansão Verbal .....</b>	<b>145</b>
4.1- Expansão infrapredicativa .....	145
4.1.1- Regularidade coesiva .....	146
4.1.2- Verbo auxiliar .....	148
4.1.3- Predicado sentencial .....	165
4.2- Expansão suprapredicativa .....	169
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>175</b>
Notas .....	182
Bibliografia .....	217

La simplification idéale consisterait à considérer un seul aspect comme essentiel et à expliquer autant qu'il est possible tous les autres aspects de l'objet observé par cet aspect simple. L'esprit scientifique exige que la complexité qui lui est offerte puisse être analysée de façon à permettre d'extraire un seul trait et à utiliser ce trait comme une clé pour l'ensemble.

Hjelmslev

## 1. INTRODUÇÃO

Se queremos postular a universalidade do pensamento lógico, devemos comprovar a viabilidade de universalidade do racional, que se apóia na linguagem sujeita por sua vez à cultura. Surge-nos, assim, uma cadeia de anéis permissivos de um desenvolvimento mental, que parte da cultura e atinge a lógica por meio da linguagem. Elo inicial da cadeia, a cultura deve merecer-nos o maior cuidado, porque de algum núcleo universal que contenha deve provir a universalidade de algum núcleo linguístico, sobre o qual deve erguer-se agora a universalidade total da ciência.

A exigência de universais culturais, anteriores aos lógicos e aos linguísticos, de maneira nenhuma compromete a diversidade real da cultura de cada comunidade existente, porque prevemos apenas a nenhuma originalidade específica de qualquer das culturas, partidas todas de um conjunto mínimo de elementos encontráveis em cada uma. Importa reconhecer que a existência desse fundo cultural comum impôs a mesma deriva a toda tentativa de criar uma linguagem e uma lógica, diversificadas em aparência e unificadas em substância. O condicionamento imposto pela sobrevivência, que constitui o objetivo comum dos seres vivos, e a segurança de que ela dependia do diálogo entre os humanos, deve ter bastado para delinear o percurso das descobertas necessárias ao aparecimento da linguagem e da lógica, frutos da racionalidade, que era o recurso humano próprio para garantia de sobrevivência: se eram iguais o objetivo (sobrevivência) e o meio de consegui-lo (racionalidade), também igual deve ter sido o caminho percorrido, importando no produto igual da linguagem e da lógica, apesar da visível disparidade das línguas em que se manifesta a linguagem e a lógica.

A racionalidade exercida sobre o ambiente importou no conhecimento, que podia provir do questionamento do próprio indivíduo (diálogo interno) ou de outro indivíduo (diálogo externo), impondo que seja o signo o primeiro e mais importante produto da indústria humana, enquanto o questionamento do próprio objeto, encontrado no ambiente, acarretou a primeira técnica de pesquisa: a descoberta.



Entretanto, que universalidade possui a cultura?

Representando um meio de sobrevivência, foi a resposta às necessidades do indivíduo e da espécie. Nem mesmo a sobrevivência pessoal poderia ser assegurada sem o socorro do outro, porque a morte do indivíduo há de anular em algum momento a sua sobrevivência: assim, a sobrevivência social, ou a da espécie, passou a significar a primeira necessidade humana e alicerçou o fundo comum de todas as culturas. Sem nos determos demasiadamente neste ponto, podemos indicar que a ela se deve a igualdade substancial de qualquer cultura humana, impondo-nos a existência:

a) de uma comunidade mínima (família), onde se dividem as funções e os funcionários;

b) de uma comunidade maior (tribo), baseada na primeira e, por isso, também moldada em chefe e chefiados;

c) de uma doutrina sobre o mundo, que o interpretava exclusivamente para fins de sobrevivência social;

d) de uma técnica de aprendizagem sistemática, fundamentada num ensino assistemático, a que coube conservar o primitivo acervo de conhecimentos e ampliá-lo descobrindo ou criando novos recursos.

Os primeiros elementos condicionaram a necessidade da linguagem, enquanto o último permitiu ao homem desenvolvê-la e aprendê-la.

Ora, se concordamos todos com a idéia de que o objetivo ou a finalidade de um objeto lhe imprime uma forma de caracteres universais, devemos também convir que a universalidade da cultura imprimiu uma universalidade à linguagem e, por meio desta, igual à lógica. (1)

E, dentro dessa perspectiva, é que nos lançamos a este trabalho.

### 1.1. Equacionamento do signo

A mensagem, objetivo do emissor, constitui a função do signo: transita de um a outro comunicante por meio do texto que a veicula pelo espaço que divide os comunicantes. À primeira vista, o signo nos apresenta uma realidade física (o texto) e uma realidade instrumental (a mensagem), dado que o primeiro pode ser apresentado mecânica ou eletronicamente sem necessidade de ser comum ao código empregado. Com isso, com facilidade se torna objetivo o estudo do texto, a que se pode impor qualquer instrumental de laboratório. Entretanto, considerando que o signo funciona dentro de um contexto psico-social, convém definir a mensagem pelo adequamento do texto a cada um dos momentos situacionais que o acarretam, deixando-nos agora uma segunda realidade física (o contexto situacional). (2)

Essas realidades, a acústica ou a situacional, contêm inúmeros elementos variáveis, dependentes de fatores alheios ao signo desprezíveis para a análise, que deve reter exclusivamente os elementos constantes de uma e outra realidade. (3) Cada comunicante tem acesso a uma dessas realidades: o emissor conhece a realidade situacional que pretende veicular, o receptor apreende a realidade acústica por meios sensoriais. Assim, dado um código comum aos comunicantes, cada signo há de apresentar-lhes uma incógnita: o texto, para o emissor, e a mensagem, para o receptor. O desempenho linguístico consiste apenas na solução dessa equação.

Desde o signo total, que é o período (P), até o menor signo parcial, que é o morfema (M), as duas realidades extralinguísticas se tornam entidades linguísticas e se coadunam recorte a recorte: assim, a análise do signo nos demonstra também a maneira de ver cada acontecimento possível no grupo social que o maneja. Entretanto, importa que se encontrem todos os signos do período, porque apenas o conjunto integral dos signos parciais fônicos e prosódicos vai oferecer-nos os fatores necessários à compreensão da mensagem.

### 1.1.1. Axiomas

A análise do signo provém da realidade comunicativa do diálogo e sujeita-se a princípios gerais imutáveis, que lhe asseguram toda a objetividade possível. Uma vez adotados pelos pesquisadores, os axiomas imprimem a diretriz do estudo e repercutem sobre todos os setores em que se examina a linguagem, extravasando ainda para os domínios afins da antropologia e da filosofia.

A nossa pesquisa da linguagem nos tem encaminhado para vários, de que enunciaremos apenas os pertinentes a este trabalho:

a) A linguagem revela ao comunicante alguma coisa que descobre, sem necessidade de adivinhá-la.

b) O signo é um conjunto de conjuntos, sujeito a uma relação que mantém a pertinência dos seus elementos.

c) A relação linguística repousa no poder revelador da linguagem e permite quatro possibilidades distintas:

1. O primeiro elemento (a) revela o segundo (b), sem ser revelado por ele:

$a / b$  - relação de dependência à esquerda.

2. O primeiro elemento (a) é revelado pelo segundo (b) sem o revelar:

$a \backslash b$  - relação de dependência à direita.

3. Cada um dos elementos revela o outro:

$a // b$  - relação de codependência.

4. Nenhum dos elementos revela o outro:

$a || b$  - relação de independência.

Ao mesmo tempo e sob o mesmo critério, apenas uma dessas relações pode aplicar-se aos elementos do signo. (4)

d) O recorte do signo se apóia em critérios linguísticos acústicos e comparativos.

O apelo extralinguístico para o recorte do signo introduz fatores mentais na análise do signo e diminui a objetividade do estudo, desde que o primeiro postulado nos assegura que o signo nos permite descobrir o que deve ser transmitido de um a outro comunicante. Entretanto, como as variantes situacionais pertencem ao signo, é preciso conhecê-las pelo domínio da cultura da comunidade que emprega o signo. (5)

### 1.1.2. Igualdade do período

O signo comporta um conjunto indissolúvel de texto (t) e mensagem (m). O texto é o veículo, enquanto a mensagem contém o desejo do emissor (objetivo) e o meio sugerido para atingi-lo (assunto). Combinados, o texto e a mensagem constituem o signo total, que é o período:

$$P = t // m$$

A mensagem é um conjunto dissolúvel de texto e situação (s):

$$m = t / s$$

O conjunto da mensagem é dissolúvel porque, sem a situação, o texto se transforma em simples ruído, mas a situação perdura ainda que nenhum texto se lhe refira. (6)

Substituindo agora a mensagem pelo conjunto dissolúvel que a constitui, obteremos a igualdade do período:

$$P = t // (t / s)$$

Como o emissor escolhe o dado situacional que deseja transmitir, compete-lhe descobrir o texto, que representa a incógnita do seu signo:

$$P = x // (x / s)$$

O receptor apreende auditivamente o texto e desconhece o dado situacional, que representa a incógnita do seu signo:

$$P = t // (t / y)$$

Ao início da aprendizagem da linguagem, o signo nos apresenta duas incógnitas e, por isso, exige tanto concurso extralinguístico:

$$P = x // (x / y)$$

Para o morfema e outros signos parciais vale também a mesma igualdade, com a ressalva de que desaparece a mensagem pela ausência de objetivo parcial, embora continue o assunto, significado parcial obtido por associar-se o significante parcial a um recorte situacional, também parcial.

## 1.2. Análise do signo

Se pretendemos analisar o signo, logicamente supomos que ele exista e devemos colocar-nos, portanto, na função de receptor. Com essa análise é preciso reproduzir o comportamento lingüístico que permite ao receptor compreender a mensagem que o emissor lhe veicula com o texto, procurando simular o mecanismo psicológico que se movimenta para o desmonte do signo e conseqüente descoberta do assunto e do objetivo do emissor. A esse conjunto de regras, necessário ao exercício da função receptiva, chamaremos gramática receptiva, e seu objetivo consiste em compreender o período e interpretá-lo dentro dos critérios da respectiva cultura, confirmando em conseqüência a hipótese inicial de que o período pertence a um código comum a ambos. (7)

A linguagem, contudo, tem processos que dependem do conhecimento prévio de outros processos. Consideremos o período:

O menino chegou, e a menina partiu. (1)

$$\begin{array}{ccc} P_1 & + & P_2 \\ \hline & & P_3 \end{array}$$

que é a soma de dois outros períodos:

O menino chegou. (2)

A menina partiu. (3)

Ora, o período (1) pode ser compreendido apenas por quem previamente compreende os períodos (2) e (3).

Consideremos ainda estes períodos:

O menino contou esse fato. (4)

A menina partiu. (3)

O menino contou que a menina partiu. (5)

Da mesma forma, pode compreender o período (5) apenas quem for previamente capaz de segmentar o período (4):

O menino contou esse fato. (4)

e concluir para a segmentação do período (5):

O menino contou que a menina partiu. (5)

com a finalidade de estabelecer uma igualdade de função (nunca de ocupante):

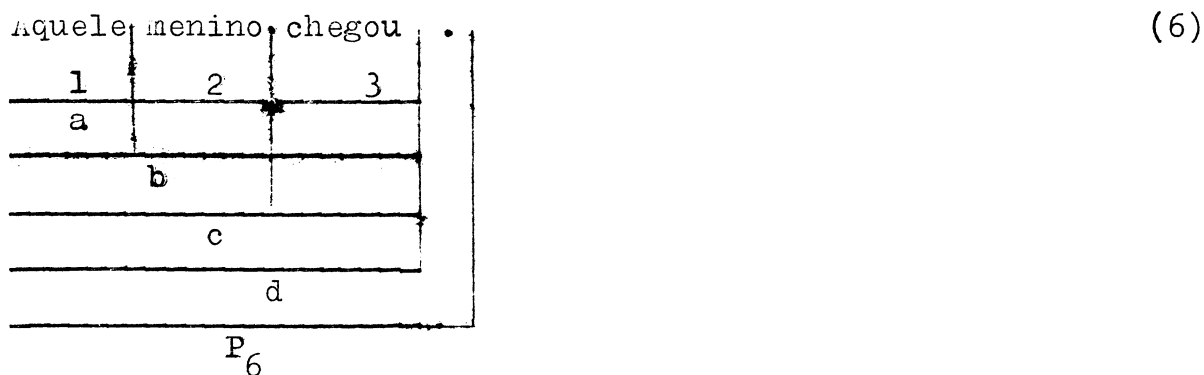
$$a_4 = a_3$$

Cabe-nos, portanto, encontrar o processo inicial da linguagem, que atua independente de quaisquer outros por ser o primeiro que se descobre no momento da aprendizagem.

### 1.2.1. Gramática da descoberta do signo: (G<sub>1</sub>)

Um processo se prende diretamente a um dos axiomas e, assim, representa a base da linguagem: o signo é um conjunto de conjuntos. Deve ser possível, portanto, desmontar sucessivamente cada signo em novos signos para chegarmos a um momento final de absoluta indivisibilidade significativa. A esse processo chamamos coesivo, porque o emissor articula os elementos do signo com base exclusiva na dependência.

O desmonte da montagem fica sujeito ao postulado de que qualquer recorte deve apoiar-se em critérios linguísticos. Assim, este período tem estes recortes, fundamentados na intensidade menor (1), média (2) e maior (3) e na tonalidade cessativa da última sílaba:



A maioria das línguas exige ainda o concurso do critério comparativo, bastando-nos comparar:

Aquele menino ...

(7a)

1	2
a	
b	

Tal menino ...

(7b)

1	2
a	
b	

O menino ...

(7c)

	2
a	
b	

para concluir que o recorte correto deve ser:

Aquele menino ...

(7a)

Tal menino ...

(7b)

O menino ...

(7c)

a b

e nunca:

Aque lemenino ...

(7d)

a b

ou ainda:

Ome nino ...

(7e)

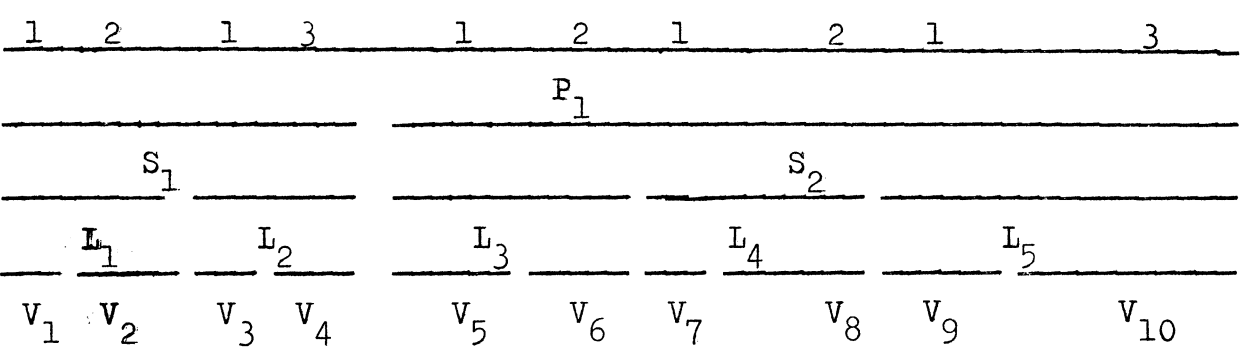
a b

O processo coesivo se descobre por uma marcha inteiramente analítica, desde que o receptor deve ter o alcance total do período em seus dois limites inicial e final, impondo-lhe a descoberta de que o período (P) se segmenta em sentenças (S), a sentença em locuções (L), a locução em vocábulos (V), o vocábulo em morfemas (M), que representam os elementos irreduzíveis, porque desaparecem abaixo deles os recortes significativos. (8)

A análise do processo coesivo se desenvolve necessariamente por cada um dos níveis, partindo sempre do período articulado pelo emissor: essa fatalidade de sequência caracteriza a gramática da descoberta do signo e há de permitir mais tarde o aparecimento de outros processos. (9)

Mediante os critérios acústico e comparativo, aplicados ao recorte do período, obtém-se por fim esta análise integral:

Não vendo sua nota, aquele aluno não mostrou grande entusiasmo. (8)



À medida que se descobre novo recorte, evidencia-se também a dependência entre os seus elementos, com base na possibilidade de o elemento independente aparecer desacompanhado do dependente. Além disso, a cada elemento independente pode prender-se mais de um elemento dependente, e há de ser independente o elemento que puder prender-se sucessivamente a cada um dos outros do mesmo conjunto. (10)

Examinando a segunda locução ( $L_2$ ), veremos que é independente o seu segundo vocábulo ( $V_4$ ), porque pode aparecer-nos qualquer destes conjuntos:

$$\dots \text{n\~{a}o vendo } \underline{\text{sua nota}} \dots \tag{9a}$$

$$\qquad \qquad \qquad V_3 \quad V_4$$

$$\dots \text{n\~{a}o vendo } \underline{\text{nota}} \dots \tag{9b}$$

$$\qquad \qquad \qquad V_4$$

impondo-nos por isso, que se marque uma dependência à esquerda:

$$V_3 \ / \ V_4$$

Por outro lado, se examinarmos a segunda sentença ( $S_2$ ), com três locuções, basta-nos observar que as locuções inicial e final se prendem diretamente à do meio para sabermos que essa ( $L_4$ ) é o elemento independente:

$$\dots \underline{\text{aquele aluno}} \ \underline{\text{n\~{a}o mostrou}} \dots \tag{10a}$$

$$\qquad \qquad \qquad L_3 \qquad \qquad L_4$$

$$\dots \underline{\text{n\~{a}o mostrou}} \ \underline{\text{grande entusiasmo}} \dots \tag{10b}$$

$$\qquad \qquad \qquad L_4 \qquad \qquad L_5$$

acarretando-se duas dependências, uma à esquerda e outra à direita:

$$L_3 \ / \ L_4$$

$$L_4 \ \downarrow \ L_5$$



Entre essas duas dependências se estabelece uma independência, porque nenhuma delas nos deixa descobrir a outra. Ou seja:

$$(L_3 / L_4) \quad || \quad (L_4 \downarrow L_5)$$

Comparando esta independência com as duas dependências anteriores, constantes ambas da sentença ( $S_2$ ), observamos que é comum o elemento independente que aparece em cada uma delas e se torna possível fatorá-lo, respeitando o ordenamento locucional:

$$L_3 / L_4 \downarrow L_5$$

Os elementos dependentes do mesmo elemento independente podem suceder-se em número aleatório, mas limitado por um critério semântico, estabelecendo um tipo especial de independência, a que chamamos aderência e marcamos pelo ponto:

$$L_4 \downarrow (L_3 \cdot L_5)$$

Aplicando isolada ou simultaneamente esses princípios, chega-se às dependências do período (8), reproduzidas a nível de vocábulo:

$$P = ((V_1 / V_2) \downarrow (V_3 / V_4)) / ((V_5 / V_6) / (V_7 / V_8) \downarrow (V_9 / V_{10}))$$

A nível de período, a mensagem é obtida pela associação do texto à situação cultural correspondente: ao texto fônico corresponde o assunto, enquanto o prosódico veicula o objetivo. Abaixo desse nível continua o processo associativo, resultando no significado total do período. (11)

As mesmas regras geram o recorte do período em sentenças, ou o da sentença em locuções, ou o da locução em vocábulos, ou o do vocábulo em morfemas, ainda que este postule apenas o critério comparativo, dado que a intensidade menor recai sobre o vocábulo e falta ao morfema qualquer intensidade significativa. Por isso, a gramática da descoberta do signo possui estas regras, que marcamos mediante o emprego da minúscula (x) para o elemento e da maiúscula (X) para o conjunto:

$$1. X = X \downarrow x$$

$$2. X = x / X$$

Cada uma delas é recursiva: aplica-se qualquer delas tantas vezes quantas necessário para esgotar o número de elementos de um conjunto.

Cada uma dessas regras significa que o falante reconhece o elemento independente do conjunto e o marca como equivalente ao conjunto inteiro. (12) Ainda a nível de período, devemos ter no caso

do período (8):  $P = S_1 / P$

A essas regras recursivas correspondem duas terminais:

$$3. X \downarrow x = x \downarrow x$$

$$4. x / X = x / x$$

As duas regras terminais podem simplificar-se numa só:

$$3. X = x$$

Preferimos, entretanto, as regras anteriores, que demonstram a correspondência entre a gramática da descoberta e a da redescoberta, de que falaremos adiante, evidenciando a reversibilidade que existe entre elas e justificando com isso a escolha do signo de igualdade para desencadear o desempenho do comunicante.

Aplicando a segunda ao período (8), obtemos:

$$S_1 / P = S_1 / S_2$$

A análise total desse período (7) importaria em aplicar sucessivamente a regra recursiva e a respectiva terminal:

$$P_1 = S_1 / P_1$$

$$S_1 / P_1 = S_1 / S_2$$

$$S_1 = S_1 \downarrow L_2$$

$$S_1 \downarrow L_2 = L_1 \downarrow L_2$$

$$L_1 = V_1 / L_1$$

$$V_1 / L_1 = V_1 / V_2$$

$$L_2 = V_3 / L_2$$

$$V_3 / L_2 = V_3 / V_4$$

$$S_2 = L_3 / S_2$$

$$L_3 / S_2 = L_3 / L_4$$

$$S_2 = S_2 \downarrow L_5$$

$$S_2 \downarrow L_5 = L_4 \downarrow L_5$$

$$L_3 = V_5 / L_3$$

$$V_5 / L_3 = V_5 / V_6$$

$$L_4 = V_7 / L_4$$

$$V_7 / L_4 = V_7 / V_8$$

$$L_5 = V_9 / L_5$$

$$V_9 / L_5 = V_9 / V_{10}$$

Enquanto o elemento independente é essencial e jamais pode faltar, o elemento dependente é acidental, mas eventualmente pode ser obrigatório, ainda que a obrigatoriedade do elemento acidental seja sempre mais comum nos níveis mais baixos: a nível de período, o elemento sentencial é virtualmente facultativo, quando acidental. Como a criança principia a aprendizagem pelo período, esta circunstância concorre para a facilidade do conceito e do valor de elemento independente ou dependente. (13)

Quando o elemento dependente é facultativo, o independente se reconhece pela característica de suprir isolado o conjunto. No caso de ser obrigatório o elemento dependente, deve-se reconhecer o independente pela possibilidade de combinar-se com cada um dos outros. Assim, dado que o sujeito ( $L_1$ ) fosse sempre obrigatório em língua portuguesa, haveríamos de reconhecer o predicado ( $L_2$ ) por poder combinar-se também com o objeto ( $L_3$ ), enquanto a tentativa de combinar-se o sujeito ( $L_1$ ) com o objeto ( $L_3$ ) nos fica vedada por motivos lexicais e semânticos:

O menino contou esse fato. (4)

$L_1$        $L_2$        $L_3$

E chegaríamos à rede correta de dependência:

$L_1 / L_2 \downarrow L_3$

O problema se coloca claramente no vocábulo de língua portuguesa, como podemos comprovar por esta análise simplificada:

Enferm eir inh a s (11)

$M_1$      $M_2$      $M_3$      $M_4$      $M_5$

Apenas o morfema ( $M_2$ ) pode combinar-se com qualquer dos outros:

$M_1 / M_2$  - tratador ( $M_2$ ) de enfermos ( $M_1$ ).

$M_2 \downarrow M_3$  - tratador ( $M_2$ ) pequeno ( $M_3$ ).

$M_2 \downarrow M_4$  - tratador ( $M_2$ ) mulher ( $M_4$ ).

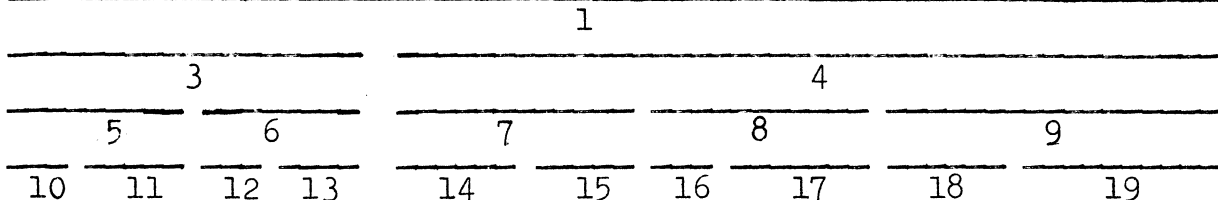
$M_2 \downarrow M_5$  - mais de um ( $M_5$ ) tratador ( $M_2$ ).

E chegamos à surpreendente descoberta de que o morfema ( $M_2$ ) deve ser considerado o elemento essencial desse vocábulo, apesar de ser um morfema preso, enquanto o morfema ( $M_1$ ) é elemento acidental, ainda que seja um morfema livre.

Como o receptor opera com os dois limites do período, deixa de haver a necessidade de estabelecer-se critério para limitar a recursividade dessas regras.

Podemos agora determinar a marcha das descobertas, que partem desde a análise do período e atingem por fim o vocábulo:

Não vendo sua nota, aquele aluno não mostrou grande entusiasmo 2 (8)



Creemos que seja pequeno o rendimento morfêmico em toda língua que contenha aleatoriamente a possibilidade de encontrarmos um vocábulo de um ou mais morfemas para denotar referentes da mesma classe cultural. (14)

Se a língua portuguesa tivesse um alto rendimento morfêmico, era necessário encontrarmos estes três vocábulos, mas o terceiro deles é inaceitável à norma, ainda que possamos requerê-lo no sistema:

- Dentista                      - trata do dente.                      (12a)
- Oculista                       - trata do olho.                        (12b)
- Corpista                       - trata do corpo inteiro (médico). (12c)

Nenhum falante haveria de entender o vocábulo (12c), salvo se o contexto verbal for extenso ou o contexto natural muito restrito.

Entretanto, se um falante da nossa língua quiser denotar uma atividade futura, aleatória e anterior a uma segunda atividade, necessariamente deve empregar determinado morfema:

- Se eu for, (ele há de agradecer-me).                      (13a)
- Se eu tiver, (ele há de agradecer-me).                      (13b)
- Se eu quiser, (ele há de agradecer-me).                      (13c)
- (Seja lá) quem for, (ele há de agradecer-me).                      (13d)
- (Seja lá) quem tiver, (ele há de agradecer-me).                      (13e)
- (Seja lá) quem quiser, (ele há de agradecer-me).                      (13f)

Aparecendo a necessidade absoluta de se empregar determinado ocupante de uma classe de morfemas, o rendimento cresce e, para cada caso de diálogo, o falante escolhe o morfema específico com base no contexto natural que deseja veicular a seu receptor. Ao

contrário, quando o vocábulo é aleatoriamente constituído por um ou mais morfemas, o falante escolhe o vocábulo diretamente, podendo acontecer que conheça o vocábulo e desconheça algum de seus morfemas: um falante pode conhecer o vocábulo enfermeira e desconhecer o vocábulo enfermo, porque usa apenas o primeiro deles. Nenhuma consciência precisa ter o falante de que o vocábulo enfermeira possua dois morfemas e deva dividir-se deste modo:

Enferm(o) / eir(o) † a. (14)

Vem disto a surpresa que pode atacar-nos quando analisamos os componentes de vocábulos que consideramos primitivos e indecomponíveis:

Tint(a) - eiro. - que contém tinta. (15a)

Palit(o) - eiro. - que contém palito. (15b)

Rib - eiro. - que contém riba (margem). (15c)

Cu - eiro. - ... (15d)

Por esse motivo, consideramos neste trabalho apenas os morfemas de rendimento inteiramente regular: a classe dos morfemas flexivos.

Como o desempenho do ouvinte repousa sobre a análise, é necessário que o período seja o signo inicial (vocabulário inicial), enquanto o vocábulo constitui o signo final (vocabulário final), permitindo assim ao comunicante organizar o seu léxico.

Resta-nos ainda uma palavra sobre a classe do período, que responde pelo objetivo do emissor e a que serve de significante algum elemento supra-segmental, acrescido por vezes de algum elemento segmental sequencial, vocabular ou locucional. O período (12) nos apresenta o primeiro: a descoberta 2 equivale à consciência de uma linha melódica, que se associa ao contexto natural para produzir o significado simultâneo de conhecimento de um fato.

O elemento sequencial deve ser descoberto pelo critério comparativo, examinando a desigualdade de contexto criada pela desigualdade de ordenamento, a que acresce ainda a desigualdade prosódica, porque o elemento segmental pode ser um signo redundante do signo supra-segmental.

A classe de período requer uma quinta regra, já terminal:

$$5. X = X_1 \dagger X_2$$

Ao significado do período despojado da prosódia ( $X_1$ ) chamamos vivência. A vivência corresponde ao assunto do período e implica numa experiência humana.

Ao fim da aprendizagem da gramática da descoberta do signo, o receptor tem uma série de conhecimentos sobre a língua, sujeitos todos aos axiomas sobre que operamos:

a) Reconhece a consistência e a função do signo linguístico, que se desarticula desde o período até o morfema.

b) Identifica a codependência entre significante e significado pelo aparecimento simultâneo de ambos.

c) Compreende que o significado pode ser descoberto conjugando o significante ao contexto natural, eliminadas as variantes verbais e situacionais identificadas em cada ocorrência do signo. (15)

d) Toma consciência do molde sintático, válido para o processo coesivo de todos os níveis, em que ao elemento independente se prende um por um cada elemento dependente, constituindo várias duplas com o mesmo elemento independente e configurando uma espécie de sistema solar, já entrevisto por outros autores, que deixarem, entretanto, de aproveitá-lo e desenvolvê-lo plenamente. (16)

Esse molde coesivo, ou sintático, constitui a regra maior de qualquer gramática e pode ser descrito por esta fórmula:

$$X = x_1 \downarrow x_2 \cdot x_3 \cdot \dots \cdot x_{n-1} \cdot x_n$$

Considerando ainda que o elemento independente e os respectivos dependentes pertencem todos ao mesmo nível, podemos abreviar a fórmula do molde coesivo:

$$X = \prod_{i=1}^n x_i$$

O processo coesivo fica assegurado pela possibilidade de termos um único elemento. Ou seja:

$$i = n = 1$$

Se o elemento ( $x_1$ ) pode cumprir isolado o conjunto, os outros elementos devem todos ser dependentes.

O produtório há de equivaler a este conjunto:

$$\begin{aligned}
 X &= x_1 \\
 &= x_1 \uparrow x_2 \\
 &= x_1 \quad \uparrow x_3 \quad \dots \\
 &= x_1 \quad \quad \uparrow \dots \\
 &= x_1 \quad \quad \quad x_n \\
 &= x_1 \quad \quad \quad \uparrow x_n
 \end{aligned}$$

As regras da gramática da descoberta do signo devem aplicar-se sujeitas ao molde coesivo. (17)

### 1.2.2. Gramática da redescoberta do signo: (G<sub>2</sub>)

A primeira gramática é temporária e permite ao receptor uma compreensão limitada do signo, dado que lhe escapam os outros processos sintáticos. Entretanto, constitui um conhecimento prévio para o exercício cabal da função de receptor, que é verdadeiramente a de reconstruir a síntese operada pelo emissor e rearticular o signo ao mesmo tempo que o articula o emissor.

Nesta segunda gramática, o signo tem apenas limite à esquerda e vai sendo articulado pelo receptor à medida que este o escuta do emissor, identificando cada elemento por critérios acústicos ou comparativos e os integrando em signos a cada vez mais amplos até chegar ao período, limite que lhe é imposto pelo emissor. A prova é fácil: se o emissor pára a qualquer momento antes do término do período, o receptor compreende exatamente a parte já enunciada, ainda que constituída de elementos puramente dependentes, deixando de haver entendimento apenas se faltar a maior parte do primeiro morfema.

Pode parecer que o processo de articular seja o inverso do processo de analisar, mas ambos se distinguem exatamente pela presença de dois limites no período que se analisa e pela ausência do limite à direita no período que se articula.

Entretanto, o produto de um e outro processo é absolutamente o mesmo. (18)

Se tomarmos este período (8), que analisamos, veremos que o receptor escuta a primeira intensidade menor e delimita por ela o primeiro vocábulo:

Não ... (8)

$$\frac{1}{V_1}$$

Nesse meio tempo, o emissor continua e profere o segundo vocábulo, agora com intensidade média de locução, permitindo ao receptor descobrir o limite final da primeira locução:

Não vendo ... (8)

1	2
$V_1$	
$L_1$	

Terminando o receptor a descoberta da locução, compreende que lhe apareceu uma lacuna, que completa com um segundo vocábulo, à vista do critério comparativo:

Não vendo ... (8)

1	2
$V_1$	$V_2$
$L_1$	

O emissor prossegue e deixa escutar nova intensidade menor, que assinala para o receptor a existência de novo vocábulo:

1	2	1
$V_1$	$V_2$	$V_3$
$L_1$		

Agora, o emissor atinge o término da primeira sentença e o receptor escuta a primeira intensidade maior, que o leva de imediato à descoberta da primeira sentença do período:

Não vendo sua nota ... (8)

1	2	1	3
$V_1$	$V_2$	$V_3$	
$L_1$			
$S_1$			



Sobram-lhe duas lacunas, uma de locução e outra de vocábulo, que se completam pelo critério comparativo:

Não	vendo	sua	nota	...	(8)
1	2	3	4		
V <sub>1</sub>	V <sub>2</sub>	V <sub>3</sub>	V <sub>4</sub>		
L <sub>1</sub>		L <sub>2</sub>			
S <sub>1</sub>					

E o processo se repete assim que chegar aos ouvidos do receptor o primeiro vocábulo da segunda sentença, culminando no fim do período pelo aparecimento da tonalidade cessativa. (19)

O modelo pode talvez sugerir que sejam inversas a análise e a síntese. Entretanto, basta-nos seguir a marcha das descobertas, marcadas agora por números, para vermos que uma e outra difere profundamente:

a) Modelo da descoberta:

Não vendo sua nota, aquele aluno não mostrou grande entusiasmo .(8)

				1					2
3				4					
5	6	7	8	9					
10	11	12	13	14	15	16	17	18	19

b) Modelo da redescoberta:

Não vendo sua nota, aquele aluno não mostrou grande entusiasmo .(8)

1	3	4	7	8	10	11	13	14	17
2		6		9		12		16	
5				15					
18						19			

Um período de apenas dez vocábulos exige dezenove descobertas sucessivas para chegarmos à síntese integral. Se o período contivesse ainda outra sentença, havia de seguir-se nova intensidade menor, que nos assinalaria a existência de novo vocábulo (décima nona descoberta). (20)

Compreendemos agora que o desempenho do receptor consiste em descobertas sucessivas que lhe permitem recompor o signo que lhe veicula o emissor exatamente na medida em que ele lhe é veiculado.

A rede de dependência deste período (8) nesta gramática da re descoberta do signo coincide com a que vimos na gramática da des coberta, mas divergem as regras que subjazem a este processo de síntese:

$$1. x \uparrow x = X \uparrow x$$

$$2. x \uparrow x = x / X$$

Novamente, cada regra é recursiva, sem necessidade de critério para estabelecer-lhe limite, porque este advém da vontade do emissor.

E acrescentem duas regras terminais, que asseguram o processo integrativo dos signos parciais sucessivos num único signo imediatamente superior:

$$3. X \uparrow x = X$$

$$4. x / X = X$$

A classe de período é dada por uma regra terminal:

$$x_1 \uparrow x_2 = X$$

O momento de aplicar esta regra é decidido pelo encontro do significante do significado da classe de períodos.

Comprova-se agora a escolha do sinal de igualdade pela reversibilidade das duas gramáticas: as regras recursivas da gramática da descoberta correspondem às terminais da redescoberta, e as regras terminais da gramática da descoberta correspondem às recursivas da redescoberta.

Entretanto, estas regras governam apenas o estrito processo coesivo, porque existem outras para estabelecer os processos que perturbam de alguma maneira a marcha ascendente dos níveis, seja marcando passo em determinado nível (processo coordenativo), seja saltando vários níveis para cima (processo promotivo) ou para baixo (processo subordinativo). Como qualquer destes processos interrompe a marcha coesiva, esse distúrbio serve também para evidenciá-los. Como o alcance deste trabalho é limitado, omitimos estas regras e citamos apenas o período (4), comparando-o com este:

O menino contou que presente esta aluna vai ganhar. (16)

 $L_1$ 
 $L_2$ 
 $L_3$ 
 $L_4$ 
 $L_5$ 

Se estivesse correta essa sequência de locuções, cada uma delas deveria poder prender-se à única independente do conjunto e,

assim, seria forçoso obtermos estes pares:

O menino contou ... (17a)

$L_1$        $L_2$

... contou que presente ... (17b)

$L_2$        $L_3$

... contou esta aluna ... (17c)

$L_2$        $L_4$

... contou vai ganhar ... (17d)

$L_2$        $L_5$

Como é patente o desacordo semântico desses pares, segue-se que houve nesse ponto um distúrbio da marcha coesiva e interveio o processo subordinativo, levando-nos a outro tipo de síntese:

O menino contou que presente esta aluna vai ganhar. (16)

$L_4$        $L_5$        $L_6$

$S_1$

$P_1$

$L_1$

$L_2$

$L_3$

$S_2$

$P_2$

O conjunto subordinado constitui um elemento pré-fabricado: o falante precisa de uma terceira locução ( $L_3$ ) e, para tanto, articula previamente um período inteiro.

Nesta etapa, o início e o término do desempenho do receptor são também condicionados ao molde coesivo, mas em ordem inversa, dado que agora se rearticulam os signos:

$$\prod_{i=1}^n x_i = X$$

Dada a prioridade do molde coesivo, nenhuma dificuldade apresenta ao receptor a seqüência de vários elementos dependentes no mesmo nível, porque a regra maior lhe assegura que deve caminhar ao encontro do elemento independente, conservando no arquivo da memória os dependentes descobertos.

### 1.2.3. Processo de redução

Pensemos num garoto que subiu a uma árvore e, chamado por um companheiro, virou-se e despencou, ferindo-se seriamente. Por um longo tempo há de acorrer-lhe à mente toda a cena daquele acontecimento, cheia de circunstâncias: deve recordar-se do companheiro (nome, lugar em que se encontrava, motivo de ele o chamar, resposta que se devia dar) e de todos os outros detalhes. Aos poucos, porém, vai falhando a memória e muitos anos mais tarde talvez se lembre apenas de que levou um tombo feio. Esse mínimo antes do esquecimento total constitui o significado central daquela cena e, para compreendê-la perfeitamente, é preciso partir dos detalhes em busca dessa essência.

A gramática da descoberta ( $G_1$ ) e a da redescoberta ( $G_2$ ) devem possuir um processo de redução que permita ao falante atingir a essência do acontecimento veiculado pelo signo.

Esse processo de redução se baseia no conceito da dependência, em que o elemento independente pode prescindir do dependente, manifestando isolado o conjunto inteiro. Podemos dar-lhe esta regra:

$$a / b = b$$

ou ainda, no caso de uma dependência à direita:

$$a \downarrow b = a$$

Consideremos o período (6), a que acrescentamos o vocábulo vazio (ausência de negativa), que torna positiva a sentença:

Aquele menino  $\emptyset$  chegou. (6)

$$V_1 \quad V_2 \quad V_3 \quad V_4$$

A sentença desse período nos oferece estas dependências:

$$(V_1 / V_2) / (V_3 / V_4)$$

Aplicamos o processo de redução a cada conjunto entre parênteses:

$$V_1 / V_2 = V_2$$

$$V_3 / V_4 = V_4$$

e obtemos novo conjunto, agora já reduzido:

$$V_2 / V_4$$

que pode sofrer a redução final e dar-nos a essência desse acontecimento:

$$V_2 / V_4 = V_4$$

Obtemos com isso a essência do acontecimento: falou-se de chegada. A redução deu-nos produtos equivalentes, mas cada vez menores:

$$(V_1 / V_2) / (V_3 / V_4) = (V_2 / V_4) = V_4$$

Tornemos agora ao conjunto de dependências do período 8):

$$((V_1 / V_2) \downarrow (V_3 / V_4)) / ((V_5 / V_6) / (V_7 / V_8) \downarrow (V_9 / V_{10}))$$

a que aplicamos sucessivamente o processo redutivo:

$$(V_2 \downarrow V_4) / (V_6 / V_8 \downarrow V_{10}) = V_2 / V_8 = V_8$$

Chegamos novamente à essência do acontecimento: falou-se de mostra.

O vocábulo final desse processo redutivo é formado por um conjunto de morfemas de alto rendimento, o que explica a facilidade extrema de o falante criar novos vocábulos desse tipo. Assim, podemos ainda submetê-lo ao mesmo processo:

$$\text{Mostr } \underline{a} \quad \underline{r} \quad \underline{r} \quad (18)$$

$$M_1 \quad M_2 \quad M_3$$

E teremos:

$$(M_1 / M_2) \downarrow M_3 = M_2 \downarrow M_3 = M_2$$

E ficamos com a essência absoluta, a nível de morfema no caso da língua portuguesa: falou-se de acontecimento. (21)

O processo redutivo aplica-se igualmente à descoberta e à redescoberta, dado que o conjunto de dependência de uma e de outra coincide ponto por ponto.

### 1.3. Síntese do signo

Com facilidade pode-se pensar que a síntese do signo, operada pelo emissor, tenha também o seu início à esquerda e, dessa maneira, coincida com o período da gramática de redescoberta do signo. O engano consiste em que a síntese linguística não é exatamente o oposto da análise e, além disso, o período emissivo a-

travessa um momento semiótico ( $G_3$ ), em que é gerado, e um momento acústico, em que é manifestado ( $G_4$ ). É fácil a prova: como é comum à espécie humana o impulso da procura de abrigo, alimento e cônjuge, além dos meios propiciados pelo ambiente para anulá-lo, o momento semiótico deve ser universal, porque se fundamenta na própria racionalidade (22), enquanto a experiência direta nos demonstra a extrema diversidade do momento acústico, já que nos basta pensar no ordenamento diferente da cadeia de signos parciais de cada comunidade linguística. Ainda mais: se é também universal a dependência, que gera o processo coesivo, devemos crer que o elemento dependente ocorra ao cérebro depois do independente respectivo, dado que este existe sem aquele, mas nunca ao contrário. Este argumento se evidencia no caso de haver concordância entre os ocupantes de funções diversas, conforme se observa nesta seqüência de vocábulos:

... esta criança ... (19a)

$V_1$        $V_2$

Embora enunciado em primeiro, o vocábulo ( $V_1$ ) foi escolhido depois do segundo ( $V_2$ ), desde que se teve de escolher uma das quatro possíveis formas de ( $V_1$ ) com base na forma exclusiva de ( $V_2$ ), posterior no ordenamento da seqüência. Com isso, compreendemos que o momento semiótico e o acústico possuem ordenamento diverso:

... criança esta ... - momento semiótico. (19b)

$V_2$        $V_1$

... esta criança ... - momento acústico. (19a)

$V_1$        $V_2$

Em termos de dependência, encontramos:

$V_2 \uparrow V_1$  - dependência à direita.

$V_1 / V_2$  - dependência à esquerda.

A dependência à esquerda, presente apenas no momento acústico, implica na existência do elemento suspenso, que é retido na memória enquanto se manifesta cada elemento dependente, de escolha posterior, mas de enunciado anterior: assim, o vocábulo ( $V_2$ ) era um elemento suspenso na seqüência acústica. Qualquer série

de elementos suspensos sobrecarrega enormemente a memória e, por isso, parece haver um limite ao número deles, estabelecido pela própria estrutura do processo coesivo com base na distância entre os níveis extremos. (23)

O momento semiótico e o acústico operam já com significados, mas entende-se que o referente deve ser anterior ao significado e, desse modo, deve também existir um momento ainda anterior ao semiótico, em que se forma no cérebro a imagem do acontecimento, interpretado com base no contacto sensorial de que proveio o impulso. Este momento mental ( $G_0$ ) responde pelo aparecimento das idéias e dele derivam os outros dois momentos. (24)

### 1.3.1. Momento mental.

Atingido pelo impulso, interno ou externo, o emissor fica obrigado ao raciocínio que o arrasta por etapas sucessivas, dispostas de maneira tal que a anterior determina a posterior:

a) Analisa-se o impulso para descobrir-se o objetivo, que é o meio de anulá-lo.

b) Analisa-se o objetivo para descobrir-se o assunto, que é o meio de conquistá-lo mediante o concurso próprio, ou o alheio, solicitado por um comportamento semiótico.

c) Analisa-se o assunto para se descobrirem todas as circuntâncias que o constituem.

Neste momento mental, interferem apenas imagens de referentes, que independem de signo. Assim, advindo o impulso do frio, a sua análise nos fornece o objetivo do calor, que nos leva por seu turno ao assunto do agasalho, meio de dar-nos o calor que anula o frio: o sensorial transforma-se em perceptivo para ser interpretado em termos de idéias, representando cada uma um pensamento puro que se pode comparar talvez ao conteúdo perceptivo irracional, inteiramente livre de signo correspondente. (25)

Formulamos a hipótese de que também o momento mental se atenha ao critério de revelação. Efetivamente, se o homem evoluiu para a conquista da linguagem que se baseia nesse poder de revelar, deve ter trazido para ela os mecanismos mentais com que foi

capaz de engendr<sup>á</sup>-la ou seja: o domínio da linguagem apenas prosseguiu com o esquema anterior de pensamento, ainda que o tenha tornado maleável pela possibilidade de circunstanciar o acontecimento e torná-lo presente mediante o signo, que o evoca do tempo ou da distância.

O momento mental diverge profundamente do semiótico: neste parte-se do elemento independente para o dependente, enquanto a quele exige o conhecimento prévio do elemento dependente, cuja característica de revelador há de levar o comunicante à descoberta do independente e revelado. Qualquer destes dois momentos diverge também do acústico, porque o mental tem apenas a marcha do dependente para o independente e o semiótico possui exclusivamente a marcha do independente para o dependente, enquanto o acústico nos apresenta uma e outra marcha, com a ocorrência sujeita aos azares de cada cultura.

O procedimento deste momento mental pode pautar-se por duas regras. A primeira nos leva à descoberta de um assunto (a) que conquistou um objetivo (o) que anula um impulso (i), enquanto a segunda nos indica que um assunto ( $a_1$ ) pode revelar-nos outro ( $a_2$ ):

$$1. i / o / a$$

$$2. a_1 / a_2$$

Como o irracional também domina essas regras, a racionalidade deve ter provindo de alguma capacidade integrativa que se tenha desenvolvido na espécie a ponto de permitir-lhe transformar a primeira regra:

$$1. i / (o / a)$$

alterar a relação do segundo elemento:

$$1. i / (o // a)$$

e conseguir com isso o conceito de mensagens:

$$m = o // a$$

Se voltarmos agora ao período (8), podemos examinar o momento mental em que ele nos aparece:

- Não vendo sua nota, aquele aluno não mostrou grande entusiasmo. (8)

O momento mental, referente a esse período, nos apresenta o reconhecimento de uma ausência, a de nota, e um retraimento de



alegria: o reconhecimento da ausência da nota importou no retraimento da alegria, enquanto a tomada de consciência desses fatos (alguém encontrou outras notas e, por isso, demonstrou o seu pensar) determinou o impulso de noticiá-los por meio de um período assertivo. Assim, o assunto do primeiro fato levou o emissor ao segundo fato:

$a_1$  - reconhecimento da ausência da nota.

$a_2$  - retraimento da alegria.

$a_1 / a_2$

A identidade de processos entre ( $G_0$ ) e ( $G_1$ ) vai permitir ao comunicante aprender o exercício da linguagem pela descoberta de suas funções: a interpretativa e a comunicativa.

A função interpretativa aparece com a própria aprendizagem de ( $G_1$ ), dado que o receptor aprende a ver o mundo sob o critério do poder revelador da linguagem, simultaneamente fator constitutivo do processo coesivo. A segunda função surge com ( $G_3$ ), que se conforma em ( $G_4$ ) para os fins de veicular por signos as imagens de ( $G_0$ ).

Reconhecemos apenas essas duas funções na linguagem, dado que outros autores confundem os assuntos veiculados com os objetivos propostos à linguagem pelo homem ou, ainda, as modalidades diversas da função comunicativa (impressiva ou expressiva) com os mesmos objetivos da linguagem. (26)

O momento mental desconhece notícia ou pergunta, porque encara apenas as imagens dos acontecimentos. Entretanto, uma vez efetuadas as suas marchas, serve-nos como impulso para o momento semiótico. (27)

O momento mental opera com os fatos, apresentando-nos as cenas que os reproduzem mediante um processo coesivo em que se articulam rigorosamente as imagens das cenas do fato. Como o momento da descoberta, incorporado ao momento da redescoberta, trabalha sobre o mesmo processo, nada impede que a cada fato do momento mental corresponda um período do momento da descoberta ou da redescoberta, antes que essa contenha regras de distúrbio do processo coesivo. Além disso, qualquer período do momento da redescoberta pode ser reproduzido em signos de descoberta e, conseqüentemente, em imagens do momento mental.

Consideremos o período (5):

O menino contou que a menina partiu. (5)

Esse período único pode ser desenvolvido em dois períodos do momento da descoberta:

A menina partiu. (3)

O menino contou esse fato. (4)

Esses períodos aparecem isolados, ainda que os reúna uma dependência do período (4) para o período (3), porque este é revelado por aquele. A conjunção a que podemos submetê-los, pertence já ao momento da redescoberta, porque implica em quebra do processo coesivo:

A menina partiu e o menino contou esse fato. (20)

Os períodos (3) e (4) representam apenas o desmonte do período (5) em termos de momento mental ou momento de descoberta. Assim que o falante ultrapassa o momento da descoberta e torna-se um receptor efetivo, deixam de ser linguísticos os períodos (3) e (4), enquanto considerados etapas geradoras do período (5). Anterior ao momento semiótico, o mental há de escolher as imagens desses dois fatos e apresentá-las ao semiótico. Neste momento, cabe ao falante escolher a possibilidade dos períodos (3) e (4), mediante o processo coordenativo, ou a do período (5), mediante o processo subordinativo. Havendo a escolha do período (5), as imagens do fato do período (3) chegam ao emissor apenas na hora de gerar o objeto da sentença.

### 1.3.2. Gramática do momento semiótico do signo

O desempenho do momento semiótico se exerce diretamente sobre o mental e se torna rapidamente mais amplo e maleável, dada a racionalidade humana. E o motivo é que a dependência de fatos do momento mental nos é imposta pela própria lógica dos fatos, enquanto depende de pura escolha do emissor a dependência de fatos do momento semiótico, equivalendo por isso ao exercício de uma influência do enunciador sobre o enunciado. (28)

Assim, o período (8) tem apenas esta dependência no momento mental:

$$a_1 / a_2$$

No processamento do momento semiótico, entretanto, cabe ao emissor a possibilidade de tomar o primeiro fato ( $a_1$ ) por fato independente, impondo que o segundo se considere um efeito, ou tomar por independente o segundo fato ( $a_2$ ), impondo que o primeiro se considere uma causa, ou julgá-los ambos independentes, deixando a cargo da lógica dos fatos o encadeamento de causa e efeito. Neste caso, aparece-nos o processo paratático, que identifica os momentos mental e semiótico, implicando em língua primitiva. O momento semiótico pode, portanto, transformar em duas a dependência única do mental:

$a_1 / a_2$  - Não vendo sua nota, não mostrou entusiasmo. (8)

$a_1 \uparrow a_2$  - Não viu sua nota, não mostrando entusiasmo. (21)

Terminado o momento mental, deve chegar-nos algum outro impulso, ou teríamos pensamentos esparsos na mente. Com esse impulso advém-nos também o objetivo que determina o assunto do futuro signo, de que nos valeremos para solicitar o concurso alheio. Segue-se a análise desse assunto para a descoberta das circunstâncias que o constituem, expandindo o elemento independente inicial, a que chamamos princípio, por meio de elementos dependentes, que denominamos acréscimos, integrados imediatamente em novo elemento independente de nível superior, capaz de sofrer idêntica expansão. Com a análise do assunto inicia-se propriamente o momento semiótico, porque este implica no aparecimento do significado, a que se deve apor o respectivo significante, incógnita do signo emissivo.

A escolha do texto, que parte de um morfema independente inicial, se desenvolve sob pressão de um recorte da situação, impondo-nos um novo conceito para o signo durante o momento semiótico:

(s / t) // t

Ou seja: um recorte situacional nos deixa descobrir o recorte textual correspondente, implicando no significado inicial, que passa a codepender com o recorte textual já descoberto. (29)

O signo inicial, aqui considerado a nível de vocábulo para maior simplicidade expositiva, deve ser o elemento inteiramente independente e, por isso, deve corresponder a uma espécie de etici

queta de cada um dos assuntos possíveis na cultura. Podemos compará-lo ao número de uma página, que serve para identificá-la diante de todas as outras: anunciar o número ou a etiqueta equivale, neste caso, a identificar rigorosamente a página ou o assunto. Por isso, a etiqueta nos fornece por si mesma um resumo do acontecimento todo e merece o nome de fato. Ainda que lidemos com uma série de acontecimentos e cada um deles apresente circunstâncias iguais, o puro fato há de bastar-nos para distingui-los. Podemos compreendê-lo por esta série de acontecimentos em que coincidem todas as circunstâncias (C), mas divergem os fatos (F):

O menino escapou do quarto para a sala. (22a)

O menino andou do quarto para a sala. (22b)

O menino correu do quarto para a sala. (22c)

O menino veio do quarto para a sala. (22d)

O menino foi do quarto para a sala. (22e)

O menino subiu do quarto para a sala. (22f)

O menino desceu do quarto para a sala. (22g)

O menino pulou do quarto para a sala. (22h)

C<sub>1</sub>      F                      C<sub>2</sub>                      C<sub>3</sub>

Como se identificam o locomotor (C<sub>1</sub>) e os pontos inicial (C<sub>2</sub>) e o terminal (C<sub>3</sub>), qualquer desses períodos distingue-se exclusivamente pelo fato:

O menino correu do quarto para a sala. (22c)

C<sub>1</sub>      F<sub>3</sub>                      C<sub>2</sub>                      C<sub>3</sub>

O menino desceu do quarto para a sala. (22g)

C<sub>1</sub>      F<sub>7</sub>                      C<sub>2</sub>                      C<sub>3</sub>

De maneira nenhuma se afirma que o signo inicial deva ser um verbo, como acontece na maioria das línguas ocidentais, porque importa apenas que o signo inicial seja o elemento independente de nível mais baixo, sob o critério sintático da dependência, e a etiqueta do assunto, sob o critério semiológico da escolha. (30)

O processo redutivo, que ocorreu durante os momentos da descoberta e da redescoberta do signo, implica em que o receptor aprenda que elemento se deve considerar essencial e primeiro, constitutivo do ponto de partida de cada novo signo.

A esse elemento inicial e original da linguagem, manifestado pelo verbo ou por vocábulo equivalente, é que se tem dado preferentemente o nome de palavra (verbo), e a tal ponto que o comportamento linguístico é dito comumente comportamento verbal. Justifica-se essa identidade porque a linguagem se reduz a uma expressão de verbo ou de vocábulo equivalente. (31)

Entretanto, a escolha desse signo inicial é mais complexa, ainda que seja efetivamente imposto pelo objetivo e pelo impulso. Podemos distinguir as etapas por que passamos de um fato a uma etiqueta de fato, propondo três tipos de verbetes: (32)

a) O verbete natural equivale ao próprio acontecimento em termos de imagem de ( $G_0$ ), comuns ao racional e ao irracional: é um verbete extrapessoal e extra-social, porque representa a realidade objetiva, anterior ao percepto e, por isso, independente de restrições individuais ou coletivas.

b) O verbete semiótico equivale ao signo de ( $G_3$ ): é intrapessoal e intra-social, dependendo de julgamento apoiado em caracteres individuais e coletivos e diretamente derivado do verbete natural, mas acrescido das circunstâncias humanas e representativo da realidade subjetiva, aquela que a nossa cultura nos deixa ver, a cada caso. (33)

c) O verbete lexical equivale ao signo de ( $G_4$ ) e sofre as restrições impostas pelo desempenho. (34)

O verbete natural é extralinguístico e o verbete lexical é linguístico, mas o verbete semiótico é simultaneamente extralinguístico, enquanto subordinante do natural, e linguístico, enquanto subordinado ao lexical. Os verbos matar e assassinar constituem dois verbetes semióticos, mas apenas um verbete natural, enquanto os verbos matar e suicidar requerem dois verbetes lexicais, mas apenas um verbete semiótico. (35)

Tornando agora ao período (8), podemos examinar a maneira de gerá-lo no momento semiótico, considerada já vencida a fase do momento mental, de que nos proveio apenas um conjunto de dois fatos, com o segundo descoberto à vista do conhecimento do primeiro:

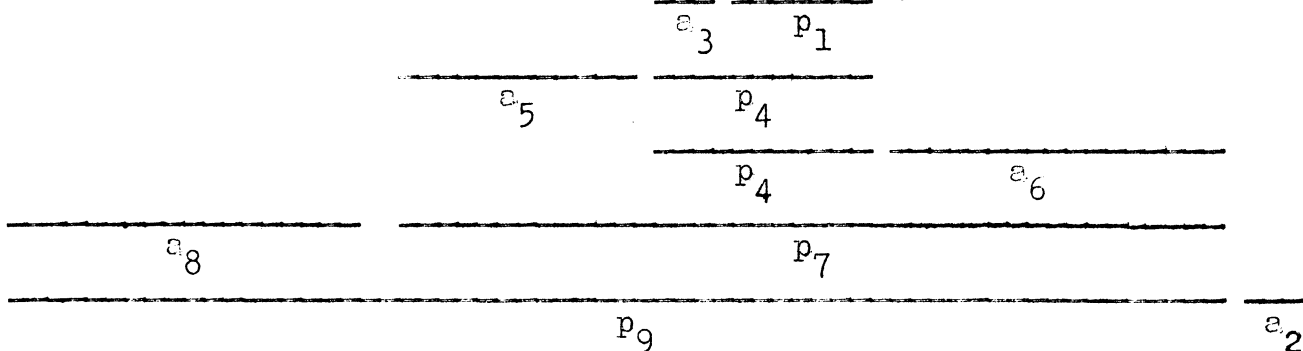
$$a_1 / a_2$$

O signo inicial do período do momento semiótico depende da escolha do emissor, baseada em fatores diversos da lógica dos aconte-

tecimentos, e vai representar o assunto mais importante aos olhos do comunicante, chamando para ele a atenção do ouvinte. Efetivamente, o período (8) nos fala de um retraimento de alegria, enquanto o (21) nos fala de uma ausência. Assim, o momento mental constitui apenas um arquivo de acontecimentos, enquanto o semiótico nos fornece um programa de acontecimentos na dependência do emprego que fizer o emissor dos acontecimentos que lhe propicia o arquivo.

Como o impulso atinge por hipótese uma circunstância do segundo pensamento ( $a_2$ ), o signo inicial vai ser escolhido com base na aquela etiqueta que o resume, dado que constitui o elemento independente de nível inferior. Assim, nível a nível se forma o período com sucessivos acréscimos ( $a$ ) a cada novo princípio ( $p$ ). O processo coesivo inicia-se pela primeira dependência e nos fornece o primeiro conjunto, que se toma por novo elemento independente para permitir-nos outra expansão: ao termo do processo, há de aparecer-nos o período inteiramente articulado num ordenamento estrito e rígido, que vai do elemento sempre independente para o elemento sempre dependente. O produto obtido vai distinguir-se do que nos deu a gramática de redescoberta do signo.

A marcha sucessiva das dependências nos fornece este produto: Não vendo sua nota, aquele aluno não mostrou grande entusiasmo..(8)



O elemento ( $p_9$ ) equivale ao assunto do período e constitui a vivência, enquanto o elemento ( $a_2$ ) implica num pedido de crédito na notícia veiculada e representa o objetivo do emissor.

Embora os acréscimos se façam ao nível do princípio a que se prendem, é evidente que cada um deles deve constituir-se também partindo do respectivo princípio, impondo esta marcha ao momento semiótico do período:

Nã	vendo	sua	nota,	aquele	aluno	nã	mostrou	grande	entusiasmo	. (8)
13	12	16	15	6	5	3	1	9	8	
14	17	7		4		10				
18		11								
19						2				

Ou seja, o momento semiótico nos oferece esta ordem de elementos, sempre do independente para o dependente:

**Mostrou não** aluno **aquele** entusiasmo **grande**, **vendo não** nota sua. (8)

Importa reconhecer que a primeira escolha recai sobre o elemento independente de nível mais baixo: impelido pelo contexto natural, o emissor descobre o significante necessário ao significado que deseja veicular e, como ambos constituem um conjunto indissolúvel, o significante adere imediatamente ao significado e constituem juntos o signo, impondo que o emissor parta de um elemento inicial que já é signo e procure os acréscimos convenientes também com base em signos. Na escolha do signo inicial coincidem os processos articulativos de significante e significado, continuando o processo expansivo do significante condicionado ao significado, porque o signo inicial cria desde a sua escolha a expectativa de todas as possibilidades do significante, justamente porque é independente e, assim, condiciona cada um dos dependentes. Simplificando a redundância sugestiva do signo inicial, do signo pular já provém a expectativa das possibilidades da sentença:

Um locomotor pula de algures para alhures por algures. (13)

C<sub>1</sub>            F            C<sub>2</sub>            C<sub>3</sub>            C<sub>4</sub>

Basta que um léxico contenha a descrição dos signos iniciais com toda a rede possível de expectativas, distribuídas também na descrição de todos os signos acidentais. (37)

Deste modo, o signo estrada não tem a expectativa de locomotor e torna inaceitável o período:

A estrada pulou do sexto andar. (24)

O reconhecimento teórico de todos os signos iniciais, ou o da maioria deles, deve dar-nos todo o conjunto de expectativas que a cultura permite que intervenham no período. Como uma expectativa pode ainda encontrar-se com outra, o conjunto de expectativas assim descritas nos oferece ainda a possibilidade de tornar aceitáveis os períodos comumente anômolos, desde que a nova expectativa

resulte da dependência de outras mais comuns. Assim, enquanto é inaceitável o período:

A árvore pulou de encontro ao muro. (25)

basta-nos encontrar uma expectativa anterior para o tornarmos aceitável:

A bomba explodiu e a árvore pulou de encontro ao muro. (26)

Na gramática do momento semiótico, o processo coesivo explicita-se apenas com duas regras:

$$1. x = x \downarrow x$$

$$2. x \downarrow x = X$$

A primeira delas é recursiva e permite estabelecer teoricamente um número infinito de pares de dependência. Fatorando o elemento independente comum dessa cadeia, podemos marcá-la pela fórmula do molde coesivo:

$$x \downarrow (x_1 \cdot x_2 \cdot \dots \cdot x_{n-1} \cdot x_n)$$

A segunda é uma regra terminal e transforma o conjunto gerado pela primeira em um princípio único de nível superior por meio de um processo integrativo que vai permitir-nos nova expansão com o novo elemento independente.

Se aplicarmos repetidamente a regra recursiva, aparentemente produzimos esta série:

$$a) (x \downarrow x)$$

$$b) ((x \downarrow x) \downarrow x)$$

$$c) (((x \downarrow x) \downarrow x) \downarrow x)$$

$$d) (((((x \downarrow x) \downarrow x) \downarrow x) \downarrow x) \downarrow x)$$

$$e) \dots$$

Entretanto, esta expansão tem dois defeitos. Existe apenas um elemento independente inicial a que se agregam diretamente todos os dependentes: desde a segunda aplicação da regra, porém, o elemento dependente deixa de prender-se ao elemento independente para se prender ao conjunto previamente gerado. Além disso, de sobedece-se ao molde coesivo, que deve estar sempre à frente do nosso desempenho. A expansão correta deve dar-nos este produto:

$$a) (x \downarrow x)$$

$$b) x \downarrow (x \cdot x)$$

$$c) x \downarrow (x \cdot x \cdot x)$$

$$d) x \downarrow (x \cdot x \cdot x \cdot x)$$

$$e) \dots$$



Para os efeitos desta introdução basta-nos formular a regra desse modo, porque nos interessa antes evidenciar o processo de constituir-se o conjunto que o próprio produto da expansão. Se quisermos explicitar inteiramente a regra, podemos proceder de dois modos: impor o próprio molde coesivo como regra recursiva, ou modificar os dados da regra fornecida.

O primeiro caso nos daria esta regra recursiva:

$$x = \prod_{i=1}^n x_i$$

O segundo caso havia de ceder-nos a regra talvez perfeita, porque nos permitiria produzir as duplas de dependência e assinar ainda a independência que se estabelece entre elas:

$$x = x \{ \{ (x_1 \downarrow x_2)$$

Com ela havíamos de obter:

$$a) x \{ \{ (x_1 \downarrow x_2)$$

$$b) x \{ \{ (x_1 \downarrow x_3) \{ \{ (x_1 \downarrow x_2)$$

$$c) x \{ \{ (x_1 \downarrow x_4) \{ \{ (x_1 \downarrow x_3) \{ \{ (x_1 \downarrow x_2)$$

$$d) x \{ \{ (x_1 \downarrow x_5) \{ \{ (x_1 \downarrow x_4) \{ \{ (x_1 \downarrow x_3) \{ \{ (x_1 \downarrow x_2)$$

e) ...

Neste caso, havia a necessidade de impormos mais regras, além da recursiva e da terminal, dado que surgiu agora a necessidade de uma regra para transformar o elemento (x) em elemento (x<sub>1</sub>) e de outra regra para fatorar esse elemento comum. No decurso deste ensaio há de chegar o momento de discutir a conveniência destas regras. Aplicada a primeira delas, surge este produto:

$$d) x_1 \{ \{ (x_1 \downarrow x_5) \{ \{ (x_1 \downarrow x_4) \{ \{ (x_1 \downarrow x_3) \{ \{ (x_1 \downarrow x_2)$$

A regra fatorativa havia de trazer-nos ao molde coesivo exato:

$$x_1 \downarrow (x_5 \cdot x_4 \cdot x_3 \cdot x_2)$$

Nenhuma importância tem o ordenamento diverso, crescente ou decrescente, porque se trata de uma aderência, que implica em seqüência solar, nunca linear.

A regra recursiva deve ser limitada. Com emissor humano, esse limite depende das circunstâncias encontradas no acontecir

to e da evidência ou do interesse do comunicante. A evidência leva o emissor a omitir todos os detalhes que possam ser inferidos pelo receptor que esteja presente ao mesmo contexto situacional, enquanto o interesse o faz incluir os detalhes que deseja ressaltar, ainda que evidentes. O conjunto das circunstâncias havidas no acontecimento representa o limite superior da possibilidade expansiva. Enquanto o momento mental opera exclusivamente com o fato global, percebido num relance de conjunto, o momento semióti-co encarrega-se de fornecer ao emissor cada minúcia possível de incluir, resumidas já e implícitas no fato que constitui o pri-meiro princípio. (38)

Existe ainda um limite lingüístico que advém do próprio fa-to que, resumindo as circunstâncias possíveis do acontecimento, simultaneamente as limita por um molde semiótico em que se vaza o significado e se fornece uma diretriz ao processo coesivo. Es-se molde semiótico adota a forma de um trajeto e deve ser univer-sal, porque se infere do próprio momento do diálogo, em que algu-ma coisa (carga) se desloca de um ponto inicial (origem) para um ponto terminal (destino): efetivamente, a nível de diálogo, com-preendemos que o período (carga) se desloca de um ponto inicial (emissor) para um ponto terminal (receptor).

Esse molde é necessário, porque a síntese do emissor pode ter expansões à esquerda e à direita, assegurando-nos que o signo do momento semiótico é infinito à esquerda e à direita.

O molde coesivo fornece a base material do signo, enquanto o semiótico constitui a base referencial: ambos devem ser isomórfi-cos na linguagem. Quando a base material se transforma em lexi-cal (referente ao significante) e a referencial se transforma em semântica (referente ao significado), ambos passam a ser hetero-mórficos em qualquer das línguas conhecidas.

A classe do período tem sempre um significante prósódico e pode ter ainda um significante segmental. Ressalvado o signifi-cante segmental vocabular, os outros implicam apenas na escolha da classe de período, ficando para o momento acústico o signifi-cante supra-segmental e o sequencial. O significante segmental vocabular (ou locucional) é escolhido dependendo do nível a que pertença no processo coesivo, porque cada um deles é um vocábulo

a que acresce uma semia de desconhecimento do emissor e simultâneo desejo de sabê-lo: a escolha do vocábulo interrogativo implica também na consciência do período interrogativo, a que há de agregar-se uma prosódia específica no momento acústico.

As outras classes de período se escolhem desde o momento da escolha do signo inicial, porque o significado delas repercute diretamente nesse elemento prévio. Efetivamente, o período assertivo equivale a uma afirmativa do fato, enquanto o optativo constitui uma dúvida sobre o fato e o jussivo representa um comando do fato: como o fato é externado pelo signo inicial, a própria escolha dele implica na escolha de uma dessas classes de período. Neste caso, a ausência da escolha de uma classe no momento do signo inicial implica imediatamente na escolha do período interrogativo, ratificado mais tarde pela escolha de vocábulo interrogativo. Assim, podemos confirmar que a escolha de uma das classes de período é feita no momento exato do signo inicial.

Considerando agora simultânea a escolha do signo inicial e a classe de período, basta-nos a regra que comanda a escolha de qualquer significante:

(s / t) // t

Essa simultaneidade de escolha é que nos explica a codependência que encontramos no momento da descoberta e no da redescoberta para externarmos a correspondente regra de escolha de classe de período.

Por fim, chegando ao nível mais alto, deve interferir uma regra terminal:

3. x // x = X

A simultaneidade da escolha do signo inicial e da classe de período é compreendida mais claramente em línguas que requerem um verbo auxiliar para gerarem a classe escolhida. Entre outras, assim procede a língua inglesa.

O período (8) nos mostrou mais expansões à esquerda, mas seria ainda possível expendi-lo mediante uma terceira sentença à direita:



0	menino	∅	lavou-se	.
6	5	3	1	8
7		4 9		
10				
11				2

(28)

Entre os signos internos merecem especial destaque aqueles que possuem referente apenas linguístico: assim acontece com as marcas de fronteira de elementos, providas por fatores **prosódicos**.

Entretanto, é preciso examinar com cuidado a conveniência de incluir os signos internos anafóricos já no momento semiótico, por que é ainda possível considerá-los variantes de signo e, com isso, passá-los para o momento acústico. Esta idéia deve ser desenvolvida, tanto mais que a gramática do momento semiótico **desconhece** o conceito de sujeito, que é produzido apenas como um elemento dependente do molde semiótico.

Diferente do signo interno é a variante vazia que fica condicionada à segunda ocorrência de um signo do momento semiótico, mas pode manifestar-se como primeira ou segunda ocorrência no momento acústico: esta variante pertence ao momento acústico, porque se realiza pela invariante do semiótico.

Seja o período do momento semiótico:

Eu	∅	trago	este	livro,	e	você	∅	traz	aquele	caderno	.
5	3	1	8	7		16	14	13	19	18	
6		4 9				17		15		20	
10						21					
11				12	22				2		

Cabe ao falante decidir da sorte do elemento 4 e do elemento 15: manter os dois, eliminar o primeiro e conservar o segundo, conservar o primeiro e eliminar o segundo. A liberdade do falante é parcial, porque a cultura restringe poderosamente as possibilidades do momento acústico posterior.

### 1.3.3. Gramática do momento acústico

O momento semiótico nos fornece uma possibilidade de signo numa invariante livre e imotivada, porque esse momento consiste

exatamente na descoberta do significante, com base no significado, ao mesmo tempo que se delineia também nesse momento o complexo inteiro do relacionamento sintático dos signos dentro da escala coesiva, intacta ou perturbada por outro processo. (40)

Resta ao emissor ordenar os signos dentro do conjunto conforme os impositivos de cada comunidade linguística, porque se trata de um particular linguístico, podendo acontecer que se mantenha ou se altere a ordem do momento semiótico na dependência da regra que se deva empregar:

$$1. x_1 \{ x_2 = x_1 \{ x_2$$

$$2. x_1 \{ x_2 = x_2 / x_1$$

A ordem do momento semiótico é psicológica e consiste apenas na anterioridade do elemento independente, que constitui o princípio da expansão. Entretanto, se nos aparecem vários elementos dependentes, sujeitos ao mesmo elemento independente, devemos lembrar-nos que a linearidade existe apenas no momento acústico, porque o semiótico permite a simultaneidade dos elementos dependentes que se prendem ao mesmo independente. (41)

O encontro das invariantes do momento semiótico num alinhamento acústico imposto pelo momento acústico importa no aparecimento de variantes acústicas dos signos numa estreita dependência de contexto. Cada língua há de apresentar regras específicas para impor ou restringir a escolha de determinados signos ou o emprego de determinados fones conforme determinados tipos de contexto. (42)

Aparece, portanto, uma terceira regra, que nos assegura que determinado elemento (E) nos revela o contexto (x ... y) pelo aparecimento da variante ( $E_{xy}$ ):

$$3. x \{ \{ E \{ \{ y = x \{ E_{xy} / y$$

Como as variantes aparecem depois do ordenamento, segue-se que o momento acústico deve ter primeiro a etapa de ordenamento, sujeita a um processo de análise, porque o emissor deve escolher a primeira sentença do período, a primeira locução dessa sentença, o primeiro vocábulo dessa locução e o primeiro morfema desse vocábulo. Ao termo desta etapa obtém-se uma sequência que corresponde já à da gramática da redescoberta, ressalvada a ausência

das variantes:

1		2		1		2		3	
1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
1				2					

Agora, aplicando a terceira regra, o emissor obtém o produto que passa aos ouvidos do receptor:

1		2		4		5		8		9		11		12		14		15	
3		6		10		13		16		17		18		19					

Arrolamos para exemplo de variante apenas o signo, que constitui um elemento (E) que funciona como sujeito da primeira (x) e da segunda (y) sentença, impondo-nos uma variante vazia ( $E_{xy}$ ) numa das sentenças. A decorrência imediata do aparecimento deste tipo de variantes é que a escolha do signo neste momento acústico depende de dados situacionais textuais e se distingue da escolha no momento semiótico em que existe apenas a dependência contextual. Entretanto, existem também na cadeia acústica formada agora todos os informes necessários, porque as cadeias acústica e semiótica se distinguem apenas pelas variantes, plenas ou vazias, e a variante vazia é logicamente também um signo pleno, desde que vazio é apenas o seu significante.

Devemos distinguir a escolha de uma variante, livre ou motivada, da escolha de signos alternativos que dependem do maior ou menor conhecimento que o receptor tenha do contexto natural ou do maior ou menor grau de redundância que o emissor pretenda incluir no texto. Por isso, enquanto o período (29) implicava na possível escolha da variante vazia do verbo trazer, que constituía um elemento E, predicado da primeira sentença (x) e também da segunda (y), e podia por isso assumir a variante  $E_{xy}$ :

Eu trago o livro e você o caderno. (30)

o seguinte período realiza-se já no momento semiótico por qualquer destes signos de sujeito:

O menino contou esse fato. (4)

$I_1$

Ele  
L<sub>2</sub> contou esse fato. (31a)

a que acresce ainda uma aparente variante vazia:

∅  
L<sub>3</sub> contou esse fato. (31b)

Acontece que o verbo de língua portuguesa é articulado como elemento inicial e, por possuir morfema de pessoa, equivalente se mântico do sujeito, torna o sujeito redundante em muitos casos, permitindo ao falante simplesmente omiti-lo. O correto é dizermos que dentro de (31b) falta o sujeito, ainda que ele possa ser descoberto pelo morfema de pessoa e pelos dados do contexto natural. Os elementos omissos por evidência ou desinteresse pertencem à escolha do emissor já no momento semiótico. (43)

Imaginando que eu tenha um filho e diga o período (4), posso escolher outro sujeito co-referencial:

Meu filho  
L<sub>4</sub> contou esse fato. (31c)

A escolha entre os ocupantes (L<sub>1</sub>), (L<sub>2</sub>) ou (L<sub>4</sub>) depende exclusivamente das oportunidades que as circunstâncias do diálogo me oferecerem. Outra coisa acontece durante o momento mental: o sujeito linguístico está ausente ainda e eu tenho na mente a imagem daquele menino, independentemente de ser ele meu filho, parente ou colega do meu ouvinte. No momento mental eu revejo a cena acontecida!

A mesma liberdade de escolha existe também entre o ocupante (L<sub>3</sub>) e os outros, dado que o contexto natural o permite.

Entretanto, se houver duas sentenças, o sujeito de uma pode implicar com o de outra: a variante vazia é agora motivada pelo texto e pertence ao momento acústico.

Quando se aplica a terceira regra, termina o momento acústico, porque se executa o signo total mediante a atividade motora de articular a cadeia de signos, obtida com a etapa de ordenamento.

Se ficarmos agora com o produto de cada gramática, que se deve entender como um maquinismo de compor ou decompor o signo, constatamos que o momento semiótico possui um produto peculiar, enquanto as duas outras gramáticas apresentam produtos idênticos,



considerado um desempenho ideal de cada comunicante. O processo de cada uma delas, entretanto, é diverso, como nos comprova a sequência de números que indicam a marcha da descoberta (receptor) ou a da montagem (emissor) do signo neste recorte de período:

... aquele aluno não mostrou ... - momento semiótico. (8)

6	5	3	1
7		4	
11			

... aquele aluno não mostrou ... --momento acústico. (8)

8	9	11	12
10		13	
17			

... aquele aluno não mostrou ... - momento da redescoberta. (8)

8	10	11	13
9		12	
15			

Apesar de distintos os processos, importa salientar que todos se equivalem, dado que a gramática da redescoberta implica em dezenove atos de descoberta, enquanto as duas outras acarretam dezenove atos de montagem. Com isso concluímos que se encontram em qualquer dos signos todos os indicativos necessários à prática da síntese receptiva que leva a compreender o signo e a interpretar o pensamento do emissor. (44)

O momento acústico é um momento de língua e, por isso, pode vir carregado de polissemia.

#### 1.4. Competência e desempenho

Se nos prendermos ao momento mental, veremos que lhe compete transformar a realidade do acontecimento em imagem do acontecimento. Ora, ainda desenvolvido numa sequência temporal e numa extensão espacial, o acontecimento nos atinge num bloco compacto, porque nos é trazido simultaneamente pelos diversos canais sensoriais. Nesse caso, cabe ao comunicante analisá-lo para poder interpretá-lo e, justamente por implicar em análise, deve-se partir do que se descobriu para o que se há de descobrir, numa marcha do dependente para o independente: as regras dessa mar-

cha constituem uma gramática do momento mental ( $G_0$ ) e fornecem as bases da experiência pessoal.

Falando em gramática do momento mental, devemos compreender sempre que esse momento desconhece o signo e possui apenas imagens. Ora, como a gramática de descoberta opera também com a análise, torna-se claro que a gramática do momento mental ( $G_0$ ) difere da gramática de descoberta ( $G_1$ ) pelo fato de que a primeira tem imagens, enquanto a segunda tem signos. Essa igualdade fica mais compreensível ainda quando pensamos que uma cadeia de fatos é constituída apenas pelo processo coesivo, desde que nenhum outro processo (coordenativo, promotivo ou subordinativo) pode atingi-los.

Desse ponto de vista, ressalvado evidentemente o produto diferente de cada uma, podemos concluir:

$$G_0 = G_1$$

O signo de ( $G_1$ ) constitui, portanto, o equivalente mais aproximado da imagem de ( $G_0$ ).

#### 1.4.1. Comportamento linguístico

Se a linguagem tem por finalidade levar-nos do signo para o referente, permitindo o diálogo, devemos considerar que a compreensão exata do signo nos advém na medida da nossa capacidade de o transformarmos em imagens de ( $G_0$ ).

A competência e o desempenho de um e outro comunicante podem ser descritos pela passagem do produto de um a outro momento, com base na possibilidade de o anterior revelar o posterior, permitindo o estabelecimento das regras de que nos valemos para obter cada produto. O emprego de regra, portanto, nos revela o comportamento do comunicante diante de um produto que deve submeter a um processo para conseguir um segundo produto.

A competência e o desempenho do comunicante, que constituem o seu comportamento linguístico, divergem conforme se trate de emissor ou receptor. O fato de todo receptor ser também emissor, dado que se alteram no diálogo as funções de cada comunicante, pode levar-nos a crer que existe uma competência única. Entretanto,

se compararmos o emissor a um compositor e o receptor a um executor, compreendemos que o primeiro produz o signo musical, enquanto o segundo apenas o reproduz, nenhuma necessidade havendo de ser o executor também compositor, ou ao contrário: de um para outro diverge a competência que permite a um construir e a outro reconstruir o signo musical. Da mesma forma diverge a competência de um e outro comunicante, e mais ainda o desempenho. No terreno da linguagem devemos encontrar, portanto, uma competência e um desempenho de emissor, uma competência e um desempenho de receptor.

Podemos explicitá-los por uma dependência entre os dois momentos para cada um deles, considerando a gramática do momento mental ( $G_0$ ), a da redescoberta ( $G_2$ ), a do momento semiótico ( $G_4$ ):

$G_0 / G_3$  - competência de emissor.

$G_3 / G_4$  - desempenho de emissor.

$G_2 / G_3$  - desempenho de receptor.

$G_3 / G_0$  - competência de receptor.

Como ( $G_0$ ) comporta o impulso que leva ao signo, no caso do emissor, e retira do signo, no caso do receptor, o momento mental constitui os extremos da linguagem, que é apenas o meio entre dois momentos mentais: o emissor parte de um momento extralinguístico, e o receptor chega a um momento extralinguístico, significando que a verdadeira compreensão da linguagem se executa fora da linguagem, desde que o ato comunicativo existe apenas na medida em que se identificarem os extremos extralinguísticos, à vista da igualdade necessária entre ( $G_4$ ) e ( $G_2$ ). (45)

Isoladamente, ( $G_4$ ) representa uma atividade motora do emissor e ( $G_2$ ) constitui a correspondente atividade sensorial do receptor.

Se ( $G_0$ ) representa o suporte da linguagem, ponto de partida e de chegada do ato comunicativo, o seu produto deve ser inequívoco, fornecendo ao comunicante o recurso para decidir a polissemia de língua, a que somos levados quando nos defrontamos com ( $G_4$ ). (46)

### 1.4.2. Comportamento semiótico

Mais amplo que o comportamento linguístico, e também anterior a ele, o semiótico responde pela capacidade simbólica.

Da possível igualdade entre ( $G_0$ ) e ( $G_1$ ) provém que se possa identificar a imagem e o signo que lhe corresponde e se constitua uma competência e um desempenho de comunicante, que abrangem a competência e o desempenho de emissor e de receptor, dada a facilidade de comprovar que os primeiros signos da criança não são os verbais.

Por abranger os signos linguísticos, o comportamento semiótico pode também interpretá-los ou traduzi-los, dando-nos a falsa idéia de que constitui signo profundo e universal. (47)

Assim, se considerarmos o período:

O menino contou que a menina partiu. (5)

somos arrastados a interpretá-lo em duas etapas:

A menina partiu. (4)

O menino contou esse fato. (3)

vendo nesses dois períodos a marcha elucidativa do período (5), quando a realidade é que se deve encarar (4) e (3) como imagens, nunca como signos. Em termos linguísticos, interpretar o período (5) por meio do conjunto dos períodos (3) e (4) equivale a traduzi-lo numa língua que possua apenas o processo coesivo, que reduza a um só momento as duas etapas de descoberta e de redescoberta do signo. (48)

Do exposto devemos concluir que o raciocínio, que é um complexo de pensamentos, se executa durante o momento semiótico do signo, enquanto o pensamento, desde que verbal, deve pautar-se dentro dos limites impostos por ( $G_1$ ). (49)

Como o momento mental e a descoberta do signo implicam em análise, segue-se logicamente que a imagem de um e o signo de outro se **apresentam** em blocos, facilitando a correspondência de um e outro sob pressão do ambiente. Nesse caso, a competência e o desempenho do comunicante se explicam como processos opostos:

$G_0 / G_1$  - competência de comunicante.

$G_1 / G_0$  - desempenho de comunicante.

Ou seja: o conhecimento de ( $G_0$ ) constitui a competência, enquanto o conhecimento de ( $G_1$ ) representa o desempenho.

Por outro lado, dada a igualdade possível entre ambos, a competência e o desempenho também se igualam pela relação de dependência que passa a estabelecer-se entre eles:

$G_0 // G_1$  - competência e desempenho de comunicante.

Esta dependência mútua explica a potência mágica que os povos primitivos tendem a atribuir ao signo: a igualdade funcional entre a imagem e o signo de ( $G_1$ ) extravasa para os outros momentos do comportamento linguístico, deixando ao grupo humano uma idéia de onipotência de qualquer signo. A fórmula de encantamento e o tabu linguístico comprovam bem essa consciência supersticiosa, encontrada ainda hoje com toda a facilidade mesmo entre povos altamente civilizados. Além do mais, essa identidade inicial explica também o mundo de fantasia que a criança constrói nos seus primeiros anos. E explica ainda a rapidez com que a criança adquire a linguagem, porque o produto inicial, que é sujeito à análise, propicia por um curto período de tempo um signo compacto e inarticulado, que é depois segmentado com base na mesma regra de dependência de que se valeu a criança para compreendê-lo na sua forma inteiriça. (50)

### 1.5. Teoria Conformativa da Linguagem

Postulada a igualdade entre ( $G_4$ ) e ( $G_2$ ) para comunicantes ideais, devemos compreender que a habilidade linguística de emissor e de receptor nos apresentam sentidos opostos:

de ( $G_3$ ) para ( $G_4$ ) - desempenho de emissor.

de ( $G_4$ ) para ( $G_3$ ) - desempenho de receptor.

Com isso, podemos sugerir que a linguagem deve conter dois componentes: o componente produtivo, ou gerativo, que implica em ( $G_3$ ), e o componente conformativo, que implica em adequar a universalidade de ( $G_3$ ) à particularidade de ( $G_4$ ).

Menos que um processo transformativo, que parte de uma matéria-prima para um produto manufaturado (perdoe-se-nos a extensão

deste termo), temos efetivamente um processo conformativo, porque a todos os elementos de  $(G_3)$  há de corresponder algum elemento de  $(G_4)$  num decalque de ponto por ponto, nada havendo num deles que falte ao outro.

O componente gerativo se articula sobre as bases material e referencial, consistindo apenas de caracteres universais advindos do isomorfismo de suas bases, enquanto o componente conformativo se organiza sobre as bases lexical e semântica.

As páginas que seguem, pretendem explicitar o verbo de língua portuguesa por meio de uma gramática produtivo-conformativa. E escolhemos o verbo porque constitui o signo inicial da língua e, mediante sucessivas expansões, se vai transformando nos elementos essenciais de cada um dos níveis superiores, culminando por gerar o período, que é o signo total de que se valem os comunicantes. Assim, ao mesmo tempo que demonstramos a análise do verbo, podemos resumidamente explicitar os processos a que se devem submeter todos os elementos lingüísticos. Com ele, podemos comprovar que o componente produtivo é um mecanismo capaz de produzir e justificar qualquer período da língua sob um modelo invariante de linguagem a que chamamos  $(G_3)$ , enquanto o componente conformativo ordena as invariantes num modelo variante de língua, que é  $(G_4)$ , quando executado acusticamente pelo emissor, e  $(G_2)$ , quando percebido acusticamente pelo receptor. Com o componente produtivo, o emissor produz o signo de  $(G_3)$ , passando das imagens aos signos, e o receptor reproduz o signo de  $(G_3)$ , depois de ter chegado ao signo inicial por interpretar os dados de  $(G_4)$ . O componente conformativo opera simultaneamente com dois modelos: o modelo de partida, que é uma determinada posição de jogo e constitui por isso um conjunto pleno de signos devidamente articulados, e o modelo de chegada, que é uma posição pré-determinada de jogo, posto que a cada amostra de partida corresponde apenas uma de chegada, e constitui assim um conjunto vazio de signos devidamente articulados. Entenda-se, entretanto, que  $(G_3)$  opera com signos invariantes, enquanto  $(G_4)$  opera com uma classe de variáveis, que se realiza por uma única variante a cada caso de língua manifestada. Por isso mesmo, o signo de chegada deve conformar-se com o de partida, e jamais transformar-se dele.

O período de ( $G_3$ ) é produto de um processo expansivo, que constitui o componente produtivo por meio de regras deste tipo:

$$x_1 = x_1 \uparrow x_2$$

ou, de maneira mais refinada:

$$x = x \uparrow\uparrow (x_1 \uparrow x_2)$$

O período de ( $G_4$ ) independe de processos expansivos ou redutivo, porque representa apenas uma nova moldagem do produto anterior mediante o componente conformativo, que nos oferece regras deste tipo:

$$x_1 \uparrow x_2 = x_2 / x_1$$

O período de ( $G_2$ ), igualado a ( $G_4$ ), implica numa remoldagem de ( $G_4$ ), que pretende atingir ( $G_3$ ) empregando o processo redutivo para alcançar-lhe o signo inicial.

Enquanto apenas remoldagem de ( $G_4$ ), a gramática de ( $G_2$ ) comporta regras do componente conformativo:

$$x_1 / x_2 = x_1 / X_1$$

Remodelado em ( $G_4$ ), o período de ( $G_2$ ) submete-se ao processo redutivo, em que aparece uma regra do componente produtivo:

$$x_1 / X_1 = X_1$$

A regra produtiva tem lados assimétricos, enquanto a conformativa os tem simétricos.

Em qualquer dos momentos, de língua ou de linguagem, o processo significativo opera sempre com signos, lidando simultaneamente com o significante e com o significado num movimento de expansão ou redução. O movimento sucessivamente expansivo e conformativo nos leva do semiótico ao acústico, e o movimento sucessivamente conformativo e redutivo nos leva do acústico ao semiótico.

Acrescido do componente conformativo, o produtivo nos explica a habilidade que o falante demonstra no manejo da linguagem ( $G_3$ ) e da língua ( $G_4$ ). Entretanto, podemos estranhar que o falante seja capaz de períodos excessivamente longos, que nos apresentem o elemento inicial num momento posterior demasiadamente afastado, quando talvez já se tenha esquecido das palavras anteriores, ou, ao executá-las, nem possa ainda lembrar-se de algo que venha tão tardiamente. Em outro livro (51), expusemos uma teoria

da aprendizagem linguística, que pode explicar-nos a maneira de o falante eludir tais dificuldades próprias de ( $G_4$ ).

A analogia responde pelo aparecimento de amálgamas e esquemas, que podem ser imobilizados pelo hábito. (52)

Assim, os constituintes 4 e 5 de uma forma verbal podem produzir uma amálgama e a escolha é orientada para ela, implicando em que cada uma das numerosas formas verbais constitua antes um vocábulo mínimo (de um morfema) que um conjunto de morfemas devidamente articulados. Da mesma forma, como o elemento dependente revela a presença do independente, o falante pode começar o signo por um elemento dependente qualquer, sem ter articulado inteiramente o elemento independente inicial, que fica postergado para a inspiração do momento, quando terminado o dependente: o esquema soma as características distintas da linguagem e permite ao falante aproveitá-las para facilitar o próprio desempenho linguístico. Amálgamas e esquemas implicam numa regra de automatismo linguístico. Executado a meio ou a fim de enunciado, o elemento inicial e original de ( $G_3$ ) se torna um elemento suspenso, que sobrecarrega a memória do falante e se sujeita a severas limitações de desempenho, a menos que possamos valer-nos dos hábitos do esquema linguístico no caso de o elemento inicial estar indeterminado, com todos os seus acréscimos a nível de sentença ainda por executar. Se houver acréscimos já executados, o elemento suspenso é determinado e aparece um limite linguístico imposto à memória do falante.

Enquanto o momento semiótico de ( $G_3$ ) é absolutamente regular em suas invariáveis de signo, o acústico pode sobrecarregar-se de anomalias, que acarretam variantes tácticas e melódicas e restringem a maleabilidade quase infinita do momento semiótico. (53)

A esta teoria linguística chamamos produtivo-conformacional, e a julgamos capaz de explicitar a maneira de produzir o signo invariante e conformá-lo no variante, cabendo a qualquer dos comunicantes, emissor ou receptor, principiar com o exercício do componente produtivo, mediante os processos expansivo ou redutivo, e terminar pelo exercício do componente conformativo: (54)

1. Emissor:

Fato.



- 1.2. Componente produtivo.
- 1.3. Componente conformativo.
- 1.4. Signo.
- 2. Receptor:
  - 2.1. Signo.
  - 2.2. Componente produtivo.
  - 2.3. Componente conformativo.
  - 2.4. Fato.

E todos os lances desta teoria obedecem a um único aspecto da linguagem, o qual privilegiamos sobre todos: a potência reveladora de que é dotada. (55)

Enquanto a teoria gerativo-transformacional nos mostra uma estrutura profunda que pode transformar-se em várias superficiais, mantendo todas aproximadamente o mesmo significado, a cada signo de ( $G_3$ ) corresponde apenas um de ( $G_4$ ), provindo desta exigência o caráter conformativo que prende as invariantes e as variantes de signo. Entretanto, dado que partimos de um signo inicial, delimitador de um conjunto infinito, o número possível de sentenças é infinito em ( $G_4$ ), enquanto ( $G_3$ ) apresenta um número finito de signos iniciais, mas infinito também de signos terminais: o conjunto infinito provido pelo signo inicial se transforma em conjunto finito mediante o processo expansivo do signo, simultaneamente redutivo do significado. A falta absoluta de polissemia implica em conjunto unitário a nível de signo terminal. Bom exemplo do número finito de signos iniciais é a língua portuguesa, que conhece apenas um: o morfema-sol do vocábulo verbal. Mesmo o vocábulo verbal pertence a uma classe finita, ainda que aberta.

## 2. ESTRUTURA VERBAL

O verbo constitui o signo inicial e original do período de língua portuguesa: o emissor parte dele por expansões sucessivas, enquanto o receptor o alcança por reduções também sucessivas. (56)

A idéia principal é que o falante escolhe o vocábulo verbal pelo critério empregado para a escolha de qualquer dos outros vocábulos: o contexto natural o pressiona e lhe fornece as imagens de fato que deve transmitir, cabendo às expansões do morfema verbal identificar e situar o fato escolhido com respeito ao próprio fato, ao próprio falante e a outros fatos. Entretanto, o fato de ser o verbo a primeira escolha tem uma consequência importante: nenhuma forma verbal pode ficar condicionada a outro elemento, posterior e facultativo, que, por isso, jamais pode condicionar um elemento de escolha anterior. (57)

Disso decorre também que todas as restrições de seleção, sintáticas ou semânticas, dependem dessa primeira escolha e o verbe do verbo no léxico deve contê-las com base no molde de traje to, ocupado por instâncias genéricas, a que chamamos recorrências por serem a derradeira possibilidade a que recorre o falante em caso de esquecimento momentâneo ou ausência de vocábulo específico.

Consideremos o período:

Quero que ele venha. (32a)

Esse período contém uma sentença única, que se gera partindo do verbo querer. A sentença única desse período nos oferece, contudo, como um de seus elementos uma outra sentença, que deve também gerar-se partindo do signo inicial respectivo, no caso o verbo vir. A sentença dependente deve estar inteiramente gerada antes de aparecer como elemento da primeira: a forma do segundo verbo deve ser escolhida e explicada independentemente, sem apelo ao primeiro verbo, salvo se determinada língua possuir duas formas verbais, exatamente com o mesmo significado, mas condicionadas ao emprego dependente ou independente, nunca à situação. (58) Entretanto, ser o segundo verbo independente do primeiro implica apenas em que ambos dependem do contexto natural em que se ge

ra a sentença.

Comparemos o período (1) com este:

Queria que ele viesse. (32b)

A forma venha mudou-se para a forma viesse, mas nunca em virtude da forma do primeiro verbo, que se alterou também: ambos os verbos mudaram de uma para outra forma simultaneamente pela pressão do contexto natural.

Citemos ainda estes períodos:

Eu digo que ele vem. (33a)

Eu digo que ele venha. (33b)

A mesma forma do primeiro verbo de modo algum poderia condicionar as formas divergentes do segundo verbo, escolhidas à vista do fato que se pretende transmitir. Condicionam-se todas essas formas ao contexto natural que requer em (3) uma palavra e em (4) uma ordem:

Eu digo uma palavra. (34a)

Eu digo uma ordem. (34b)

Ora, a escolha do objeto da sentença (34a) ou o da sentença (34b) não se condicionam ao verbo, que é idêntico em cada uma e pode apenas condicionar a recorrência de objeto:

Eu digo um enunciado. (34c)

E pertencem à classe dos enunciados tanto a palavra, quanto a ordem.

## 2.1. Vocábulo Verbal

O primeiro passo deve ser o de descobrirmos os constituintes do vocábulo verbal e identificarmos o elemento independente do conjunto, a que devem os outros todos associar-se um por um. (59) Como os limites das formas deixam de ser fixados pela intensidade abaixo do vocábulo, resta-nos o critério comparativo para segmentarmos o verbo.

Cant á va mos (35a)

Cant a va s (35b)

Cant á ra mos (35c)

Cor á ra s (35d)  
1 2 3 4

Esses exemplos já nos fornecem quatro constituintes, a que ainda se agrega mais um quando comparamos estes exemplos:

∅ trav á ra mos (36a)

Des trav á ra mos (36b)  
1 2 3 4 5

Encontramos cinco constituintes, ainda que possamos discutir o primeiro deles, como veremos adiante. Além disso, o último deles existe na maioria das formas verbais, mas há formas sem ele:

Des trav a do (36c)

Des trav a ndo (36d)  
1 2 3 4

Devemos agora descobrir o elemento independente do conjunto, que há de ser o verdadeiro signo inicial. (60)

Podemos inferi-lo partindo do significado de (35a):

cant- - "letra e música". (37a)  
1

á- - "fato". (37b)  
2

va- - "agora improvável". (37c)  
3

mos - "o falante e outros". (37d)  
4

O significado nos indica que podemos compor os elementos do signo dois a dois:

(1, 2) - a letra e a música eram o fato.

(2, 3) - o fato é improvável agora.

(2, 4) - executam o fato o falante e outros.

E chegamos à descoberta surpreendente: o elemento independente deve ser o elemento 2, que se combina com todos os outros.

Se raciocinamos com base nos significantes e no conceito de dependência (o dependente revela o independente), podemos tomar a analogia de outros níveis, em que também se expande um elemento independente. Observemos esta locução:

Estas minhas árvores frutíferas. (38)  
1 2 3 4

A este nível, reagimos conscientemente ao significado de cada vocábulo e sabemos que o elemento 3 se combina com todos os outros: o elemento 3 é independente e pertence à classe dos substantivos, implicando em que o conjunto expandido dele também pertence à mesma classe. E nos surge uma regra importante: o conjunto tem as características do seu elemento independente. A regra

explica-se com facilidade: como o elemento independente é capaz de manifestar sozinho o conjunto inteiro, deve levar para o conjunto a essência de que é composto.

O constituinte 1 da forma (35a) é um morfema substantivo:

canto (37a)

Assim, o elemento independente de um vocábulo verbal deve ser também um morfema verbal: se fosse independente o morfema substantivo, o conjunto inteiro deveria ser um substantivo. (61)

E concluimos que a chamada vogal temática deve ser considerada o elemento independente do vocábulo verbal, constituindo por isso o signo inicial de que parte o falante.

Deixamos de considerar as variantes desse signo inicial, por que cada uma delas realiza o mesmo significado de fato e fica por isso condicionada ao constituinte 1. Acrescente-se além disso que apenas uma dessas variantes é viva na língua, enquanto as outras representam condicionamentos históricos.

As formas verbais (36a) e (36b) nos mostram ainda outra classe de constituintes:

∅ trav á ra mos (36a)

des trav á ra mos (36b)  
1 2 3 4 5

Em alguns casos, esse constituinte 1 pertence claramente ao constituinte seguinte:

∅ contente (39a)

des contente (39b)

∅ content á va mos (40a)

des content á va mos (40b)

1 2                    2 3 4  
1                            2 3 4

Noutros casos, parece que esse constituinte 1 se prende diretamente ao constituinte 3:

∅ carreg a r - colocar a carga em ... (41a)

des carreg a r - tirar a carga de ... (41b)  
1 2 3 4

Com qualquer dos ocupantes da classe 1 se mantém o fato, mas troca-se o percurso de modo tal que o primitivo destino se torna agora ponto de partida do novo percurso. Assim, temos:

Ø carregar - levar ao veículo. (41a)

des carregar - levar do veículo. (41b)

Ø em tort ar - levar de direito a torto. (42a)

des em tort ar - levar de torto a direito. (42b)

Esse constituinte 1, a que chamaremos declarativo, com um ocupante positivo e outro negativo, confere um sentido ao percurso. Entretanto, esse sentido, ou esse rumo dado ao percurso, efetivamente equivale a um rumo ou a um sentido que se atribui à carga que transita por esse percurso e atinge diretamente o trajeto, porque este é gerado exatamente pela carga que se movimenta de um ponto a outro: o declarativo denota o percurso. (62)

O sentido igual ou contrário pode prender-se ao trajeto:

Ø em tort a r - levar em sentido igual a torto. (42a)

des em tort a r - levar em sentido contrário a torto (42b)  
 1 2 3 4

Desenvolvendo adiante este trabalho, veremos que este significado de trajeto invertido interfere também na declaração da sentença, estabelecendo o significado de positivo e negativo a nível de sentença e de período. Dada esta relevância da classe dos declarativos, optamos por considerá-lo um constituinte do vocábulo verbal.

O vocábulo verbal pode chegar, portanto, a estes constituintes:

Des trav á ra mos (36b)  
 1 2 3 4 5

O constituinte 2 deve ser compreendido como um elemento do trajeto. Ora, um trajeto se cumpre quando uma carga (C) se desloca de uma origem (O) para um destino (D) por um percurso (P) sob as vistas de um assistente (A), que é uma circunstância sempre presente ao trajeto:

Ele leva algo de algures para alhures por algures. (43)  
 A F C O D P

Como o trajeto é o molde do significado, as próprias circunstâncias devem explicar-se por meio das instâncias, que constituem os elementos próprios do trajeto: assim, pode haver circunstância de carga, de origem, de destino, ou ainda de percurso. (63) No caso da sentença (24), o assistente é uma circunstância de origem, denotando por isso um significado de agente do fato.

Além disso, um trajeto se cumpre simultaneamente no plano espacial e no temporal, importando em instâncias e circunstâncias espaciais e temporais. (64)

O vocábulo verbal reproduz o molde de trajeto, mas sob uma variante parcial, dado que algumas instâncias ficam ausentes e devem completar-se apenas a nível de sentença. Os constituintes do verbo devem, portanto, descrever-se e justificar-se dentro do molde de trajeto. (65)

O constituinte 1 compreende-se claramente como um percurso, porque implica no sentido ou rumo do fato. O constituinte 2 deve ser examinado em cada caso, porque pode ser qualquer das instâncias:

Des carreg a r - tirar algo de ... (41b)  
P C - é a carga.

Des em tort a r - levar em sentido contrário a torto.  
P D - é o destino (em percurso **invertido**). (42b)

∅ abandon a r - deixar na origem. (43a)  
P O

A última forma verbal nos demonstra que a norma linguística nem sempre aproveita todas as possibilidades do sistema. Seria possível termos:

∅ levar - levar de cá para lá. (44a)

Des levar - levar de lá para cá (trazer). (44b)

Des abandonar - deixar no destino (buscar). (43b)

Quando a inversão do trajeto é feita por vocábulos verbais diferentes, a economia linguística impede ao falante o emprego do segundo ocupante da classe dos declarativos: por esse motivo, ao verbo levar falta o correspondente verbo deslevar, e ao verbo trazer o correspondente destrazer. Ausentes da norma, ambos os verbos de declarativo inversivo existem no sistema à espera de que o falante tenha motivos ponderosos para violentar a norma, ainda que respeitando o sistema.

Poucos verbos nos apresentam um percurso com o constituinte 2:

∅ and a r - levar por ... (45)  
p P

O constituinte 3 é o signo inicial e representa o fato (F):

Des carreg a r - tirar algo de ... (41b)  
p C F

Se compararmos o constituinte 4 de duas formas verbais, podemos compreender que ele implica numa circunstância de percurso temporável, enquanto o constituinte 5 implica em assistente:

Des trav á ra mos (36b)

Des trav a va s (36c)  
p C F PT A

Olhando agora apenas as relações que constituem o conjunto dos significantes do vocábulo verbal, podemos assinalar-lhe esta estrutura:

(1 . 2) / 3 ; (4 . 5)

Se voltarmos à locução (16), veremos que o seu elemento independente pode prender-se a cada um dos outros elementos:

Estas árvores  
minhas árvores  
árvores frutíferas (38)  
1 2 3 4

Formam-se vários complexos de elementos: o independente e um dependente. (66)

Aquele é repetido em cada complexo e deve ser fatorado por economia linguística.

O mesmo acontece numa sentença:

Ele leva  
leva algo  
leva de algures  
leva para alhures  
leva por algures. (43)  
1 2 3 4 5 6

Cada complexo apresenta o mesmo elemento independente e outro elemento dependente: o produto fatora o elemento comum. (67)

O mesmo deve acontecer quando geramos o vocábulo verbal:

Des á  
trav á  
á ra  
á mos (36b)  
1 2 3 4 5



Devemos lembrar-nos que o momento acústico da língua é linear, enquanto o momento semiótico é simultâneo, implicando apenas na escolha prévia do elemento inicial. (68)

Além disso, dado o pequeno rendimento morfêmico de muitas das línguas, a primeira escolha recai sobre o conjunto, despojado apenas dos morfemas flexivos:

Des trav a va s (36e)

$\frac{\text{Des trav a}}{3} \quad \frac{\text{mos}}{4 \quad 5}$  (36b)

Entretanto, de maneira nenhuma destrói o processo gerativo de um conjunto em qualquer nível o fato de escolhermos um morfema inicial ou um conjunto morfêmico inicial. Parece-nos apenas que o processo coesivo perde boa parte de sua maleabilidade sempre que lhe faltar uma regularidade absoluta.

O constituinte 1 pertence a uma classe fechada: tem apenas dois ocupantes, que realizam o valor de positivo por um morfema vazio e o de negativo por um morfema pleno.

O constituinte 2 é uma classe aberta, com um número infinito de ocupantes, enquanto o constituinte 3 é apenas um dos ocupantes de uma classe de morfemas iniciais, substantivos e adjetivos, além do morfema verbal de que tratamos.

Os constituintes 4 e 5 representam morfemas flexivos e organizam o vocábulo verbal num paradigma. Como o primeiro deles nos oferece maiores problemas e vai constituir o assunto deste trabalho, ocupamo-nos rapidamente do constituinte 5 dentro da língua culta brasileira.

O constituinte 4 pertence a uma classe fechada, constituída por doze ocupantes, que podem dispor-se em duplas. Entretanto, se os procurarmos, um a um, ficam-nos faltando dois deles:

Vejo	Veja	Vir	Vi
Via		Visse	Vira
Ver	Vendo		Visto

Para completar uma dessas lacunas, pensamos no fato de que existem formas correspondentes:

1. Se ele vir o filme, pode opinar sobre ele. (46a)
2. Se ele visse o filme, podia opinar sobre ele. (46b)
3. Quero que ele veja o filme. (47a)
4. Quis que ele visse o filme. (47b)

Como a forma vir difere da forma veja e nenhuma pode ser trocada pela outra, segue-se que constituem formas diferentes. Ora, cada uma dessas formas tem como correspondente a forma visse, que deve ser considerada, por esse motivo, uma dupla de homônimos. Do mesmo modo, a forma vendo constitui uma dupla de homônimos e um deles é correspondente das formas vir ou visse:

1. Vendo o filme, pode opinar sobre ele. (48a)
2. Vendo o filme, podia opinar sobre ele. (48b)

Com isso, obtemos o quadro inteiro de formas:

Vejo (1)	Veja (4)	Vir (7)	Vi (10)
Via (2)	Visse (5)	Visse (8)	Vira (11)
Ver (3)	Vendo (6)	Vendo (9)	Visto (12)

Ajuda-nos a compor esse quadro o fato de que os verbos irregulares nos apresentam variantes do constituinte 2, que abrangem grosseiramente a metade da esquerda (uma variante) e a metade da direita (outra variante), conforme acontece ao próprio verbo ver que escolhemos para demonstrar. O fato de existirem várias conjugações com verbos regulares e irregulares implica apenas em que essas formas podem realizar-se por variantes, que atingem exclusivamente o significante e omitimos por isso deste estudo.

A cada momento da fala, o emissor deve escolher uma dessas formas para iniciar o seu discurso. E nos importa agora descobrir os fatores dessa escolha.

Entretanto, compete-nos justificar a ausência de algumas formas, comumente consideradas pertencentes ao paradigma verbal:

1. Vẽ. (49a)
2. Vede. (49b)
3. Verei. (50a)
4. Veria. (50b)

As duas primeiras constituem apenas variantes sentenciais da segunda pessoa da forma (4), condicionadas à realidade ou à pos-

sibilidade de estarem em início de sentença.

(69)

Comparem-se:

Vê o meu trabalho! (51a)

Vede o meu trabalho! (51b)

Não vejas o meu trabalho! (51c)

Não vejais o meu trabalho! (51d)

Quero que vejas o meu trabalho. (52a)

quero que vejais o meu trabalho. (52b)

Oxalá vejas o meu trabalho! (53a)

Oxalá vejais o meu trabalho! (53b)

Enquanto a forma verbal inicia as sentenças (51a, b) e requer a variante própria de início, em todas as outras sentenças aparece-nos a forma verbal fora desse início, sem possibilidade de ser transportada para ele, implicando na exigência da variante medial. (70)

As formas (50a) e (50b) nos apresentam dois verbos, como fica provado se nos valermos de um pronome mesoclítico:

Ver-vos-ei, (54a)

Ver-vos-ia. (54b)

O constituinte 5, a que se chama pessoa, denota **primariamente** o assistente do trajecto semântico e possui seis ocupantes, quase todos realizados por múltiplas variantes, que deixam de interessar-nos aqui. Assim, simplificando a forma desses morfemas sob o critério puramente gráfico com que eles se nos apresentam, temos:

Fal o (55a)

Fal a s (55b)

Fal a Ø (55c)

Fal a mos (55d)

Fal a is (55e)

Fal a m  
5 (55f)

Os três primeiros ocupantes (55a, b, c) são exclusivos e denotam respectivamente o falante, o ouvinte e o assunto. Os três últimos (55d, e, f) são inclusivos e denotam o falante, o ouvinte, o assunto e respectivamente alguma coisa mais.

Os ocupantes específicos de ouvinte tendem a desaparecer na língua coloquial brasileira. Neste caso, um dos ocupantes denota

o não-falante, seja ouvinte ou assunto. A própria modalidade culta deixou-se impregnar por esta norma coloquial, resultando que o ocupante de terceira pessoa denote comumente quer o ouvinte, quer o assunto de que trata o falante. Em termos de língua clássica, era sempre um recurso estilístico o fato de a terceira pessoa denotar o ouvinte, o que se conseguia transformando o ouvinte em assunto mediante o artifício de se falar de uma qualidade do ouvinte (71) entendida por todos como uma metonímia do pró-prio ouvinte:

Vossa majestade me honra. (56a)

O ouvinte era hipoteticamente tratado em segunda pessoa:

A majestade de vós me honra. (56b)

### 2.1.1. Aspecto Verbal

Cada morfema denota um conjunto de detalhes presentes no contexto natural do discurso e a presença desses detalhes revela ao emissor o significante necessário, retirado do arquivo de sua memória. (72)

Se a escolha de alguns parece bem fácil à vista de detalhes claros, temos maior dificuldade em explicitar os detalhes de contexto, necessários para escolher um destes morfemas:

Des trav á ra mos (36b)

Des trav á va mos (36f)

Des trav a Ø mos (36g)

Des trav a r mos (36h)  
PT

Entretanto, parece-nos evidente que todos eles situam de algum modo o acontecimento dentro de um percurso temporal, ainda que sejam mínimos e delicados os detalhes que influenciam a nossa escolha.

2.1.1.1. Detalhe de acabamento

O detalhe mais claro parece ser o de acabamento: o fato pode estar acabado (presença do acabamento) ou inacabado (ausência do acabamento).

Logo de início, devemos distinguir o acabamento e o passado, o inacabamento e qualquer dos tempos. O acabamento implica apenas em considerarmos o fato interrompido ou prosseguindo em qualquer tempo: ~~passado~~, presente ~~ou futuro~~. Menos que um tempo ou uma época do acontecimento, trata-se de um aspecto do acontecimento. (73)

O aspecto de inacabamento abrange as formas de 1 a 6, enquanto o de acabamento abarca as formas de 7 a 12:

Inacabamento		Acabamento	
Vejo (1)	Veja (4)	Vir (7)	Vi (10)
Via (2)	Visse (5)	Visse (8)	Vira (11)
Ver (3)	Vendo (6)	Vendo (9)	Visto (12)

Enquanto o acabamento iguala todos os verbos por nos fornecer o acontecimento interrompido, o inacabamento pode condicionar-se aos aspectos de significado do próprio fato e se realiza por uma destas variantes:

- a) aspecto durativo, em que o fato continua. (57a)
- b) aspecto inceptivo, em que o fato ainda vai começar. (57b)
- c) aspecto freqüentativo, em que o fato se repete. (57c)

Esses três aspectos do inacabamento explicam o significado diverso do aspecto de inacabamento verbal:

- Eu estou em Curitiba. - durativo. (57a)
- Eu vou a S. Paulo. - inceptivo. (57b)
- Eu janto em casa. - freqüentativo. (57c)

Chamaremos, portanto, a uma forma verbal acabada ou inacabada conforme ela denotar respectivamente o fato acabado ou inacabado.

Os aspectos de acabado ou inacabado é que nos explicam certos empregos da forma verbal, que parecem irregulares para quem

lhes atribui um valor de tempo:

Este rio é traiçoeiro: nadou nele, morreu. (58)

Se eu partisse amanhã, ela ficava triste. (59)

O período (59) merece uma explicação. A forma partisse equivale à forma (8) e foi dada como acabada. Se olharmos o contexto do acontecimento, veremos que a partida é anterior à tristeza: o que se realiza antes de outro fato, deve considerar-se acabado com respeito a esse fato. De modo nenhum se trata de uma forma verbal condicionada a outra, mas de dois fatos condicionados ambos pelo contexto natural: o primeiro deles é anterior ao segundo e, portanto, acabado diante do segundo. (74)

O mesmo ocorre neste período:

Eu parti, ficando triste por deixá-los. (60)

Agora, o entristecimento é posterior à partida, fato escolhido previamente para o período: sendo posterior, é inacabado com respeito ao primeiro.

Assim, um encontro de fatos se resolve de maneira fácil: o fato anterior é acabado, o fato posterior é inacabado. Explicam-se com isso estas formas:

Venha (1) antes que chova (2). (61a)

Venha (1) depois que chover (3). (61b)

Venha (1) assim que chova (2). (61c)

Venha (1) assim que chover (3). (61d)

Em (61a), a chuva é posterior à vinda: a forma (2) é inacabada. Em (61b), a chuva é anterior à vinda: a forma (3) é acabada. Em (61c, d), a chuva é simultânea com a vinda: a língua portuguesa não possui forma para a simultaneidade e, por isso, pode-se empregar a inacabada (2) ou a acabada (3).

#### 2.1.1.2. Detalhe de eventualidade

A eventualidade também biparte o quadro de formas verbais, apontando-nos seis formas definidas (ausência da eventualidade) e seis formas indefinidas ou eventuais (presença da eventualidade).

Este detalhe equivale a um avanço para o futuro, a um teor de posterioridade atribuído ao fato, implicando em que se torne eventual ou fortuito realizá-lo. Comparem-se:

Quero uma casa que possui (1) janelas verdes. (62a)

Quero uma casa que possua (2) janelas verdes. (62b)

Temos em (62a) um fato sem eventualidade, previsto e definido: a forma (1) é definida. Ao contrário, (62b) nos fornece um fato sujeito à eventualidade e ao acaso, imprevisto e indefinido: a forma (2) é indefinida.

Vale o mesmo para estes períodos:

Vem ele, (63a)

Venha ele. (63b)

O período (63a) encerra um fato sem eventualidade: a vinda está prevista e definida, impondo a forma verbal definida. Em (63b), o fato está sujeito ainda à vontade dele de vir ou faltar, tornando-se por isso imprevisto e eventual que ele venha; a forma verbal deve ser indefinida. A ordem dos critérios é importante: aparece uma forma indefinida em (63b) por haver um fato indefinido, nunca por haver um comando, ou um imperativo. A forma indefinida foi atribuída a todo imperativo justamente porque o imperativo inclui esse teor de eventualidade ou imprevisibilidade do acontecimento. (75)

Observemos ainda:

Eu digo (1) que ele vem (2). (64a)

Eu digo (1) que ele venha (3). (64b)

Novamente, a forma (2) denota o fato definido e previsto, enquanto a forma (3) alude ao fato eventual, porque imperativo e sujeito assim aos azares da vontade alheia. Nem a forma (2), nem a forma (3) podiam condicionar-se ao primeiro verbo, que é o mesmo para ambas: as três formas dependem das circunstâncias situacionais que cercam o emissor.

Simplificando a linguagem, chamemos definida ou indefinida à forma verbal que denotar respectivamente a presença ou a ausência do significado de eventualidade.

Temos igualmente formas indefinidas, eventuais e imprevistas:

Venha (1) antes que chova (2). (61a)

Venha (1) depois que chover (3). (61b)

- Se eu partisse (4), ela ficava triste. (59)  
 Vendo (5) o filme, pode opinar sobre ele. (48a)  
 Eles me querem estudando. (65)  
 A eventualidade se distribui deste modo:

Indefinido		Definido	
Vejo (4)	Vir (7)	Vejo (1)	Vi (10)
Visse (5)	Visse (8)	Via (2)	Vire (11)
Vendo (6)	Vendo (9)	Ver (3)	Visto (12)

E observe-se a simetria:

- Querer que eu estude (4). (66a)  
 Querer que eu estudasse (5). (66b)  
 Querer-me estudando (6). (66c)  
 Se ele estudar (7), passa. (67a)  
 Se ele estudasse (8), passava. (67b)  
 Estudando (9), passa (ou passava). (67c)

E mais uma vez se torna clara a homonímia das formas (5) e (8), ou (6) e (9): não se trata de uma neutralização de determinado detalhe de significado, mas efetivamente de uma **homónímia** histórica, igual a tantas outras que a língua suporta.

Apenas a simultaneidade pode neutralizar o detalhe de **eventualidade**, exatamente como neutraliza também o de **acabamento**. Apesar disso, o meu sentimento linguístico percebe alguma **eventualidade** em (68a), talvez porque comumente ele estude pouco, ao passo que nota a ausência da eventualidade em (68b):

- Eu o vejo estudando. (68a)  
 Eu o vejo estudar. (68b)

Nenhuma dificuldade nos oferecem as formas definidas: o **acontecimento** é previsto, quer acabado, quer inacabado.

A eventualidade é um modo do acontecimento.



### 2.1.1.3. Detalhe de possibilidade

A possibilidade é um modo do falante, que se manifesta sobre o fato, quer julgando-o possível, quer impossível.

Comparem-se:

Se ele estudar, passa. - é possível que estude. (69a)

Se ele estudasse, passava. - é impossível que estude. (69b)

Entretanto, o fato de ele estudar ou deixar de estudar é apenas um julgamento feito pelo falante.

Novamente simplificamos a linguagem, chamando possível ou impossível a forma verbal na medida em que denota respectivamente a possibilidade ou a impossibilidade de um acontecimento no julgamento do falante.

Por ser possível, o fato do período (69a) requer um tempo presente ou futuro, dado que o passado é irreversível. Ao contrário, declarado impossível, o fato do período (69b) pode estar sujeito ao tempo passado, presente ou futuro, porque em qualquer delas pode gerar-se um fator de impossibilidade.

Muito comumente, o passado constitui o fator de impossibilidade, mas nem sempre o passado do fato, e sim de alguma circunstância do fato. Observe-se:

O carro dela era vermelho. (70)

A forma verbal é impossível. Os fatores podem ser diversos:

a) Ele pintou o carro.

O carro dela não é mais vermelho.

O motivo é o passado do fato.

b) Ela morreu.

O carro continua vermelho.

O motivo é a troca de dono.

c) Ela vendeu o carro.

O carro continua vermelho.

O motivo é a troca de dono.

d) O carro perdeu-se de vista.

O carro continua vermelho.

O motivo é a ausência do carro. Assim se responde à polícia sobre um carro vermelho, dirigido por uma mulher que tenha fugido depois de um desastre.

As condicionais irrealis requerem uma forma verbal impossível, justamente porque manifestamos um fato que, em nosso julgamento, jamais pode realizar-se.

Algumas formas verbais ficam neutralizadas com respeito à possibilidade ou impossibilidade:

Se ele estudar, passa. (69a)

Se ele estudasse, passava. (69b)

Estudando, ele passa. (71a)

Estudando, ele passava. (71b)

A mesma forma verbal acompanha uma forma possível em (71a) e uma forma impossível em (71b): a forma estudando é neutra.

Manda-me que estude. (72a)

Mandou-me que estudasse. (72b)

Manda-me estudar. (72c)

Mandou-me estudar. (72d)

A forma estudar é neutra. A forma visto é também neutra, ainda que tenha abortado na língua o emprego da forma (12) no seu significado ativo de acabado, definido e neutro. O emprego **subsiste** em torncios fixos:

Exceto que... (73a)

Salvo que... (73b)

A possibilidade distingue as três filas de formas verbais:

Possível	Vejo (1)	Veja (4)	Vir (7)	Vi (10)
Impossível	Via (2)	Visse (5)	Visse (8)	Vira (11)
Neutra	Ver (3)	Vendo (6)	Vendo (9)	Visto (12)

Ao ser escolhido o elemento inicial de uma sentença, comumente o fato há de ser possível ou impossível no julgamento do falante. Por isso, as formas neutras se empregam preferentemente em sentença dependente (frase), enquanto a sentença independente (oração), sempre única no período, requer qualquer das outras formas, possíveis ou impossíveis.

As formas neutras sofrem, portanto, um condicionamento sintático: devem aparecer em sentença dependente, ou frase, e constituem por isso formas frasais do verbo. As outras formas sofrem igual condicionamento, sujeitas a aparecerem em sentença indepen-

dente, ou oração, importando por isso em formas oracionais do verbo.

Com isso, a escolha de uma forma frasal cria sempre a expectativa de uma forma oracional, porque o fato deve ser possível ou impossível no julgamento do falante. A forma neutra equivale apenas a suspender a escolha de um teor do fato dependente, porque há de vir um fato independente em que se deve realizar a escolha do teor de possibilidade: o fato dependente terá a sua possibilidade determinada em função do fato independente. Esta suspensão é facilitada, pois a escolha do fato independente é sempre anterior à do fato dependente, ainda que este seja manifestado primeiro na cadeia acústica de ( $G_4$ ).

Nada impede que encontremos uma forma frasal em sentença independente, mas interferem neste caso outros processos linguísticos, além do coesivo, e tal estudo escapa ao nosso propósito.

A língua portuguesa ainda nos oferece um problema sério: uma das formas frasais desenvolveu um sistema pessoal e criou-se o nosso infinito pessoal, continuando ainda o impessoal, congêneres das outras formas frasais.

### 2.1.2. Fundamento da Escolha

A habilidade de emissor reúne a competência e o desempenho do emissor, que parte de um contexto natural, que lhe fornece fatos, e chega a um período, de que se vale para transmiti-los a seu receptor. (76)

Existe um momento mental, em que o emissor é atingido pelo fato e deve analisá-lo para descobrir-lhe todos os detalhes influentes para a produção e a execução do signo por veicular. (77) Temos para isso uma gramática de imagens ( $G_0$ ), em que cada aspecto de um fato revela outro. O conjunto necessário de detalhes para a escolha e a expansão de um morfema inicial provém desta etapa. Segue-se um momento semiótico, em que aparece ao emissor uma gramática produtiva ( $G_3$ ) que lhe fornece uma regra de expansão: a um elemento independente pode-se agregar um número indefinido de elementos dependentes a fim de constituir um elemento único

de nível imediatamente superior. A execução do signo depende de uma gramática conformativa ( $G_4$ ), que ordena as invariantes acústicas do primeiro momento.

Se um emissor pretende veicular algum período a um receptor, principia o seu trabalho emissivo deixando-se afetar pelo contexto natural para escolher o morfema inicial de seu desempenho:

a (37b)

Sabe que a esse morfema inicial deve agregar-se uma série de acréscimos, importando em gerar quatro complexos de morfemas:

1. a | trav (74a)

2. a | des (74b)

3. a | ra (74c)

4. a | mos (74d)

que equivale a este conjunto, desde que fatorado o elemento inicial comum:

5. a | (trav . des . ra . mos) (75)

Essa forma verbal (75) é postulada por ( $G_3$ ) e deve sujeitar-se a uma regra conformativa para chegar a ( $G_4$ ):

1 | (2 . 3 . 4 . 5) = (3 . 2) / 1 | (4 . 5)

Assim, ( $G_3$ ) fornece ao emissor este vocábulo verbal:

a | (trav . des . ra . mos) (75)

1 | (2 . 3 . 4 . 5 )

que é conformado por ( $G_4$ ) em nova ordem:

(des . trav) / á | (ra . mos) (36b)

(3 . 2 ) / 1 | (4 . 5 )

Em língua portuguesa, a escolha do constituinte 2 e 3 se simplifica, porque, havendo um só morfema inicial verbal, ainda que disponha de três variantes (ou mais, porventura), deve lexicalizar-se imediatamente o conjunto dos constituintes 2 e 3 como se compusesse um morfema só. Neste caso, como a presença do elemento dependente (2) revela a do independente (1), podemos marcar deste modo a estrutura do vocábulo verbal, entendendo que o constituinte 2 vale agora pela amálgama (2 / 1):

Des / travá | (ra . mos)

3 / 2 | (4 . 5 )

Agora, escolher esse constituinte ampliado (2) equivale a identificar o fato que se deseja emoregar no diálogo: o consti-

tuinte (2) é imposto ao falante pelo contexto natural, que funciona como estímulo. Por uma escolha análoga a essa, eu seleciono o vocábulo que deve denotar o que eu acabei de comprar numa loja: a escolha feita exclui imediatamente todas as outras infinitas possibilidades. (78)

A escolha de um elemento entre um número virtualmente infinito de possibilidades fica sujeita ao estímulo do momento e, de certa maneira, podemos dizer que o elemento por escolher vem ao encontro do falante, sem necessidade de ele procurar o conjunto de detalhes que o distinguem de todos os outros elementos da língua. (79)

Entretanto, quando se trata de elementos dependentes dentro de um conjunto severamente limitado, cabe ao falante ir ao encontro do elemento pela descoberta do conjunto de detalhes existentes no ambiente daquele referente: o falante organiza um conjunto de detalhes e esse significado lhe revela o significante que deve utilizar. Em cada caso, a escolha representa uma fração do conjunto inteiro:

$$\text{Des / travá } \downarrow \text{ (ra . mos)} \quad (36b)$$

$$\frac{1}{2} \quad 0 \quad \frac{1}{12} \quad \frac{1}{6}$$

Efetuada a escolha de determinado verbo, a escolha de determinada forma daquele verbo constitui ainda uma fração, que é produto das primeiras:

$$\text{Destraváramos} \quad (36b)$$

$$\frac{1}{144}$$

e equivale ao acaso de o falante acertar a forma correta.

O constituinte 1 implica numa única escolha binária:

	Positivo
∅	+
Des	-

O sinal de mais implica na presença do sentido positivo, dado ao trajeto, enquanto o de menos implica na ausência do sentido positivo e, portanto, na correspondente presença do sentido contrário.

Como o constituinte 4 é um conjunto de três fatores, somos levados a fazer três escolhas binárias. Entretanto, o detalhe da possibilidade implica em duas escolhas: a primeira incide entre aplicá-lo (e com isso já escolhemos o conjunto das formas oracionais) ou suspendê-lo (e com isso já escolhemos o conjunto das formas frasais), enquanto a segunda escolha implica em assinalarmos a presença ou a ausência desse fator no conjunto das formas oracionais. O constituinte 4 requer, portanto, quatro escolhas binárias. (80)

Ora, quatro escolhas binárias haviam de permitir-nos selecionar um elemento entre dezesseis possibilidades de elemento, dando-nos esta fração:

$$\frac{1}{16}$$

Como existem apenas doze formas, a diferença entre as duas frações equivale a um desperdício linguístico, a que se chama redundância.

Cada constituinte 4 possui este conjunto de detalhes:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Acabado	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+
Definido	+	+	+	-	-	-	-	-	-	+	+	+
Neutro	-	-	+	-	-	+	-	-	+	-	-	+
Possível	+	-		+	-		+	-		+	-	

O detalhe de forma neutra aplica-se à suspensão da possibilidade e se executa pela escolha entre o possível ou impossível. Se quiséssemos um quadro mais simples, poderíamos omitir esse detalhe de neutro, indicando a presença da possibilidade e a sua ausência, além de denotar a suspensão pelo sinal de vazio.

A escolha do constituinte 5 tem ainda dois condicionamentos importantes: o primeiro, ao constituinte 4, e o segundo, ao morfema inicial da sentença independente.

Ao suspender a possibilidade (formas possíveis ou impossíveis) na escolha do morfema inicial da sentença independente (primeira escolha absoluta), o falante suspende também simultanea-

mente o constituinte 5. Sempre que aparece em sentença independente, a forma frasal é necessariamente impessoal, realizada numa forma homônima da terceira pessoa.

O infinitivo pode ser pessoal apenas no caso de o seu morfema inicial ser gerado depois do morfema inicial da sentença independente. Já existem bons estudos sobre ele, mas aqui interessamos apenas o critério genérico de que o infinito sempre pode ser impessoal se for co-referencial do signo gerado anteriormente, desde que se omita o sujeito redundante.

O morfema de pessoa provoca três escolhas binárias, como vemos do quadro, em que os ocupantes aparecem numerados de 1 a 6:

	1	2	3	4	5	6
Ouvinte	-	+	+	-	+	+
Assunto	-	-	+	-	-	+
Inclusivo	-	-	-	+	+	+

O quadro nos apresenta os detalhes que a língua portuguesa moderna requer para a escolha de um dos morfemas de pessoa (e de número). A forma 3, como a correspondente inclusiva, é ambígua: pode denotar o ouvinte ou o assunto, cabendo ao contexto verbal e natural indicar o detalhe necessário.

Como exemplo, tentemos gerar este período:

Se ele vier, desmarcamos o encontro. (76)

O falante sofre o estímulo do que deseja transmitir e descobre o constituinte 2:

marc a (r) (77a)

Olha o sentido do trajeto e compreende que deve tomar o sentido contrário, escolhendo uma das duas possibilidades:

marc a | des (77b)

Analisa o fato que vai transmitir e descobre:

- a) É um fato inacabado, porque ainda nada foi desmarcado.
- b) É um fato decidido e já previsto como atividade.
- c) É um fato possível.

A esse conjunto (inacabado, decidido, possível) corresponde univocamente a forma verbal 1, que se realiza por um morfema vazio:

marc a | (des . Ø) (77c)

Observando o trajeto, descobre a pessoa, sob cujas vistas al go deve ser levado de feito (combinado) a desfeito (desmarcado). O assistente é caracterizado por estes detalhes:

a) Não é o ouvinte.

b) Não é o assunto de que se trata.

c) Inclui alguma coisa, além desse referente, que deve ser o falante, porque lhe falta a característica de ser ouvinte e assunto.

Esse conjunto de detalhes lhe permite o último acréscimo:

marc a | des . Ø . mos) (77d)

E continua o processo coesivo para gerar a locução verbal par tindo desse vocábulo verbal, a sentença partindo dessa locução, e, por fim, o período partindo dessa sentença. (81)

Como os acréscimos se fazem com ocupantes do mesmo nível, o acréscimo feito à primeira sentença há de ser outra sentença, que deve, entretanto, originar-se também de um elemento inicial, escolhido à vista de um estímulo presente no contexto natural: no ca so, a vinda de alguém. Com isso, fica escolhido:

v i (r) (78a)

E recomeça outra série de escolhas.

O trajeto escolhido tem o sentido original:

v i | Ø (78b)

O constituinte 2 se distingue por estes elementos:

a) É um fato acabado, porque deve estar realizado no momento de desmarcar.

b) É um fato indefinido, eventual e imprevisto, porque pode ser que venha ou falte.

c) É um fato possível.

Esse conjunto implica na forma verbal 7:

v i | (Ø . r) (78c)

A escolha do constituinte 5 se faz por lhe faltarem as carac terísticas de ser falante, ouvinte e inclusivo, e se realiza por uma variante vazia:

v i | (Ø . r . Ø) (78d)

E continua o processo coesivo pelos níveis superiores até al cançar o da sentença, que se reúne agora à primeira.



Para darmos uma idéia da marcha gerativa do período, assinallamos com algarismos o processo expansivo de (76):

Se	ele	vier,	desmarcamos	o	encontro	.
10	8		1	5	4	2
11	9		3		6	
12			7			
13						
14						
			15			

O desnível observado na sentença dependente provém de que aparece nela o processo subordinativo: vai primeiro a período e desce depois a sentença.

Aplicando a regra conformativa, levamos o produto de ( $G_3$ ) a produto de ( $G_4$ ):

$$\text{marc a } \downarrow \text{ (des . } \emptyset \text{ . mos) = des / marc a } \downarrow \text{ (} \emptyset \text{ . mos)} \quad (79)$$

2            3            4            5            3            2            4            5

e obtemos a forma acústica necessária à ( $G_4$ ):

$$\text{desmarcamos.} \quad (80)$$

O mesmo processo se aplica também à outra forma verbal, aparecendo aqui também a necessidade de uma variante do constituinte 2, além da regra de ordenamento:

$$\text{v i } \downarrow \text{ (} \emptyset \text{ . r . } \emptyset \text{) = } \emptyset \text{ / v i } \downarrow \text{ (r . } \emptyset \text{) - ordenamento.} \quad (81)$$

2            3            4            5            3            2            4            5

e ainda:

$$\emptyset_x \text{ / v i } \downarrow \text{ r}_y = \emptyset_x \text{ / v i}_{xy} \downarrow \text{ r} = \emptyset_x \text{ / v i e } \downarrow \text{ r}_y \quad (82)$$

de que resulta a forma de ( $G_4$ ):

$$\text{vier.} \quad (83)$$

Há falantes que omitem a variante, e nos aparece por isso um período inaceitável em língua portuguesa culta, mas aceitável nos outros dialetos da mesma:

$$\text{Se ele vir, desmarcamos o encontro.} \quad (84)$$

Pertence a ( $G_4$ ) a possibilidade de realizar um conjunto de morfemas de ( $G_3$ ) por um único vocábulo. Assim, o conjunto de incabado, definido, e possível do verbo saber se realiza em primeira pessoa do singular pelo vocábulo sei, em que de maneira nenhuma cabe procurar os morfemas correspondentes.

### 2.1.3. Combinatória Semântica

A escolha de uma das muitas formas do mesmo verbo de língua portuguesa depende, portanto, de muitos fatores. (82)

Entre os constituintes da forma verbal, o responsável pelo trajeto temporal do fato é de suma importância e pode ser escolhido apenas mediante um conjunto de fatores de aspecto e modo, que provêm do fato ou lhe são atribuídos pelo falante. A presença ou a ausência desse aspecto e dos dois modos caracteriza suficientemente o fato e permite isolar o constituinte dentre todos os elementos de sua classe.

A análise tradicional, e ainda a lingüística, tem encontrado suma dificuldade para justificar e explicitar o emprego das formas verbais justamente porque tem pensado apenas em dois fatores (tempo e modo), sem chegar ao teor essencial do modo e deixando-se enganar pelo significado de tempo, que é apenas uma resultante dos fatores que apontamos, nunca a matriz da escolha da forma verbal.

Por isso, mais de um pesquisador se tem reconhecido sem recurso (83), quando pretende explicar em que diferem as formas 4 e 7 do paradigma verbal:

A distinção entre estas duas formas, aliás, é particularmente difícil...

Entretanto, existe um fator que as distingue: o aspecto acabado da forma 7, oposto ao aspecto de inacabado da forma 4. Importa igualmente o conjunto de teores que as aproxima e iguala: o modo eventual e possível. Podemos encontrar até um par mínimo, em que se demonstram as minúcias de que se pode valer o falante bem aquinhoado lingüisticamente:

Pago bem a quem me traga (4) aqueles quadros. (85a)

Pago bem a quem me trouxer (7) aqueles quadros. (85b)

Sendo inacabado e, portanto, posterior, a forma 4 implica em que se paga primeiro e se traz o quadro depois. Ao contrário, sendo acabada, a forma (7) implica em que se traz o quadro primeiro e se paga depois. Além disso, os dois casos denotam fatos eventuais, dado que pode acontecer que aqueles quadros venham ou não venham, e possíveis no julgamento do falante. A desigualdade en-

tre eles depende da escolha do falante:

Paga antes: os quadros vêm depois (inacabado, posterior).

Paga depois: os quadros vêm antes (acabado, anterior).

E se podia acrescentar ainda outro período, constituindo novo par mínimo com (95) ou (96):

Pago bem a quem me traz (1) aqueles quadros. (85c)

Agora, a forma 1 importa nos teores de inacabado, definido e possível. E o inacabado se realiza pela variante frequentativa: eu pago bem a uma pessoa que costumeiramente me traz quadros daquele tipo.

O desprezo pelos dados do contexto natural tem impedido a descoberta desses fatores que condicionam a escolha da forma verbal. Para cada forma verbal existe um referente no contexto situacional, mas deve-se entender que esse referente é apenas um recorte situacional, provindo de motivos sociais e, por isso, imposto ao falante. Vemos, portanto, o verbete semiótico interferindo no natural.

O processo subordinativo nunca interfere propriamente na escolha da forma verbal. Acontece apenas que, nesse caso, podem aparecer-nos dois fatos: o fato denotado pelo período subordinado fica também subordinado, ou relacionado ao fato denotado pela sentença independente. O encontro de fatos provoca evidentemente o aparecimento deste ou daquele detalhe significativo. Assim, muitos dos pesquisadores observaram já que as formas eventuais acompanham com muita frequência uma negativa da sentença independente, mas a escolha da forma eventual jamais se condiciona àquela negativa ou àquela forma verbal negada: acontece apenas que o significado da negativa acelera a eventualidade, tornando-a mais plausível que o fato decidido e previsto. (84)

Quando o falante oscila entre a forma definida e a indefinida, o motivo deve ser procurado no próprio fato, que pode ser entendido ora como previsto, ora como eventual, dependendo antes da maneira de o falante apreciá-lo:

Suponho que ele vem. (86a)

Suponho que ele venha. (86b)

Como a eventualidade em sentença independente foi empregada pelo falante preferentemente para assinalar o comando imposto ao

ouvinte, a eventualidade sem esse comando deve ser assinalada por vocábulo específico:

Talvez ele venha. (87)

O importante é que o condicionamento de qualquer das formas verbais se faz na dependência de significados, nunca de significantes.

O intuito deste capítulo consiste apenas em comprovar que existem fatores linguísticos de apelo ao contexto natural, mediante os quais se escolhem as formas verbais, exatamente da maneira que empregamos para a escolha do morfema de gênero ou de número, ainda que bem mais complexo seja o verbo. Esses fatores devem ainda sujeitar-se ao momento do diálogo, que constitui o verdadeiro presente linguístico, e ao momento do fato, que pode gerar o passado, o presente ou o futuro linguísticos na dependência de fatos anteriores, simultâneos ou posteriores a esse momento do diálogo. Esse tempo linguístico, entretanto, é externado como uma consequência do conjunto de fatores interferentes. Exemplificamos ligeiramente com este par mínimo de períodos:

Disse (10) que voltava (2). (88a)

Disse (10) que voltara (11). (88b)

A forma 10 dos períodos (88a, b) é acabada no momento do diálogo, além de ser definida e possível. A forma 2 do período (88a) é inacabada e definida, mas impossível de realizar-se porque o passado representa o fator de impossibilidade com ser irreversível. A forma 11, além de acabada e definida por motivos óbvios, é impossível, e este fator merece ser explicado. A impossibilidade do fato da forma 11 decorre de que o fato acabado deve estar acabado no momento do diálogo, implicando em haver um momento anterior (o momento do fato) em que ela ainda era inacabada. Acabada em momento anterior, a forma 11 se torna impossível, dado que termina em outro momento, nunca do fato, que seria o previsto para o seu termo. (85)

## 2.2. Locução verbal

Constituído o vocábulo verbal, deve aplicar-se a ele o mesmo processo coesivo: ao vocábulo verbal se agregam acréscimos a nível de vocábulo.

Enquanto a estrutura do vocábulo verbal era **suficientemente** complexa e previa um sem-número de escolhas binárias para levar o emissor do morfema inicial ao vocábulo, a locução verbal parte do vocábulo verbal, já constituído, e requer apenas uma escolha binária, desde que existe apenas a possibilidade de um único acréscimo:

(a ! (trav . des . ra . mos)) ! não (89)

(I ! (2 . 3 . 4 . 5 )) ! 6

Conformado por  $(G_4)$ , aparece-nos a locução verbal:

(não / ((des . trav) / á ! (ra . mos))) (90a)

(6 / ((3 . 2 ) / a ! (4 . 5 )))

ou seja, tomando o vocábulo verbal já constituído, obtemos:

Destraváramos ! não (91)

que se conforma em  $(G_4)$ :

Não / destraváramos (90)

Esse constituinte, dependente da locução verbal, pertence a uma classe de apenas dois ocupantes em língua portuguesa:

Não / destraváramos (90a)

∅ / destraváramos (90b)

Temos novamente uma classe de declaração, com ocupantes análogos à declaração que incidia no morfema inicial do vocábulo verbal. (86)

Terminado o vocábulo verbal, o emissor parte novamente de um morfema para constituir o segundo vocábulo, que deve depender do primeiro, início do signo. Esse segundo vocábulo é declarativo. Terminada a locução verbal, acrescem outras locuções, na dependência do trajeto semântico a que pertença o fato escolhido. (87)

Constituída a locução verbal, deve-se expandi-la pelo mesmo processo, mas sujeita aos limites impostos pelo fato cultural que se transmite e pelo trajeto semântico em que ele se molda. (88)

### 3. DECLARAÇÃO LINGÜÍSTICA

Estudamos aqui o processo lingüístico da declaração, evidenciando os níveis de seu emprego e os valores de seu significado dentro da sintaxe da língua portuguesa e, na medida do possível, dentro da sintaxe de uma gramática universal e limitando a nossa análise ao período de pronúncia neutra do dialeto culto brasileiro.

#### 3.1. Alcance da Declaração

A classe dos declarativos deve ser considerada um dos mais importantes universais lingüísticos, porque responde essencialmente ao objetivo da linguagem, que consiste em transpor de um a outro comunicante a gramática de imagens ( $G_0$ ), mediante a qual se interpretam os dados de um acontecimento, para provocar a interferência do outro. (89)

O declarativo reaparece a cada novo nível imposto pelo processo coesivo e, por isso, resulta a necessidade de o tratarmos em capítulo especial, em que pesquisemos o seu comportamento dentro de um nível, além das interferências geradas pelo encontro de declarativos de nível a nível.

#### 3.1.1. Conceito de declaração

Atividade mínima de qualquer dos comunicantes, o período é articulado do morfema à sentença sempre da mesma maneira: existe um elemento original, essencial sob o critério de significante e de significado, a que se acrescentam outros elementos, acidentais sob o mesmo critério de significante e significado, para gerarem juntos, essencial e acidentais, um novo elemento de nível imediatamente superior. (90)

O conjunto de morfemas gera o vocábulo, partindo de um morfema essencial (E) a que se acrescenta sucessivamente sempre novo

accidental (A):

cor a va - corava. (92)  
A E A

O conjunto de vocábulos gera a locução:

não corava (93)  
A E

Ou ainda:

aquela moça (94)  
A E

O conjunto de locuções gera uma sentença:

Aquela moça não corava (95)  
A E

Ou ainda:

Não ouvindo a resposta (96)  
E A

O conjunto de sentenças gera o período:

Não ouvindo a resposta, aquela moça não corava (97a)  
A E

O elemento accidental depende do essencial e pode ser obrigatório ou facultativo, mas é possível ao elemento essencial cumprir isolado o conjunto, impondo que o comunicante gere o conjunto partindo do elemento essencial e, posteriormente, agregando a ele cada um dos elementos accidentais: (91)

Não ouvindo a resposta, aquela moça não cor a va (97a)

		A	E	A
		A	E	
A	A		E	
			E	

Ao conjunto de sentenças, cujo significado denominamos vivência, se agrega ainda um jogo prosódico, responsável pelas classes de período, como este em que nos aparece uma linha melódica ascendente (marcada pela interrogação), que determina uma escolha dentre duas possibilidades:

Não ouvindo a resposta, aquela moça não corava ? (97b)  
E A

Ainda que tenhamos um conjunto de dois elementos (a vivência e a prosódia) para constituir o período, nenhum nível novo nos parece, porque cada novo nível é gerado pelo encontro de elementos igualmente articulados: aqui, a vivência e a prosódia se articulam diferentemente.

A resposta a esse período é sempre um de dois períodos, que

constituem a classe da declaração com dois ocupantes:

$\begin{array}{c} \text{Sim, } \emptyset \text{ corava.} \\ \hline \text{V} \quad \text{V} \\ \hline \text{L} \\ \hline \text{S} \\ \hline \text{P} \quad \text{P} \end{array}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nível de vocábulo.</li> <li>- nível de locução.</li> <li>- nível de sentença.</li> <li>- nível de período.</li> </ul> <p style="text-align: center;">(períodos apostos).</p>	(98a)
---	---	-------

$\begin{array}{c} \text{Não, não corava.} \\ \hline \text{V} \quad \text{V} \\ \hline \text{L} \\ \hline \text{S} \\ \hline \text{P} \quad \text{P} \end{array}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nível de vocábulo.</li> <li>- nível de locução.</li> <li>- nível de sentença.</li> <li>- nível de período.</li> </ul> <p style="text-align: center;">((períodos apostos)).</p>	(98b)
--	---	-------

A classe da declaração é constituída, portanto, pela interfe-  
rência semântica de dois vocábulos: o vocábulo sim (e sua varian-  
te vazia) e o vocábulo não.

E podemos ter a certeza de que a classe declarativa deve ter  
em todas as línguas pelo menos esses dois ocupantes, uma vez que  
o declarativo se constitui a nível de cláusula, em que aparece,  
imposta pelo signo do emissor, a necessidade de o receptor res-  
ponder-lhe lingüística ou extralingüísticamente, optando exclusi-  
vamente por uma de duas possibilidades: atender ao receptor, o  
que equivale ao positivo, ou desatender a ele, o que equivale ao  
negativo. Entretanto, para fins de examinar o significado dos de-  
clarativos, o melhor período é o jussivo, em que o comportamento  
é extralingüístico, dado que o assertivo pode ter por resposta o  
puro silêncio, enquanto o optativo e o interrogativo obrigam o  
receptor a uma resposta metalingüística, porque se trata de um  
signo que se refere a outro signo. Além disso, ter uma resposta  
extralingüística implica em que se possa com maior facilidade re-  
solver o significado do signo mediante o processo associativo: as-  
sim deve também a criança chegar ao significado positivo e nega-  
tivo.

Qualquer desses vocábulos declarativos pode interferir em  
qualquer sentença do período:

$\begin{array}{c} \text{Não ouvindo a resposta, aquela moça não corava.} \\ \hline \text{V} \quad \text{V} \\ \hline \text{L} \\ \hline \text{S} \end{array}$	$\begin{array}{c} \text{Não corava.} \\ \hline \text{V} \quad \text{V} \\ \hline \text{L} \\ \hline \text{S} \end{array}$	(97a)
---	---	-------



Com isso, devemos concluir que o vocábulo declarativo pertence à sentença, nunca ao período, embora reflita no período o significado da declaração, impondo-lhe uma das maneiras de declaração. Assim, o período é meramente assertivo, enquanto a sentença pode ser positiva (com a presença do declarativo sim, ou sua variante vazia) ou negativa (com a presença do segundo declarativo). (92)

Se já sabemos agora o que é a classe da declaração, ainda desconhecemos o que possa significar.

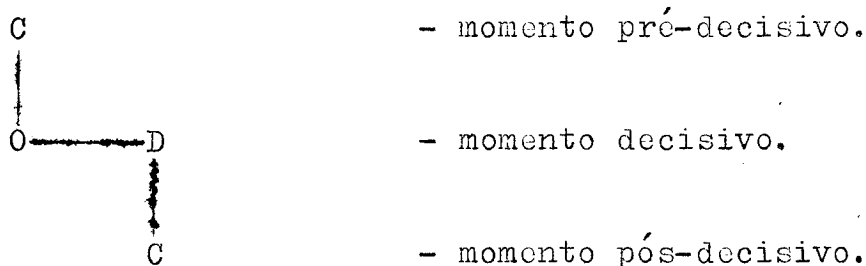
É universal linguístico o fato de que o significado articulado se molda pela forma de um trajeto, em que uma carga abandona uma origem e busca um destino, havendo sempre um signo específico para denotar cada um dos possíveis trajetos. (93)

Esse signo específico, denotador de trajeto e existente em todas as línguas, é um elemento original e tem a característica de ser o menos dependente de todos: em língua portuguesa é o morfema verbal, a que acrescentam elementos acidentais para constituírem junto com ele o fato (F), que nos revela que uma carga (C) se desloca de uma origem (O) em busca de um destino (D). Consideremos esta sentença:

Algo vai de algures para alhures. (99)

C      F      O      D

Esta sentença significa que eu tive algo algures e terei algo alhures: o trajeto se executa desmanchando um conjunto (algo algures) e compondo um novo conjunto (algo alhures). Podemos visualizá-lo num esquema:



No momento pré-decisivo, existe ainda uma conjunção das instâncias de origem e carga, enquanto nos aparece a conjunção das instâncias de carga e destino no momento pós-decisivo. O momento decisivo equivale ao deslocamento da carga da origem para o destino.

Daremos um nome diferente ao conjunto de idéias que podemos obter em cada um desses momentos:

a) Antecedente é o conjunto de idéias obtidas durante o momento pré-decisivo, associando o contexto verbal a um contexto natural em que possa ocorrer o signo com a maior naturalidade.

b) Trajeto é o conjunto de idéias obtidas pelo mesmo processo durante o momento decisivo.

c) Conseqüente é o conjunto de idéias obtidas ainda por igual processo durante o momento pós-decisivo.

O significado de uma sentença abarca as idéias obtidas durante esses momentos todos, equivalendo a uma soma desses elementos. (94)

A sentença positiva denota que o trajeto se cumpre pela ruptura da conjunção pré-decisiva e pelo aparecimento da conjunção pós-decisiva:

O menino vai do quarto para a sala. (100a)  
C F O D

Os momentos são nítidos: (95)

a) Momento pré-decisivo:

O menino encontra-se no quarto.

b) Momento decisivo:

O menino encontra-se entre o quarto e a sala.

c) Momento pós-decisivo:

O menino encontra-se na sala.

A sentença negativa denota apenas que o trajeto deixa de cumprir-se nos termos em que é descrito pela positiva. Enquanto a positiva indica sempre que o conseqüente da sentença é uma conjunção de carga e destino, apenas a negativa mais singela indica que o conseqüente é ainda a conjunção da origem e da carga, retendo o trajeto no momento pré-decisivo:

O menino não vai do quarto para a sala. (100b)  
C V O D

A conjunção do antecedente nem chega a desmanchar-se:

a) Momento pré-decisivo:

O menino está no quarto.

b) Momento decisivo:

O menino ainda está no quarto.

c) Momento pós-decisivo:

O menino continua no quarto.

Ou seja: enquanto a positiva leva o teor da sentença para o conseqüente e desfaz a conjunção de origem, a negativa reconduz o teor da sentença para o antecedente e mantém a conjunção de origem, sem compor-se a conjunção de destino.

Com isso obtemos o significado específico da declaração:

- a) O positivo aproxima-se do destino.
- b) O negativo aproxima-se da origem.

### 3.1.2. Níveis de declaração

A língua portuguesa conhece morfemas e vocábulos declarativos. O morfema declarativo pertence ao nível do vocábulo e transmite o seu teor para o nível da locução, enquanto o vocábulo declarativo pertence ao nível da locução e desempenha o seu teor em nível de sentença. Entretanto, apenas o vocábulo declarativo tem emprego sistemático.

O morfema declarativo denota a orientação do trajeto:

- a) positivo: da origem para o destino.
- b) negativo: do destino para a origem, considerados os limites do trajeto de sentido (rumo) positivo.

Comparemos:

$\frac{\emptyset}{P}$  fazer - levar de inexistente a existente. (101a)

$\frac{des}{N}$  fazer - levar de existente a inexistente. (101b)

O morfema declarativo tem o seu alcance limitado à locução e, por isso, a declaração de vocábulo difere da declaração de locução, bastando-nos comparar:

Ele não  $\frac{\emptyset}{P}$  fez o embrulho. (102a)  
 $\frac{N}{E}$

Ele  $\frac{\emptyset}{P}$  des fez o embrulho. (102b)  
 $\frac{N}{E}$

Ou seja: o negativo do positivo de um morfema jamais equivale ao positivo do negativo do mesmo morfema.

Com morfemas substantivos ou adjetivos, o declarativo de morfema pode denotar ainda a inversão dos limites (contente e descontente), mas pode também manifestar o mesmo teor dos vocábulos declarativos (útil e inútil), parecendo-nos que o morfema des de nota mais frequentemente o trajeto inverso e o morfema in o trajeto negado (por manter-se a carga em sua origem).

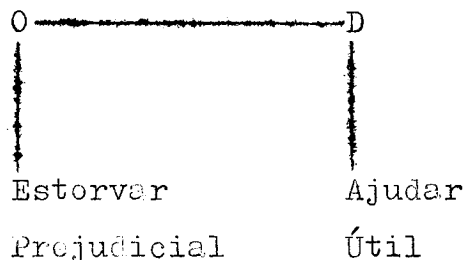
Com verbos, o trajeto inverso é feito comumente com os morfemas declarativos diante da mesma raiz (respeitar e desrespeitar), enquanto o trajeto negado se obtém por raízes diferentes (comparecer e faltar): por isso mesmo, quem não respeita, nem sempre desrespeita, mas quem não comparece, sempre falta. O conceito de antônimo engloba comumente as duas modalidades de declaração: os pares inversos (útil e prejudicial) e os pares negados (útil e inútil).

Convém aproximar os declarativos inversivos ou negativos da correspondente idéia de trajeto inverso e negado para observarmos que o funcionamento do declarativo linguístico difere do lógico. Consideremos os dois verbos e seus respectivos trajetos:

Ajudar: passar de inútil a útil. (103)  
           F                  O                  D

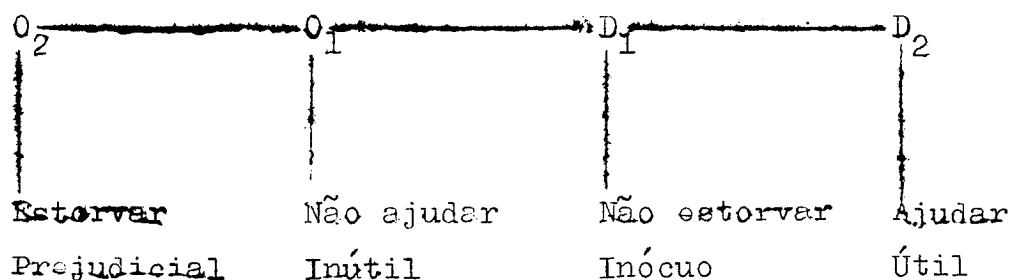
Estorvar: passar de inócuo a prejudicial. (104)  
           F                  O                  D

Os verbos nos provam que o trajeto inversivo coloca os elementos em ordens polares, tomando um por origem e outro por destino. Como o destino se busca, parece que a língua marca o elemento ocupante da origem, que significa comumente algo que se deseja evitar, dado que a origem se abandona. Podemos pensar neste esquema:



A origem pode ser negada e, com isso, se aproxima do destino, sem atingi-lo, entretanto. Da mesma forma, o destino pode ser negado e se aproxima conseqüentemente da origem, novamente sem alcançá-la. O trajeto ganha dois pontos intermediários, que consti-

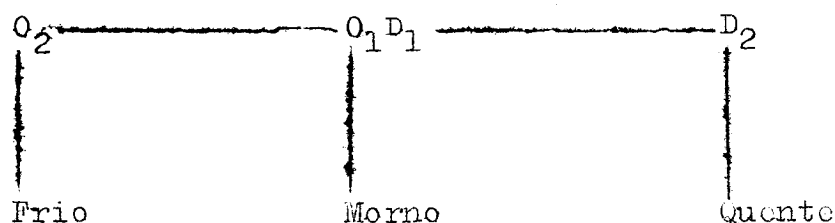
tuem limites secundários do trajeto:



Distingue-se o declarativo lógico do linguístico, porque os pontos deste nunca, ou quase nunca se encontram equidistantes:  $D_1$  está mais distante da  $D_2$  que  $O_2$  de  $O_1$ . Basta vermos que  $O_2$  implica  $O_1$  e  $D_1$  não implica  $D_2$ :

Quem estorva, não ajuda. (105)

A língua pode ainda ter vocábulo para o conjunto desses limites anteriores, além de poder tê-los para cada um deles:



O termo neutro soma as negativas dos elementos polares.

A existência simultânea de trajetos inversivos e negativos tende a delimitar mais claramente o significado de cada um, mas a existência de apenas um deles motiva um fato curioso. (96)

A negativa do destino equivale praticamente à origem, mas a negativa da origem apenas se aproxima do destino:

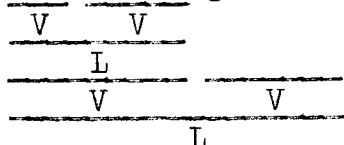
O que não é bom, já é sentido como mau. (106)

O que não é mau, ainda não é bom. (107)

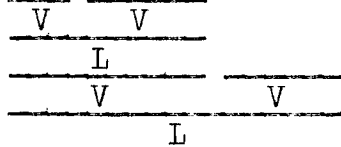
O mesmo fato existe atenuado quando lidamos com ambos os trajetos, inversivo e negativo: a negativa do destino se aproxima bem mais da origem que a negativa da origem com respeito ao destino.

É possível, para efeitos estilísticos, negar uma série de vocábulos, mas o processo é algo complicado:

Eram galhos não muito grossos. (108a)



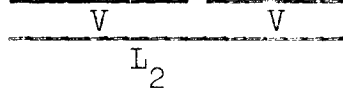
Iludiram a não poucos homens. (109a)



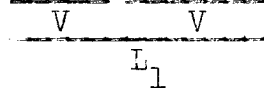
Em qualquer desses casos, um conjunto de vocábulos gera uma locução, mas aparece numa posição própria de vocábulos: trata-se de uma locução que transformamos obrigatoriamente em vocábulo mediante um processo subordinativo.

Por serem vocábulos, ainda que obtidos por um processo específico (subordinativo), a declaração existe a nível de vocábulo e manifesta o seu teor a nível de locução, implicando na equivalência de cada par de locuções:

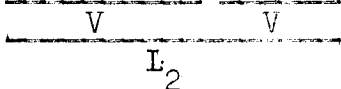
Eram galhos não muito grossos. (108a)



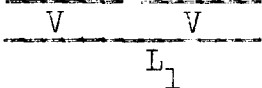
Eram galhos pouco grossos. (108b)



Iludiram a não poucos homens. (109a)

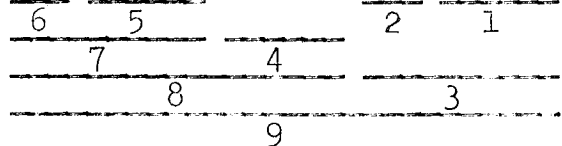


Iludiram a muitos homens. (109b)



A negativa estilística é gerada enquanto se gere o conjunto locucional a que pertence partindo-se do elemento original para os acidentais e escolhendo-se a variante estilística em lugar do positivo neutro, como demonstramos nesta sentença pela seqüência dos algarismos:

Não poucos homens  $\emptyset$  vieram. (110a)



O processo subordinativo, empregado para a negativa enfática, destaca-se pela interferência na marcha das articulações, que seriam menos complexas e menos numerosas sem ele:

Muitos homens	Ø	vieram.	
5	4	2	1
6		3	
7			

(110b)

As sentenças serão ambas positivas. (97)

A primeira locução de cada sentença, ocupante da função de sujeito, é negada numa e afirmada noutra sentença. Ressalvado o efeito estilístico, ambas têm o mesmo significado. (98)

Resta-nos ainda falar sobre o vocábulo nem, que parece um negativo de locução:

Nem os amigos vieram. (111)

N	V	V	L
---	---	---	---

- negativo diante de locução.

A língua portuguesa tem uma classe de vocábulos extensivos, que denotam inclusão ou exclusão. Entre eles há dois curiosos, ambos inclusivos:

Ø vieram até os amigos. (112)

P	V	I	L
---	---	---	---

- positivo diante de vocábulo  
(verbal).  
- inclusivo diante de locução.

Não vieram nem os amigos. (113)

N	V	I	L
---	---	---	---

- negativo diante de vocábulo  
(verbal).  
- inclusivo diante de locução.

O vocábulo inclusivo de língua portuguesa tem duas variantes condicionadas ao vocábulo declarativo: a variante até, condicionada ao positivo, e a variante nem, condicionada ao negativo, ambas variantes de significante. (99)

Depois de um vocábulo negativo pode aparecer ou faltar a variante negativa do inclusivo:

Não vieram nem os amigos. (113)

Não vieram os amigos. (114)

Nesse caso, se pode aparecer ou faltar, a presença da variante negativa tem significado independente.

Ao contrário, depois da variante negativa do inclusivo deve aparecer necessariamente o vocábulo negativo que a condiciona. Neste caso, por dever aparecer necessariamente, o vocábulo negativo tem um significado dependente, já revelado suficientemente pela presença anterior da variante negativa do inclusivo, e, no dialeto culto que consideramos, torna-se obrigatória uma varian

te vazia do significante cujo significado se tornou dependente. Por isso, temos a dupla aparentemente diversa:

Nem os amigos  $\emptyset$  vieram. (111)  
 $\frac{I}{N} \quad \frac{L}{V}$

Não vieram nem os amigos. (113)  
 $\frac{N}{N} \quad \frac{V}{V} \quad \frac{I}{I} \quad \frac{L}{L}$

Efectivamente, a dupla é a mesma, salvo a ordem diversa, porque a negativa da sentença (111) se realiza por uma variante vazia: e sentença (113) é negativa por causa dessa variante vazia do vocábulo não, nunca por causa do inclusivo nem. O dialecto de língua portuguesa que permitir significados dependentes (existem vários), há de oferecer-nos:

Os amigos não vieram. (115)

Nem os amigos não vieram. (116)

Da mesma maneira explica-se o inclusivo desta sentença:

Nem todos os parentes  $\emptyset$  vieram. (117)  
 $\frac{I}{I} \quad \frac{L}{L} \quad \frac{= L}{N} \quad \frac{V}{V}$

- inclusivo diante de locuções apostas.

O vocábulo todos tem um regime especial de emprego, porque sempre aparece em posição de locução mediante um processo promotivo, que o transforma de vocábulo em locução: como locução, admite o inclusivo específico de locução.

O vocábulo inclusivo é especialmente frequente diante de cardinais (todos é também cardinal):

Não veio nem uma pessoa. (118)

Não vieram nem vinte pessoas. (119)

A maior ocorrência do cardinal um com esse inclusivo permitiu uma evolução mediante o processo subordinativo, aparecendo-nos o vocábulo nenhum:

Nem um amigo. (120a)  
 $\frac{I}{V} \quad \frac{L}{V}$

Nem um amigo. - nenhum amigo. (120b)  
 $\frac{V}{V} \quad \frac{V}{V}$

Comprova-se a existência do vocábulo pela possibilidade da



pronúncia diversa: havendo apenas um vocábulo, mediante o processo subordinativo, a vogal alta da sílaba final intensiva condiciona uma variante também alta da primeira vogal, aparecendo-nos a variante vocabular nenhum.

Pode ainda parecer-nos que existe uma declaração de locução quando dizemos, por exemplo:

Convidamos os parentes, não os amigos. (121)

Na realidade, esse tipo de negativo aparece novamente na sentença:

<u>Convidamos</u>	<u>os</u>	<u>parentes,</u>	<u>não</u>	<u>os</u>	<u>amigos.</u>	(122)
V	V	V	V	V	V	
L		L	L	L	L	
	S		S	S		
	P		P			

A existência de duas sentenças no segundo período se comprova pela possibilidade de outra ordem, dado que as sentenças têm um ordenamento muito mais livre que as locuções:

<u>Os amigos,</u>	<u>não.</u>	(123)
S	S	
P		

Por isso mesmo, a melhor escrita seria:

Convidamos os parentes; não, os amigos.

Assim, fica comprovado que a declaração existe em dois níveis da língua portuguesa:

a) a nível de vocábulo, interferindo no significado da locução.

b) a nível de locução, interferindo no significado da sentença. (100)

A única dúvida pode aparecer-nos exatamente com os vocábulos sim e não:

Ele veio ? (124)

Sim. (125a)

Não. (125b)

Acontece que esses vocábulos constituem uma declaração de vocábulo, mas levam o significado de declaração de vocábulo até a sentença por poderem promover-se até a sentença, o primeiro obrigatoriamente e o segundo facultativamente. Ou seja: o vocábulo positivo sim possui uma variante condicionada ao processo promo

tivo (a variante plena) e uma variante condicionada ao nível locucional (a variante vazia), enquanto o vocábulo não carece de variantes condicionadas às mesmas circunstâncias. Entretanto, existem línguas que apresentam variantes também para o negativo: o inglês, entre outras.

### 3.1.3 - Encontro de declarativos

Os declarativos podem encontrar-se dentro do mesmo nível ou de nível a nível.

Em língua portuguesa, o encontro de declarativos do mesmo nível se rege por duas regras:

1. Com declarativos de valor diverso, o significado total é negativo.

2. Com declarativos de mesmo valor (positivo e positivo, ou negativo e negativo), o significado total se mantém.

Assim, temos:

Não veio nenhum amigo. (126)  

$$\frac{N}{N} \quad \frac{N}{N} \quad N + N = N$$

$\emptyset$  vieram alguns amigos. (127)  

$$\frac{P}{P} \quad \frac{P}{P} \quad P + P = P$$

Alguns amigos não vieram. (128)  

$$\frac{P}{P} \quad \frac{N}{N} \quad P + N = N$$

Se o encontro se produzir entre níveis diversos, cada declarativo continua com o significado próprio e o negativo de um negativo se torna positivo:

Não eram in úteis. (129)  

$$\frac{N}{N} \quad \frac{N}{N} \quad N + N = P$$

Des in quieto. (130a)  

$$\frac{N}{N} \quad \frac{N}{N} \quad N + N = N$$

Enquanto a sentença (129) nos mostra negativos em níveis diferentes e permite que um reaja sobre outro, impondo o significado positivo, o vocábulo (130a) nos apresenta também negativos seguidos, que deixam de reagir um sobre outro à vista de se encontrarem no mesmo nível. Ainda que se trate de vocábulo marcadamente familiar, essa é a regra comum da língua, que se observa ain-

da também neste (130b):

Des in feliz.

N N

$N + N = N$

(130b)

Esse comportamento todo do encontro de declarativos pode age  
ra ser resumido a uma só regra:

Apenas no encontro de declarativos do mesmo nível torna-se  
redundante a segunda negativa.

Há um caso em que o falante de língua portuguesa, e porventura  
de qualquer língua neolatina, restringe o emprego da dupla ne  
gativa, porque duvida de regra que deva aplicar:

Não poucos homens Ø vieram.

N

P

(110a)

Não poucos homens não vieram.

N

N

(131a)

A sentença (110a) é cômoda de interpretar: quer estejam no  
mesmo nível, quer em nível diverso, os declarativos diferentes  
devem equivaler a um negativo. A sentença (131a) é duvidosa para  
o falante: aparentemente os negativos se encontram no mesmo ní  
vel (negativo de vocábulo em nível de locução) e deveriam manter  
o significado negativo, mas o primeiro deles provém de um process  
o subordinativo, que defasa os níveis entre os declarativos e im  
poria o significado positivo. Como o processo subordinativo é  
consciente, por ser de livre escolha do falante para destaque es  
tilístico, a sentença deveria resultar em significado positi  
vo, mas a dúvida latente deve obstar ao aparecimento de sentenças  
desse tipo. Parece-me que esse é o motivo, porque a sentença  
é aceitável no caso de o primeiro negativo estar verdadeiramente  
em nível de vocábulo, funcionando como morfema:

Não poucos homens não vieram.

V

V

(131c)

Rapazes não-estudiosos não prosperam.

M

V

(131b)

O tratamento lógico-matemático dos declarativos difere do lin  
guístico em quase todas as línguas, se é que existe em alguma.

3.2 Declaração sentencial

Em língua portuguesa, apenas os declarativos de nível locucional nos apresentam emprego sistemático, desempenhando a função declarativa, que constitui a primeira posição da locução verbal.

Para compreendermos melhor o alcance dos declarativos, devemos lembrar o processo formativo do conjunto linguístico, que parte do elemento essencial:

O pai Ø tirou o menino do hospital. (132)  
 $\frac{L_1}{L_1}$        $\frac{L_2}{L_2}$        $\frac{L_3}{L_3}$        $\frac{L_4}{L_4}$

O elemento essencial de cada nível se combina isoladamente com cada um dos elementos acidentais, obrigatórios ou facultativos, constituindo complexos. Nenhuma língua repete esse elemento essencial: a economia linguística fatora o elemento comum, dando que a segunda ocorrência é redundante.

Assim, a sentença se desmancha em complexos locucionais: cada um destes complexos é um conjunto de duas locuções, que é ainda parte da sentença, ficando, portanto, a meio caminho entre a locução e a sentença.

A sentença (132) nos oferece estes:

O pai Ø tirou (133a)  
 $\frac{L_1}{L_1}$        $\frac{L_2}{L_2}$

Ø tirou o menino  
 $\frac{L_2}{L_2}$        $\frac{L_3}{L_3}$

Ø tirou      do quarto.  
 $\frac{L_2}{L_2}$        $\frac{L_4}{L_4}$

A correspondente negativa teria complexos análogos:

O pai não tirou (133b)  
 $\frac{L_1}{L_1}$        $\frac{L_2}{L_2}$

não tirou o menino  
 $\frac{L_2}{L_2}$        $\frac{L_3}{L_3}$

não tirou      do quarto.  
 $\frac{L_3}{L_3}$        $\frac{L_4}{L_4}$

O significado da sentença positiva nos oferece poucos problemas, porque os complexos são todos positivos e nenhum dos valores positivos se anula. O significado da sentença negativa, en-

tratamente, é bem mais complicado, porque apenas uma das ocorrências da negativa se mantém negativa e, além disso, a negativa equivale apenas a uma interferência na normalidade do trajeto **positivo**.

Aparentemente, as possibilidades de interferência no trajeto positivo equivalem ao dobro dos complexos da sentença negativa:

1. Nega-se o primeiro complexo:
  - a) Ninguém vai tirar.
  - b) Outra pessoa vai tirar.
2. Nega-se o segundo complexo.
  - a) Não vai tirar o menino.
  - b) Vai tirar outra pessoa.
3. Nega-se o terceiro complexo.
  - a) Não vai tirar de lugar nenhum.
  - b) Vai tirar de outro lugar.

Essas possibilidades podem reduzir-se a duas modalidades de se efetuar o acontecimento:

1. absoluta:
  - Ninguém vai tirar.
  - Não vai tirar o menino.
  - Não vai tirar de lugar nenhum.
2. relativa:
  - Outra pessoa vai tirar.
  - Vai tirar outra pessoa.
  - Vai tirar de outro lugar.

(101)

Examinando agora as modalidades de negativa absoluta, observamos que devem realizar-se todas simultaneamente, porque cada uma delas implica imediatamente na outra: se ninguém vai tirar, não vai tirar ninguém e não vai tirar de lugar nenhum. Assim, o número de significados possíveis da negativa equivale agora a um a mais que o número de complexos, ou equivale exatamente ao número de locuções da sentença.

Aos dois tipos de negativa corresponde aparentemente apenas um de positiva, porque uma declaração positiva implica **sempre** num processo de atividade (dependendo evidentemente dos variados significados do verbo ou da palavra equivalente a ele numa dada língua): cumpre-se o trajeto e, por mais inferências que possam

tirar-se, o resultado é suficientemente unívoco.

A negativa absoluta equivale a uma inatividade nos termos da atividade proposta pela positiva e pode ser polissêmica por seus antecedentes. (102)

Consideremos:

Ele abriu a porta. (134a)

Ele não abriu a porta. (134b)

Enquanto a primeira sentença é unívoca no sentido de que antes se vedava a passagem (antecedente) e depois se permitia a passagem (conseqüente), a segunda é plurívoca, porque implica apenas em que antes a porta estava aberta ou fechada (antecedente) e depois continuava no mesmo estado (conseqüente). Compare-se o motivo da inatividade para observar-se cada uma das possibilidades:

Ele não abriu a porta, porque ela já estava aberta.

Ele não abriu a porta, porque não tinha chave.

Existe, entretanto, um acordo tácito entre os falantes que os leva ao emprego majoritário do antecedente da positiva também para a negativa:

Ele abriu a porta: a porta estava fechada (antecedente da positiva).

Ele não abriu a porta: a porta continua fechada (antecedente majoritário, equivalente ao da positiva).

O antecedente majoritário depende apenas do contexto verbal, enquanto o minoritário deve apoiar-se fortemente no contexto natural e vem à mente do ouvinte apenas depois de algum raciocínio. (103)

A negativa relativa cumpre sempre o trajeto e equivale, portanto, a uma atividade, mas essa atividade nunca se efetua nos termos descritos pela positiva correspondente. Entretanto, a toda relativa corresponde uma positiva modificada nos limites do termo negado.

Indicando uma inatividade, a negativa absoluta se torna indistinta, porque todas as inatividades se identificam. Ou seja, a mesma inatividade pode denotar a realidade de todas as negativas, tornando-se obrigatoriamente sinônimas as sentenças negativas:

Ele não abriu a porta. (134b)

Ele não capinou o terreno. (135)

Apesar de distintas as atividades das sentenças correspondentes às negativas anteriores, as inatividades delas seriam sinônimas.

Se isto não ocorre, o motivo encontra-se na característica da negativa de referir-se sempre à positiva correspondente. (104)

### 3.2.1.- Significado da Negativa

O significado da negativa deve ser procurado por meio de regras que eliminem a possibilidade de polissemia, selecionando primeiro a modalidade (absoluta ou relativa) e depois o complexo negado da modalidade relativa.

A primeira regra deve incidir na escolha da modalidade. Para isso, comparamos estas sentenças:

O menino não trouxe o livro. (136a)

O menino não trouxe o livro na pasta. (136b)

Enquanto a sentença (136a) nos afirma que nenhum livro se trouxe, a (136b) nos informa que ele foi trazido, mas de outro modo, debaixo do braço, por exemplo, ou na mão.

As duas sentenças tem os mesmos elementos do trajeto:

Trazer algo de algures para alhures. (137)  
           C          O          D

E nos apresentam, além disso, um outro elemento obrigatório, que se caracteriza por denotar um referente avulso ao trajeto, mas sempre presente a ele, a que chamamos por isso assistente:

Alguém trouxe algo de algures para alhures. (138)  
       A          F          C          O          D

Assim, enquanto a primeira sentença nos apresenta apenas elementos essenciais do trajeto, que constituem instâncias, a segunda nos fornece um elemento facultativo do trajeto, ou uma circunstância.

Cada sentença tem, por isso, significado próprio:

1. Negativa absoluta:

Ninguém trouxe.

Não trouxe coisa alguma.

## 2. Negativa relativa:

O menino trouxe.

Trouxe o livro.

Não trouxe na pasta, mas de outro modo.

A escolha da modalidade de negativa se baseia nesta regra:

1. A negativa é absoluta se faltarem complexos circunstanciais.

A negativa relativa se conforma com o que dissemos: existe apenas um complexo negado, enquanto os outros continuam positivos. Entretanto, pode parecer-nos que se negam todos os complexos na negativa absoluta, conforme interpretamos anteriormente. Na realidade, outra coisa acontece. A negativa absoluta equivale à negativa do próprio elemento original e essencial, que desempenha a função de predicado (em sentido restrito apenas ao conjunto do verbo), e, por esse motivo, a sentença negativa absoluta pode sempre ter um equivalente positivo, dado que o trajecto deixa de cumprir-se de maneira absoluta e, ficando a carga em conjunção com a origem, sempre se pode compor uma sentença positiva para manifestá-lo. No caso, teríamos uma equivalência completa entre estas sentenças:

O menino não trouxe o livro. (136a)

O menino deixou o livro. ((139)

Qualquer das sentenças, absoluta ou relativa, se gera partindo do elemento essencial e, atingido o nível locucional, construindo sucessivamente cada complexo:

1. A negativa absoluta parte já de um conjunto verbal negativo, porque o falante sabe que o trajecto não se cumpriu:

1.1. trouxe. (140a)

1.2. não trouxe.

1.2.1. o menino não trouxe.

1.2.2. não trouxe o livro.

1.3. o menino não trouxe o livro.

O conjunto verbal negativo é simplesmente fatorado.

2. A negativa relativa parte de um conjunto verbal positivo, porque o falante está cômico de que se cumpriu o trajecto:

2.1. trouxe. (140b)

2.2.  $\emptyset$  trouxe.



2.2.1. o menino  $\emptyset$  trouxe.

2.2.2.  $\emptyset$  trouxe o livro.

2.2.3. não trouxe na pasta.

2.3. o menino não trouxe o livro na pasta.

Quando se fatora o conjunto verbal de uma negativa relativa, interfere a regra de que o negativo prevalece no encontro de positivo e negativo, como ficou demonstrado em 1.3.

A negativa relativa agrega outro elemento ao significado da sentença, além do trajeto e limites (antecedente e conseqüente) de que já falamos. Da sentença relativa, que analisamos, podemos claramente concluir:

a) O livro não estava na pasta. - conseqüência.

b) O livro veio de outro modo. - inferência.

A inferência pode ser considerada um conseqüente secundário, porque depende do contexto verbal, mas se descobre por meio do contexto natural, dentro do qual se efetua o acontecimento descrito. (105)

Distinguir a instância da circunstância deve tornar-se fácil para o falante pelo fato de o verbo ser seguramente inventariado também sob a forma de trajeto, aparecendo no verbete de cada verbo os acúmulos de instâncias havidas com aquele vocábulo e cabendo ao falante escolher e manifestar as outras com base nas instâncias genéricas sugeridas pelo verbo. Assim temos. Assim temos verbetes diversos:

Lavar: (levar de sujo a limpo) (algo). (141)

guardar: (levar por caminho seguro) (algo) (de algures) (para alhures). (142)

O primeiro verbo contém em si mesmo as instâncias de origens e destino: se alguma coisa parecida com essas instâncias ocorrer na sentença, deve tratar-se necessariamente de ~~de~~ circunstância, que há de ser abrangida pela negativa:

Ele não lavou o carro na garagem. (143)

Ao contrário, o segundo verbo inclui apenas um percurso e exclui as instâncias de origem e destino, que podem aparecer específicas no contexto verbal, uma a uma:

Ele não guardou os carros dos ladrões. (144)

Ele não guardou os carros na garagem. (145)

C D

A diversidade das inferências se prende ao fato de lidarmos com uma circunstância (verbo lavar) e com uma instância (verbo guardar): se não lavou na garagem, lavou noutra lugar, mas deixou o carro desprotegido no caso de o não guardar na garagem. (a pronúncia há de ser neutra.). (106)

Entretanto, os verbos têm sempre uma instância privilegiada dentro o percurso e qualquer dos limites, porque a instância privilegiada pode omitir-se apenas por evidência ou desinteresse, enquanto a outra deve ficar omissa, porque se transforma em circunstância quando for manifestada na sentença. Neste caso, o significado da positiva continua monossêmico, mas o da negativa altera-se, porque se passa a negar essa nova circunstância. Assim, o verbo viajar privilegia o destino e nos fornece uma negativa absoluta quando dissermos:

Ele não viajou para Salvador. (146a)

Mas nos oferece negativos relativos com o acréscimo de qualquer das outras instâncias:

Ele não viajou do Rio para Salvador. (146b)

Ele não viajou para Salvador por estrada de rodagem. (146c)

O verbo sair privilegia a origem e gera com ela uma negativa absoluta:

Ele não saiu de casa. (147a)

Enquanto sabemos que ele está em casa com a sentença (147a), o que é o antecedente desse trajeto por tratar-se de uma negativa absoluta, teremos negativos relativos com estas sentenças, em que nos aparecem respectivamente o destino, o percurso e ambos:

Ele não saiu para o colégio. (147b)

Ele não saiu por esta estrada. (147c)

Ele não saiu do colégio para casa por esta estrada. (149c)

O verbo andar privilegia o percurso, que fornece **negativas** absolutas, enquanto qualquer dos limites desse verbo nos deixa com sentença relativa:

Ele não andou pela cidade. (148a)

Ele não andou desde o colégio. (148b)

Ele não andou até sua casa. (148c)

Ele não andou desde o colégio até sua casa. (148e)

O problema maior de polissemia se gera quando um dos limites é privilegiado e se acrescenta o outro: o conjunto dos dois limites se transforma em percurso, resultando que pode ~~ser~~ negado qualquer deles ou ambos e que, com isso, cresce a polissemia. Assim, esta a sentença permite a inferência de que se viajou de outra cidade, ou para outra cidade, ou noutra percurso, fora do Rio a Salvador:

Ele não viajou do Rio para Salvador. (146b)

O resultado desta talvez por demais longa análise nos comprova que se tornem circunstâncias as instâncias não privilegiadas, passando a estar abrangidas pela regra referida.

Consideremos agora estas sentenças:

Ele não resolveu os difíceis problemas da prova. (149a)

Ele não resolveu os problemas difíceis da prova. (149b)

Enquanto a sentença (149a) é uma negativa absoluta, porque nenhum problema se resolveu, a (149b) é uma negativa relativa, da do que ele resolveu os fáceis. Aparece-nos, portanto, outro aspecto que distingue as modalidades de negativa. (107)

Todo signo tem a característica de incluir uma classe de referentes e excluir todos os outros. Entretanto, alguns signos de notam diretamente a classe de referentes, enquanto outros assinalam apenas uma subclasse da classe de referentes, excluindo assim uma segunda subclasse da classe dos mesmos referentes, além de excluírem todos os outros referentes. Consideramos explicativos os signos que denotam classe e restritivos os signos que denotam subclasse. Havendo signos explicativos ou restritivos dentro da sentença, há de haver complexos explicativos ou restritivos também.

A sentença (149a) tem dois complexos explicativos:

1. Ele não resolveu - explicativo.  
não resolveu os difíceis problemas da prova.  
- explicativo.

A sentença (149b) apresenta o primeiro complexo explicativo e o segundo restritivo:

2. Ele não resolveu - explicativo.  
não resolveu os problemas difíceis da prova.  
- restritivo.

Havendo complexos circunstanciais e restritivos, prevalece a circunstância, mas o restritivo permite uma inferência de contexto natural:

Não resolveu os problemas difíceis sem ajuda do professor.

(150)

A sentença gera-se deste modo:

1. resolveu.
2.  $\emptyset$  resolveu.
  - 2.1. ele  $\emptyset$  resolveu.
  - 2.2.  $\emptyset$  resolveu os problemas difíceis.
  - 2.3. não resolveu sem ajuda do professor.
3. ele não resolveu os problemas difíceis sem ajuda do professor.

Com isso, a sentença tem um conseqüente:

Resolveu os difíceis com ajuda do professor. (152)

e permite ainda uma inferência, independente do contexto verbal: quem resolve problemas difíceis, resolve também os fáceis (e talvez sem ajuda).

Havendo um complexo circunstancial restritivo, prevalece o restritivo:

O menino não trouxe o livro na pasta vermelha. (153)

Dado que os complexos circunstanciais e os restritivos atuam independentemente sobre a negativa, podemos agora reformular a primeira regra, em lugar de impormos uma segunda:

1. A negativa é absoluta se faltarem complexos circunstanciais explicativos ou restritivos e, na ausência deles, complexos restritivos.

Resta-nos a possibilidade de haver mais de uma circunstância, quando nos aparece uma tríplice polissemia desde que pode negar-se a primeira circunstância, ou a segunda ou ambas, e, dado que o significado é já polissêmico, pode acrescer ainda a negativa absoluta com a maior facilidade, havendo ainda a negativa dos outros complexos, portanto. Ora, se a finalidade da linguagem é o diálogo na prática diária da vida, onde é fundamental o entendimento mais perfeito possível, a que obsta já o repertório diferente dos comunicantes, deve a linguagem conter algum remédio para essa polissemia a fim de garantir-se a monossemia no caso de o falante pre-

cisar de mais de uma circunstância na negativa relativa, onde uma pode ser negada. Entretanto, devemos estar conscientes de que as sentenças negativas repelem comumente as numerosas circunstâncias. Se tivermos uma negativa absoluta, surge-nos uma inatividade, que tem valor significativo apenas enquanto subsiste a expectativa positiva correspondente: neste caso, quem precisa de uma inatividade exageradamente circunstanciada? A negativa relativa consiste em negar um elemento e simultaneamente afirmar outro: esse elemento constitui, portanto, o objetivo maior da sentença relativa e tende a tornar desinteressantes as circunstâncias alheias a ele, diminuindo-lhes o número.

Entretanto, o falante pode querer mais circunstâncias. Observe-se esta sentença ambígua:

Ele não lavou o carro na garagem com os irmãos. (158a)

Para desfazer a polissemia, basta-nos empregar um advérbio específico de tempo, que implica num antecedente monossêmico pela inferência da positiva possível no futuro:

Ele ainda não lavou o carro na garagem com os irmãos. (158b)

Inferre-se que ele ainda há de lavar o carro na garagem com os irmãos e, assim, a negativa é uma inatividade fornecida por uma negativa absoluta.

Vale o mesmo para a negativa absoluta que deixa uma pequena margem de ambigüidade:

Ele ainda não abriu a porta. (159)

Evita-se a possibilidade de já estar aberta a porta e ser impossível abri-la, por esse motivo.

Se a sentença contiver apenas um complexo (preferentemente, sujeito e predicado), faltam as circunstâncias e nos basta o exame dos signos explicativos ou restritivos para classificarmos a sentença negativa em absoluta ou relativa:

Os alunos não vieram. (154a)

Os alunos relapsos não vieram. (154b)

A primeira negativa é absoluta: nenhum aluno veio. E fica-nos vedada a inferência de que vieram outras pessoas, professores talvez. A segunda parece ser relativa: os alunos aplicados vieram.

Vale o mesmo para os quantificadores restritivos:

Poucos alunos não vieram. (155)

A negativa parece ser relativa: muitos alunos vieram.

Entretanto, o quantificador muito nos coloca um problema sério, porque se desvia da inferência normal:

Muitos alunos não vieram. (156)

A negativa parece ser relativa, mas de modo nenhum podemos inferir que poucos alunos vieram. E o mais curioso é que nos basta inverter a ordem de sujeito e predicado para obtermos uma negativa relativa de que inferimos que vieram poucos alunos:

Não vieram muitos alunos. (157)

As sentenças (156) e (157) nos asseguram que deve existir um critério de ordenamento ou um tratamento especial dado ao sujeito para explicar essa aparente anomalia. Tentamos resolver o impasse, propondo esta segunda regra:

2. A negativa nega apenas complexo à sua direita.

Ora, se a negativa deixa fora de alcance o elemento situado à sua esquerda, ficam vedadas todas as inferências que possam fundamentar-se no declarativo. Faltando essas inferências devidas ao declarativo, devemos considerar absolutas as sentenças (154b), (155) e (156), ainda que cada uma delas nos tenha parecido relativa, dada a inferência que nos permitia.

Se pudermos fazer alguma inferência, devemos adjudicá-la a duas circunstâncias diversas: ou se trata de inferência do puro contexto natural, inteiramente extralingüística, ou temos uma inferência garantida pelo elemento restritivo, mas nos termos desse elemento restritivo.

Assim, a negativa não alcança o sujeito desta sentença, ainda que o complexo seja restritivo:

Muitos alunos não vieram. (156)

Como falta outro elemento que negar, a negativa incide sobre o conjunto verbal e a sentença se torna equivalente desta:

Muitos alunos faltaram. (160)

Entretanto, a sentença:

Não vieram muitos alunos. (157)

tem um complexo restritivo ao alcance da negativa, já que aparece à direita do predicado, e pode negá-lo, portanto, equivalendo a esta segunda sentença, que nos permite agora a inferência com suporte no declarativo:

Vieram poucos alunos.

(160)

Poder-se-ia pensar que a regra 2 devesse ser formulada em ter mos de sujeito, mediante a afirmativa de que a negativa jamais a tinge o sujeito colocado à esquerda do predicado, mas a regra de ve entender-se absolutamente, porque a negativa deixa de alcan- çar o termo transferido para a esquerda, ainda que seja normal colocá-lo à direita. Comparemos:

Os fariseus não entram nas igrejas pobres. (161a)

Nas igrejas pobres não entram os fariseus. (161b)

Enquanto inferimos de (161a) que os fariseus entram nas igre- jas ricas, de (161b) inferimos que nas igrejas pobres entram ou- tras pessoas. A negativa de (161b) deixou de alcançar um termo circunstancial restritivo exclusivamente porque ele foi transfe- rido para a esquerda, passando a alcançar um termo que antes não alcançava também exclusivamente porque ele foi transferido para a direita. (108)

Outra consequência nos advém da regra 2: ainda que seja ex- plicativo o ocupante do sujeito, ele se torna restritivo pelo fa- to de ser transferido e encontrar-se agora à direita do predica- do.

Apesar de tudo, fica-nos ainda um impasse de tratamento, por- que a relativa com outras palavras admite uma inferência direta, sem necessidade de pospormos o sujeito. De fato, parecem equiva- ler-se estas sentenças, se abstermos o significado declarativo:

Os alunos relapsos não vieram. (154b)

Não vieram os alunos relapsos. (154c)

E o tratamento diverso consiste exatamente nisto:

1. relapso ... não = aplicados.

não ... relapsos = aplicados.

poucos ... não = muitos.

não ... poucos = muitos

e, entretanto:

2. muitos ... não = poucos.

não ... muitos = poucos.

Pensamos explicar a anomalia por uma análise mais refinada do significado veiculado pelo ocupante do sujeito anteposto ou proposto, além do exame mais acurado do significado do quantifi-

gador muito:

1. Havendo uma subclasse de ocupante de sujeito, por ser ele restritivo, a ordem de sujeito e predicado denota os referentes dessa mesma subclasse, enquanto a ordem predicado e sujeito denota os referentes da outra subclasse, ou o complemento daquela primeira subclasse.

Ou seja, disposto na ordem de sujeito e predicado, o complexo denota a própria subclasse de referentes:

Muitos não vieram. - denota os ausentes. (162a)

Entretanto, disposto na ordem de predicado e sujeito, o complexo denota o complemento da primeira subclasse:

Não vieram muitos. - denota os presentes. (162b)

2. O complemento da subclasse muito é outra subclasse muito, enquanto o complemento da subclasse pouco é a subclasse muito.

Assim, com a sentença (162a) na ordem de sujeito e predicado, o sujeito está fora do alcance da negativa e podemos inferir apenas que o signo inclui a própria subclasse e exclui o complemento, mas o complemento de muito é também uma subclasse muito e podemos concluir apenas:

Se muitos não vieram, muitos vieram.

Nessa ordem, o quantificador muito constitui um período particular, em que a forma positiva e a negativa são simultaneamente verdadeiras, ou simultaneamente falsas.

É verdade que muitos alunos não vieram. (163a)

É verdade que muitos alunos vieram. (163b)

Por outro lado, a segunda sentença (162b), com o sujeito pos posto, denota os presentes e os nega, porque o sujeito fica ao alcance da negativa. Negado que os presentes sejam muitos, conclui-se que os presentes são poucos e infiro que os ausentes são muitos. Agora, o período é universal e cada sentença tem um valor diverso de verdade:

É verdade que não vieram muitos alunos. (164a)

É falso que vieram muitos alunos. (164b)

Como jamais se nega o sujeito anteposto, segue-se que ele é afirmado sem podermos concluir alguma outra coisa:

As ~~algumas~~ não vieram. (165a)

Num caso assim, nada impede que a escola tenha apenas alu-



nas, ou que os alunos também não tenham vindo. Ao contrário, negado o sujeito posposto, podemos inferir que o seu complemento está excluído da negativa:

Não vieram as alunas. (165b)

Portanto:

Vieram os alunos. (166)

Agora, com outros quantificadores permite-se a inferência ainda com sujeito anteposto justamente porque o complemento deles é também antônimo de cada um deles, o que jamais acontece com o quantificador muito, cujo complemento é muito e cujo antônimo é pouco.

### 3.2.2 Amplitude dos Declarativos Absoluto e Relativo

O mesmo processo ocorre também com a forma positiva da sentença: também a positiva se exerce à direita e deixa fora de seu alcance o elemento situado à esquerda. Assim, estas sentenças diferem:

Os alunos relapsos vieram. (167a)

Vieram os alunos relapsos. (167b)

O sujeito anteposto de (167a) independe da positiva e impede qualquer inferência, exceto que existem alunos aplicados, enquanto o sujeito posposto de (167b) está ao alcance da positiva e nos permite a inferência de que faltaram os aplicados. Por esse motivo nota-se uma preferência para pospor-se o sujeito sempre que determinados verbos facilitarem a inferência de que acontece o contrário com outros referentes:

Falta um prato na mesa. (168)

Sobraram estas folhas. (169)

Com isso, compreendemos que também a positiva deve classificar-se em absoluta ou relativa. A primeira obsta a qualquer inferência, enquanto a segunda permite uma inferência negativa que denota a subclasse do elemento abrangido pelo vocábulo positivo (na sua variante vazia). Entretanto, enquanto as negativas absoluta ou relativa alteram o conteúdo declarativo da inatividade para a atividade, as positivas absoluta ou relativa mantêm a mes

ma atividade: apenas a inferência distingue uma e outra.

O significado absoluto ou relativo da negativa, ao contrário da positiva, é inteiramente oposto:

Um só aluno não veio. - vieram todos, salvo um. (170a)

Não veio um só aluno. - faltaram todos. (170b)

O advérbio só é um extensivo exclusivo e tem uma variante adjetiva, que pode dificultar a apreensão do significado. Basta-nos trocá-lo por um sinônimo para termos total segurança do significado:

Um único aluno não veio. (171a)

Não veio um único aluno. (171b)

Se nos aparecer o exclusivo, o significado é claro:

Só um aluno não veio. - faltou um. (172a)

Não veio só um aluno. - vieram mais alunos. (172b)

O significado diferente se torna mais claro, se pensarmos nesta dupla de sentenças:

Só os pais não vieram. - Vieram os outros. (173a)

Não vieram só os pais. - Vieram os pais e os outros. (173b)

Podem acontecer que outros dialetos interpretem diferentemente as duplas (171a, b), (172a, b) e (173a, b). Entretanto, se quisermos manter o sentido das sentenças (a) também nas sentenças (b), é preciso apelar para uma tonalidade específica, pelo menos no meu dialeto.

Podemos voltar agora ao primeiro par de regras gerativas, que aparentemente produzem o mesmo conjunto de sentenças (item 1.5, p. 55):

a)  $x = x_1 \uparrow x_2$

b)  $x = x \uparrow\uparrow (x_1 \uparrow x_2)$

Qualquer delas pode gerar esta sentença:

O rapaz não chegou cansado. (174)

Com a regra a), temos:

1. chegou. (175a)

2. chegou  $\uparrow \emptyset$

2.1. (chegou  $\uparrow \emptyset$ )  $\uparrow$  (rapaz  $\uparrow$  o).

2.2. (chegou  $\uparrow$  não)  $\uparrow$  cansado.

Fatorando o elemento comum, sujeito à regra de encontro de declarativos, e conformado o produto a ( $G_4$ ), obtemos a sentença em pauta. Como houve um encontro de complexos com ocupantes declarativos diversos, reconhecemos que o rapaz chegou (complexo positivo) e não chegou cansado (complexo negativo).

Com a regra b), aparecc-nos:

1. chegou. (175b)

2. chegou |  $\emptyset$ .

2.1 (chegou |  $\emptyset$ .

2.2- (chegou |  $\emptyset$ ) | (rapaz | o).

2.3- (chegou | não) | cansado.

Novamente fatora-se o elemento comum e conforma-se o produto, para obtermos a primitiva sentença. Ocorreu o mesmo encontro de declarativos diversos, ainda que o momento semiótico nos mostre três ocorrências do predicado (elemento independente a nível sentencial), contra as duas ocorrências havidas com a regra a).

Entretanto, se a sentença contiver apenas um complexo, a regra a) torna-se incapaz de gerá-la, dado que há de aparecer apenas um declarativo e falta maneira de, com um declarativo exclusivo, gerar sentenças que divirjam apenas em inferências linguísticas providas do encontro de declarativos. Assim, a regra a) identifica estas duas sentenças:

Os alunos não vieram. - Negativa absoluta. (176a)

Não vieram os alunos. - Negativa relativa. (177a)

E vale o mesmo para as sentenças de complexos locucionais únicos, como as sentenças (166, 173), de que falamos há pouco.

Aplicando a regra b), que mantém a recursividade mediante o reaparecimento no elemento independente à frente do complexo gerado, permite-se o encontro de declarativas em sentença de complexo locucional único e, com isso, também a necessária inferência do comunicante.

A sentença (176a), negativa absoluta sem inferências, é gerada deste modo:

1. Vieram. (176b)

2. Vieram | não.

2.1. (Vieram † não).

2.2. (Vieram † não) † (alunos † os).

O encontro de negativos idênticos responde pela negativa absoluta, ao contrário do que acontece quando se gera a sentença (177a), que é negativa relativa e permite assim a inferência de que outros vieram:

1. Vieram. (177b)

2. Vieram †  $\emptyset$ .

2.1. (Vieram †  $\emptyset$ )

2.2. (Vieram † não) † (alunos † os).

A inferência depende desse encontro e torna correta apenas a regra b).

Esta análise recebe um grande apoio quando pensamos no significado das formas ativa ou passiva de uma sentença:

Eu não pagarei esta conta. (178a)

Esta conta não será paga por mim. (178b)

Enquanto a sentença (178a) é negativa absoluta, a negativa de (178b) tem à direita um termo restritivo que pode ser negado:

Esta conta não será paga por mim. (178b)

$L_1$                        $L_2$                        $L_3$

Quando o falante deve transmitir o que pensa sobre o pagamento da conta, já sabe se a conta não será paga ou se outra pessoa deve pagá-la. No primeiro caso escolhe a sentença ativa, podendo justificar-se:

Eu não pagarei esta conta, porque a mercadoria veio quebrada. (179)

No segundo caso escolhe a sentença passiva, justificando-se de modo diverso:

Esta conta não será paga por mim. O pedido foi feito pela Universidade, que vai pagá-la. (180)

Para equivaler à sentença passiva, a ativa deveria mostrar-nos o sujeito ao alcance da negativa, o que pode ser feito de duas maneiras:

Não pagarei eu esta conta. (181a)

Não serei eu que pagarei esta conta. (181b)

Também a passiva pode ser transformada de maneira que se co-

loque o sujeito dela ao alcance da negativa:

Não será esta conta que será paga por mim. (182)

O mesmo processo permite colocar qualquer elemento ao alcance da negativa:

Não será esta conta que eu pagarei. (183)

Não será por mim que esta conta será paga. (184)

Se o termo deslocado para o alcance da negativa nesta modalidade de sentença estiver fora do alcance da negativa na sentença original, o significado se altera, porque um explicativo se torna restritivo. Em caso contrário, o significado se mantém o mesmo, mas esta variante o torna mais enfático:

Esta conta não será paga por mim. (178b)

Não será por mim que esta conta será paga. (184)

Merece uma explicação maior este recurso de tornar claramente restritivo um termo de uma sentença:

Não será por mim que esta conta será paga. (184)

$L_1$              $L_2$                              $L_3$

O sujeito de (184), e de todas as congêneres, é o conjunto ( $L_3$ ), que jamais se torna restritivo, contrariando aparentemente a regra que deixa ao alcance da negativa o sujeito proposto. O motivo é fácil de descobrir, entretanto: a sentença (184) e suas congêneres nos apresentam sempre o sujeito como terceiro conjunto e já possuem um segundo conjunto restritivo, que é negado preferentemente por ser o primeiro conjunto restritivo da sentença.

Poderíamos pensar que a sentença passiva corresponde semanticamente a uma sentença ativa, cujo sujeito esteja ao alcance da negativa. Seriam, portanto, equivalentes:

Não serei eu que pagarei esta conta. (181b)

Esta conta não será paga por mim. (178b)

Entretanto, o recurso restritivo pode aplicar-se tanto à ativa, quanto à passiva, e constitui outra modalidade de discurso. Assim, também a ativa e a passiva constituem modalidades diversas de discurso, deixando uma de ser correspondente da outra e persistindo apenas uma simetria de significante, a que falta a simetria de significado. Também as sentenças seguintes tem simetria de significante e assimétrica de significado, sem que haja correspondência entre elas:

1. O menino  $\emptyset$  chega. (185a)  
     O menino não chega. (185b)
2. O menino não chega. (185b)  
     O livro não chega. (186)
3. O menino não chega. (185b)  
     O menino não chegava. (187)

A equivalência de significados de uma sentença nada tem que ver com o processo que lhe articula o significante, mas depende exclusivamente da análise semântica; apresentando os mesmos elementos do trajeto, as sentenças serão sinônimas, independentemente da estrutura dos significantes. Assim temos uma equivalência semântica:

Os doces agradam ao menino. (188a)  
     O           F(C)           D

Os meninos gostam dos doces. (189a)  
     D           F(C)           O

Ou seja:

Agradar:           dar gosto ou agrado. (188b)  
     F(C)               F           C

Gostar:           receber gosto ou agrado. (189b)  
     F(C)               F           C

A equivalência se comprova porque os limites de origem (os doces) e de destino (o menino) coincidem, enquanto os fatos se distinguem pelo acúmulo do assistente com a origem (agradar ou dar) ou do assistente com o destino (gostar ou receber). (109)

O mesmo acontece às formas ativa ou passiva de uma sentença, em que a equivalência de significados é acentuada ainda pela correspondência de significantes:

O menino insultou a menina. (190a)  
     A(O)           F(C)           D

O fato é claro:

Insultar:           dizer um insulto. (190b)  
     F(C)               F           C

E também o trajeto:

O insulto partiu do menino para a menina. (190c)  
     A(C)           F           O           D

Torna-se fácil analisar os dados da forma semântica desta sentença passiva e compará-los com a ativa, precedentemente analisada:

A menina foi insultada pelo menino. (190d)

A(C)	F	F(C)	A(O)
		D	

A própria sentença positiva tem inferência diversa conforme seja ativa ou passiva:

Seu pai fez esta redação. (191a)

Esta redação foi feita por seu pai. (191b)

O sujeito de (191a) está fora do alcance da positiva, mas a forma passiva de (191b) mantém o mesmo referente do sujeito da ativa ao alcance da positiva, implicando em que uma redação feita por seu pai não seja uma redação feita por uma outra pessoa. Assim, para termos uma sentença equivalente à passiva, devemos colocar ao alcance do declarativo o sujeito da ativa:

Foi seu pai que fez esta redação. (191c)

Agora, para vermos que a ativa e a passiva requerem contextos naturais diversos, basta-nos pensar num professor que receba uma ótima redação de um péssimo aluno, estranhando o fato:

Esta redação foi feita por seu pai. (191b)

Foi seu pai que fez esta redação. (191c)

Seria descabido dizer ao aluno:

Seu pai fez esta redação. (191a)

Resumindo, sentenças ativas e passivas têm trajeto igual, mas significado diverso, dado que se distinguem **pelas** inferências permitidas. E a escolha de um texto é feita com base nas inferências. Expliquemo-nos.

Se compararmos os verbos morrer e falecer, referidos a sujeitos humanos, podemos pensar que sejam ambos **sinônimos**. Entretanto, se alguém faleceu, também morreu, mas se morreu, nem sempre faleceu, porque o verbo falecer denota a morte natural, sem violência, que nunca pode ser inferida do outro verbo. Assim é legítima a primeira destas sentenças, mas inaceitável a segunda:

Ele morreu atropelado. (192)

Ele faleceu atropelado. (193)

A diferença é que as inferências destes verbos pertencem ao nível do vocábulo, enquanto as inferências da ativa e da passiva aparecem em nível de sentença.

Vemos, portanto, que as regras formuladas para os quantifica

dores podem ser comprovadas com outros fatos da língua, particularmente as sentenças de forma ativa ou passiva. Podemos comprová-las ainda aplicando-as à análise de outro quantificador problemático:

Todos os amigos não vieram. (194a)

Não vieram todos os amigos. (194b)

A sentença (194a) tem o sujeito à esquerda, a negativa incide sobre o predicado e o significado deve ser este, por estar afirmado o sujeito:

Todos os amigos faltaram. (195)

Não se pode aplicar a inferência de que basta faltar um para não termos a presença de todos, porque o sujeito está fora do alcance da negativa. O resultado é pelo menos estranho, porque temos na língua um quantificador para esses casos:

Nenhum amigo veio. (196)

A sentença (194b) nos oferece o sujeito ao alcance da negativa e podemos inferir que pelo menos um dos amigos faltou.

Se compararmos os quantificadores muitos e todos, veremos que a ordem dos termos altera violentamente o significado, enquanto outros quantificadores asseguram pelo menos a igualdade de teor das sentenças:

Muitos amigos não vieram - Muitos faltaram. (197a)

Não vieram muitos amigos - Poucos compareceram. (197b)

Todos os amigos não vieram - Nenhum veio. (198a)

Não vieram todos os amigos - Algum veio. (198b)

Entretanto, enquanto as sentenças (197a, b) são aceitáveis, (198a) é inaceitável, e precisamos justificar-lhe o motivo dessa inaceitabilidade.

O quantificador muito constitui sempre um complexo restritivo e, em qualquer dos casos, o acontecimento se cumpriu positivamente. Ao contrário, com o quantificador todos temos uma negativa absoluta num caso e uma relativa noutro, impondo-nos que o acontecimento se cumpra positivamente no primeiro caso e deixe de cumprir-se no segundo caso e que o mesmo quantificador possa significar o negativo absoluto e o positivo conforme a ordem em que ele ocorra: a polissemia seria por demais perigosa.

Têm o mesmo comportamento os quantificadores circunstanciais:



Ele  $\emptyset$  chega sempre às sete. (199a)

Ele não chega nunca às sete. (199b)

Ele sempre não chega às sete. (199c)

Ele não chega sempre às sete. (199d)

A sentença (199c) nos oferece o **quantificador** circunstancial fora do alcance da negativa, que se torna absoluta e nos compele ao significado de (199b):

Ele não chega nunca às sete. (199b)

A sentença (199d) coloca o mesmo quantificador ao alcance da negativa e inferimos que ao menos uma vez ele deixou de chegar às sete.

Novamente a língua repele a possibilidade de o quantificador sempre denotar a série inteira de significados, dependendo apenas da modalidade declarativa e da ordem em que aparece:

1. inevitavelmente sim - em sentença positivo.
2. inevitavelmente não - à esquerda da negativa.
3. frequentemente sim - à direita da negativa.

Com isso, a sentença (199c) torna-se inaceitável.

Convém novamente voltar à idéia de que a inferência pode depender do contexto verbal e ser linguística, ou depender do contexto natural e ser circunstancial.

Com uma dupla de antônimos negativos (útil e inútil), a negativa de uma equivale à positiva de outro. Ao contrário, com antônimos inversivos (útil e prejudicial), a negativa de um difere profundamente da positiva de outro, tornando-se a inferência puramente circunstancial, se o contexto natural nos permitir fazê-la.

Novamente divergem as sentenças positivas, porque o sujeito anteposto impede qualquer inferência, enquanto o posposto permite a inferência de que pelo menos um elemento da subclasse complementar possa estar incluído:

Todos os amigos vieram. (200a)

Vieram todos os amigos. (200b)

Efetivamente, a sentença (200b) nos permite inferir que podem ter vindo alguns estranhos.

A passiva nos traz os problemas de costume:

A polícia não prendeu todos os bandidos. (201a)

Todos os bandidos não foram presos pela polícia. (201b)

A sentença (201a) tem um complexo que pode ser negado, a negativa é relativa e inferimos que a polícia prendeu muitos bandidos, dado que o argumento já referido nos impede de pensarmos que nenhum bandido foi preso. A sentença (201b) tem também um complexo que pode ser negado e nos permitiria a inferência de que outros prenderam os bandidos, mas o quantificador aparece em ordem inaceitável e a sentença se torna também inaceitável. Para torná-la aceitável, basta-nos colocar o sujeito ao alcance da negativa, o que pode fazer-se com facilidade porque o quantificador todos é uma locução em regime de locução e pode ser deslocado sozinho:

Os bandidos não foram todos presos pela polícia. (201c)

Tratamento parecido tem o quantificador ambos, variante dual do quantificador todos, embora a negativo de ambos seja nenhum, justamente por ser dual:

Os bandidos não foram ambos presos pela polícia. (202)

### 3.3. Declaração Periodal

O conteúdo declarativo abrange os limites de cada sentença, sem poder extravasar para outra, mesmo dependente, porque cada uma delas contém os próprios declarativos.

A sentença independente e cada uma de suas dependentes constituem cada complexo sentencial e o conjunto deles gera a vivência, que é o período ainda despojado da prosódia específica. O conteúdo declarativo da vivência deve ser ainda tratado a nível de período.

#### 3.3.1. Complexo sentencial

A vivência do período se constitui de complexos sentenciais e cada sentença se distingue pela intensidade maior obrigatória, além de uma linha tonal específica e pausa facultativa.

Como o declarativo interfere no significado da sentença, cada uma delas tem uma declaração própria e a declaração da vivência depende do significado declarativo isolado de cada sentença, o qual nunca pode alcançar os limites para além da sentença em que está inserido, resultando tratamento declarativo diferente.

Começemos pelo menos complicado:

Ele não entrou por este motivo. (203)  
S

Ele não entrou, por este motivo. (204a)  
S S

Por este motivo, ele não entrou. (204b)  
S S

O período (203) tem uma sentença e, dentro das regras conhecidas, inferimos que ele entrou por outro motivo.

Os períodos (204a, b) tem duas sentenças: uma, que é o elemento essencial, e outra, que é a instância de origem temporal da primeira. Podíamos parafrasear o período de duas sentenças para compreendermos melhor o significado de instancia de origem temporal:

Tinha este motivo (primeiro) e não entrou (depois). (205)

Teria o mesmo significado também este período:

Tendo este motivo, ele não entrou. (206)

Observamos que já era uma sentença o termo que se podia transferir para o início do período, dado que a ordem das sentenças é bem mais livre que a dos elementos da sentença.

O mesmo se nota nestes períodos:

Os turistas não chegam porque está calor. (207)  
S

Os turistas não chegam, porque está calor. (208a)  
S S

Porque está calor, os turistas não chegam. (208b)  
S S

Novamente, o período (207) tem uma sentença e inferimos que os turistas chegam por outro motivo, enquanto os períodos (208a, b) têm cada duas sentença, funcionando uma delas como origem temporal da outra:

Está calor (primeiro) e os turistas não chegam (depois).

(209)

Ou seja:

Fazendo calor, os turistas não chegam. (210)

Difere também o significado com a sentença essencial positiva:

Os turistas chegam porque está calor. (211)  
S

Os turistas chegam, porque está calor. (212a)  
S S

Porque está calor, os turistas chegam. (212b)  
S S

O período (211) tem uma sentença, a positiva deixa o sujeito fora de alcance e, por isso, o calor é motivo de chegada e manifesta um julgamento dos próprios turistas.

Existem duas sentenças em cada um dos outros períodos (212a, b): a sentença que é origem temporal, se refere à outra sentença inteira e confirma que o calor é motivo de chegada dos turistas no julgamento do falante.

O argumento para isso é fácil: num caso (211), o motivo abrange apenas o predicado, porque está ao alcance da positiva, enquanto o outro caso (212a, b) nos mostra que o motivo abrange toda a sentença.

A presença de um quantificador nos fornece a mesma idéia de julgamento e nos permite identificá-lo com mais clareza:

Poucos turistas vieram porque está calor. (213)

Poucos turistas vieram, porque está calor. (214)

Na sentença (213), o motivo está sujeito à positiva e podemos inferir que muitos turistas vieram por outro motivo. O período (214) nos permite inferir que muitos turistas faltaram, dado que o motivo pega a sentença inteira e é julgamento do falante.

Nota-se com facilidade que os significados divergem pouco no caso de ser explicativo o sujeito da sentença essencial:

Porque está calor, os turistas vieram. (215a)

Porque está calor, todos os turistas vieram. (215b)

Esse é o motivo que explica os significados diversos destes períodos:

Ele não veio para divertir-se. (216)

Ele não veio, para divertir-se. (217a)

Para divertir-se, ele não veio. (217b)



O falante ignora a realidade do conteúdo declarativo.

2.2. Conseqüente:

Pretende informar-se.

2.3. Prosódia neutra (em tons marcados de 1 a 4):

O menino não veio?

(223)

3                      4

3. Período interrogativo:

3.1. Antecedente:

O falante ignora parte da realidade do conteúdo declarativo.

3.2. Conseqüente:

Pretende informar-se.

3.3. Prosódia neutra (em tons marcados de 1 a 4):

Quem veio?

(224)

4                      3

4. Período jussivo:

4.1. Antecedente:

O falante precisa da realidade do conteúdo declarativo.

4.2. Conseqüente:

Ele comanda uma obediência.

4.3. Prosódia neutra (intensidade de grau 4):

Venha!

(225)

4

Como o conteúdo declarativo pode ser positivo ou negativo, qualquer destes períodos pode ser também positivo ou negativo. Entenda-se, entretanto, que se trata apenas de simplificar a linguagem: um período assertivo positivo ou negativo significa apenas um período assertivo que contém uma vivência positiva ou negativa, sem que se deva entender que o período assertivo, ou qualquer das outras classes, possa ter dois valores declarativos.

A nível de período desaparece a declaração linguística e passamos efetivamente a uma declaração metalinguística, que nos explica a possibilidade de antepormos a qualquer período um dos verbos metalinguísticos:

Eu vou à cidade.                      = Eu digo que eu vou à cidade.

Eu não vou à cidade.                = Eu digo que eu não vou à cidade.

Eu vou à cidade? = Eu pergunto se eu vou à cidade.

Eu não vou à cidade? = Eu pergunto se eu não vou à cidade.

Assim, o positivo e o negativo deixam de intervir no conteúdo declarativo do período (conteúdo metalinguístico) e surgem os valores asseverativos (assertivo ou jussivo) e dubitativos (optativo ou interrogativo).

Por isso, quando falarmos em período assertivo positivo ou em período optativo negativo, entenda-se que abreviamos apenas a linguagem e, mais extensamente dever-se-ia falar em período assertivo que contém sentença independente positiva ou em período optativo que contém sentença independente negativa.

O período optativo equivale a um desconhecimento de toda a realidade declarativa e, com isso, a modalidade positiva também deve equivaler em essência à negativa, impondo uma sinonímia de essência entre estes períodos:

O menino  $\emptyset$  vem? (226a)

O menino não vem? (226b)

Entretanto, existe uma diversidade de inferência: enquanto uma atividade pode ser compreendida imediatamente, uma inatividade deve ser compreendida com suporte na correspondente atividade. Esse é o motivo de que a negativa crie uma expectativa de conteúdo positivo que se agrega a toda sentença negativa. Ora, se o falante desconhece a realidade declarativa e despreza a modalidade positiva, o simples fato de escolher a modalidade negativa implica em que ele considere importante a expectativa de positivo veiculada pela negativa. Por isso, o optativo negativo equivale sempre a uma inferência de melhor opção. Ainda deixando ao ouvinte a escolha entre positivo e negativo, o falante se revela favorável à modalidade positiva:

Você não vai pescar? (227)

Inferre-se de (227) que o falante espera que o ouvinte vá pescar.

Outra prova existe para convencer-nos de que o período optativo negativo apenas cria uma expectativa de atividade. Ou seja: um aguardo de resposta positiva. Comparemos estas duas sentenças, em que a segunda é inaceitável:

Veio alguém à minha procura. (228a)

Não veio alguém à minha procura. (229a)

No momento de gerar a sentença, já deve ser acessível ao falante a realidade que deseja veicular. Sabendo que o trajeto deixou de ser cumprido, o conjunto verbal se constitui partindo já da negativa, sujeita a uma variante plena, se o vocábulo negativo estiver posposto, e a uma variante vazia, no caso de estar anteposto, porque o significado do declarativo negativo se torna dependente:

1. veio. (229c)

2. não veio.

2.1. ninguém  $\emptyset$  veio.

não veio ninguém.

2.2. não veio à minha procura.

3. Ninguém  $\emptyset$  veio à minha procura.

Não veio ninguém à minha procura.

Entretanto, se lidarmos com o período optativo, tornam-se aceitáveis ambas as sentenças:

Veio alguém à minha procura? (228b)

Não veio alguém à minha procura? (229b)

Essa possibilidade explica-se apenas pelo fato de a negativa do período optativo manter o mesmo trajeto da positiva, sujeito apenas a inferência diversa: a positiva ou a negativa do optativo nunca pertencem ao trajeto da sentença, já que se pode perguntar apenas na medida em que desconhecemos se sim ou se não. Tornado irrelevante pelo próprio significado do optativo, o negativo foi empregado para outros fins: suspenso o significado específico do declarativo, suspendeu-se também o exercício das posições de variantes. Podemos dizer que, dado o significado da atividade que desconhecemos e por que perguntamos, o falante gera o período optativo partindo de uma sentença em que omite a classe dos declarativos: o optativo jamais corresponde ao assertivo ou negativo, mas ao conjunto indistinto de ambos. Seria talvez uma variante neutra de optativo declarativo, fato comum na linguagem, quando o elemento sem marca de uma classe assume todo o valor da classe, como acontece ao masculino ou ao singular (elementos marcados), mas nunca ao contrário: o positivo, que tem a



variante vazia, é o elemento sem marca.

Entretanto, é preciso observar ainda se temos dentro do período optativo uma sentença declarativa absoluta ou relativa, por que novamente diferem os significados. Comparem-se:

O menino  $\emptyset$  vem? (226a)

O menino não vem? (226b)

O menino  $\emptyset$  vem de carro? (230a)

O menino não vem de carro? (230b)

Nenhuma inferência se pode fazer sobre a vinda do menino nos períodos (226a, b), salvo a de que o falante nada sabe em (226a) e também nada adianta sobre a conveniência de ele vir ou deixar de vir, enquanto continua a sua ignorância em (226b), mas o próprio falante revela que opta pela vinda do menino, dado que espera que venha. Ao contrário, as sentenças (230a, b) têm declarativos relativos à vista do circunstancial que apresentam: o falante sabe que o menino vem. Assim, o período optativo de sentença declarativa relativa há de mostrar-nos uma parte que constitui a ignorância do falante (a circunstância relativamente declarada) e uma parte que representa um conhecimento do falante, o que nos permitiria parafrasear esses períodos (230a, b) por estes, respectivamente:

O menino vem. Mas de carro? (230c)

O menino vem. Mas não de carro? (230d)

O período interrogativo e o jussivo recebem a sentença marcada positiva ou negativamente e neles o declarativo conserva todo o vigor de seus significados.

### 3.3.2.1. Prosódia declarativa

A prosódia neutra, aplicada ao período, nos fornece os resultados que estudamos nos itens anteriores.

Embora o nosso intuito seja apenas a prosódia neutra, cumpre nos apresentar o caso mais evidente de interferência prosódica, que altera o valor declarativo e representa por isso uma variante declarativa de prosódia.

Observe-se o diálogo:

Ele saiu contente? (231a)

Contente, ele não saiu. (231b)

Inferre-se que ele saiu descontente. Entretanto, a intensida de (de grau 3) parece revelar-nos que se trata de duas sentenças em (231b) e, conforme as regras para o conteúdo declarativo das sentenças, o resultado devia ser negativo, o que acontece claramente quando pronunciamos neutramente a primeira sentença, seguda de uma pausa considerável:

Contente, ele não saiu. (232)

e a tornamos equivalente desta:

Estando contente, ele não saiu. (233)

Inferindo que ele estava contente e ficou em casa.

Agora, se voltarmos para o diálogo anterior (231a, b), veremos que a resposta provoca uma prosódia específica, porque é preciso subir ao tom 4 para anular o valor declarativo comum de estar contente e ficar em casa para obter o valor correspondente a estar descontente e sair de casa.

A prosódia distingue um e outro caso (em tons marcados de 1 a 4):

Contente, ele não saiu. - saiu descontente. (231b)

2 4 4 1

Contente, ele não saiu. - ficou, contente. (232)

2 3 3 1

Consideramos neutra a prosódia em que a linha melódica tem uma tonalidade de grau 3 em toda a sua extensão, excluindo o início da sentença accidental, que principia em tom 2 na primeira silaba intensa e sobe ao tom 3 logo na segunda silaba intensa, e excluindo também os tons que pertencem ao período.

Basta subir ao tom 4 para alterar o conteúdo declarativo da sentença negativa. Suprime-se também a pausa entre as sentenças, para obter outro significativo para a troca do conteúdo.

Marcando a pausa por uma barra oblíqua e a falta de pausa por parênteses vazios, podemos indicar assim os significantes diversos que interferem nessa troca:

Para punir-nos, ele não veio. - Puniu-nos não vindo. (234)

2 3 / 3 1

Para punir-nos ele não veio. - Veio para outra coisa. (235)  
2            4            ( ) 4            1

O mesmo efeito prosódico se nota também dentro dos limites da sentença:

Ele não trouxe o livro.            - Ele veio sem o livro, que ficou.  
3    1    (236a)

Ele não trouxe o livro.            - Ele trouxe outra coisa.            (236b)  
3    4    1

Nos limites da sentença, a negativa se prende ao conjunto que segue imediatamente ao conjunto em que aparece o tom 4, a menos que o conjunto negado seja o primeiro e deva assim receber o tom 4.

Entretanto, continua existindo a irregularidade de o declarativo manter-se nos limites da sentença, num caso (232), e extravasar dele, noutro caso (231b), a menos que se possa explicar diferentemente essa duplicidade de abrangência do declarativo.

O motivo encontra-se no ordenamento enfático da sentença, manifestado em ( $G_4$ ) pelo tom mais agudo, que denota apenas que um elemento posterior se transformou em anterior para maior destaque, mas continua pertencendo aos limites da mesma sentença num período de uma única sentença:

Ele saiu contente?    (231a)

Contente, ele não saiu.            = saiu descontente.            (231b)

Diferentemente, uma resposta aparentemente igual responde a um período completamente diverso, implicando agora em duas sentenças:

Por que ele não saiu?    (237)

Contente, ele não saiu.            = ficou, e contente.            (232)

A primeira resposta (231b) é uma sentença apenas e, por isso, o declarativo alcança o elemento inicial, enquanto a segunda (232) é uma resposta manifestada por um período de duas sentenças e, com isso, o declarativo da sentença independente deixa de alcançar a sentença dependente, que aparece em posição inicial.

A intensidade 3 fica anulada, porque se torna agora condicionada ao aparecimento de tom mais agudo, que constitui a marca distintiva e constante dos elementos enfáticos em língua portuguesa.

Outra prova de que lidamos com uma sentença, desde que nos aparece o tom 4, existe na impossibilidade de fazermos uma pausa entre esse elemento inicial enfático e o resto da sentença, quando é sempre facultativa e, portanto, possível a pausa entre as sentenças de um período.

Dado que o elemento enfático se integra na sentença, é natural que esteja sujeito aos limites do declarativo.

A variante negativa de optativo, que cria uma expectativa da positiva correspondente, é revelada ainda pela prosódia, porque o falante adota um tom mais alto. A variante positiva de optativo existe também na língua, mas se manifesta exclusivamente pela prosódia e, por isso, é menos claramente identificada:

O menino veio? - verdadeiro optativo, sem ocupante da  
3                    4 classe declarativa. (238)

O menino  $\emptyset$  veio? - variante positiva de optativo. (239a)  
3                    5

O menino não veio? - variante negativa de optativo. (239a)  
3                    5

Deixando de ser vocábulos declarativos, porque o conteúdo se mântico de declarativo é absurdo quando aplicado a uma dúvida (teor do período verdadeiramente optativo), esses vocábulos foram tomados neste caso específico por uma dupla de antônimos negativos, em que um cria a expectativa do outro, comportamento tan to mais fácil quanto a negativa já transmitia sempre essa infe rência, ainda que por outros motivos. Com isso, a variante nega tiva do optativo revela uma expectativa de período assertivo pos itivo, de que também depende, enquanto a variante positiva de optativo revela uma expectativa de período assertivo negativo e dela depende também. Se por acaso a expectativa de assertivo es tiver manifestada no discurso, a variante de optativo torna-se obrigatória, aparecendo conseqüentemente a variante positiva com assertivo negativo e a variante negativa com assertivo positivo:

O menino veio, não veio? (240a)

O menino não veio, veio? (240b)

Ou seja: dado que o falante opta em (240a) por uma sentença positiva em período assertivo, deve continuar mantendo a sua ex-

pectativa de que o menino veio, o que pode ser feito apenas pela sentença negativa correspondente, enquanto o período (240b) nos apresenta exatamente o caso oposto. Assim, os dois períodos de (240a) mantêm a mesma expectativa de vinda, enquanto os dois períodos de (240b) nos revelam a mesma expectativa de ausência. Se o período optativo posterior contrariar a expectativa do assertivo anterior, o resultado é inaceitável:

O menino veio, veio? (241a)

O menino não veio, não veio? (241b)

Se a variante estiver omissa no discurso, o falante pode adotar o verdadeiro optativo, ou uma das variantes conforme ~~lha~~ impuserem as circunstâncias do contexto natural. ~~Assim, devemos ter~~

1. O menino veio para divertir-se, mas está sentado estudando, cabendo ao falante empregar a variante negativa:

O menino não veio para divertir-se? (242a)

2. O menino não veio para divertir-se, mas está brincando com os companheiros no pátio, o que leva o falante à variante positiva:

O menino  $\emptyset$  veio para divertir-se? (243a)

Ou seja:

O menino veio para divertir-se, não veio? (242b)

O menino não veio para divertir-se, veio? (243b)

Como o falante sabe em (242a) que o menino veio para divertir-se, seria absurdo perguntá-lo, mas pode fazê-lo mediante a variante enfática do optativo de sentença negativa, que mantém a mesma expectativa sobre a vinda do menino e, por isso, equivale ao período assertivo, de que é apenas variante estilística:

O menino veio para divertir-se, mas não se diverte. (244)

Em (243a), o falante sabe que o menino não veio para divertir-se e, novamente, seria absurdo perguntá-lo, o que é feito, então, pela variante enfática de optativo de sentença positiva, mantendo ainda a mesma expectativa.

Em ambos os casos (242b, 243b), a expectativa é conhecida e está presente no discurso: as variantes são obrigatórias.

3. O falante desconhece o motivo da vinda do menino e pode, portanto, perguntar mediante o optativo verdadeiro, de prosódia neutra:

O menino veio para divertir-se? (245)

A escrita deixa indistintos os períodos (243a) e (245) e apenas um contexto maior pode levar o leitor a identificar aquele que ocorre numa dada circunstância.

Se compararmos os períodos (242a), (243a) e (245), vemos que nenhum deles apresenta a expectativa inclusa no diálogo, cabendo ao falante decidir-se por revelar uma expectativa sobre as atividades do menino, ou deixar de fazê-lo. Esta escolha interessa à pragmática do discurso, porque a escolha da variante optativa serve para denotar a distância ou a intimidade dos comunicantes.

### 3.3.2.2. Dupla declarativa

Chamamos dupla declarativa a dois períodos que diferem exclusivamente pelo ocupante declarativo:

Poucos parentes  $\emptyset$  compareceram à festa. (246a)

Poucos parentes não compareceram à festa. (246b)

Se um dos períodos da dupla contiver alguma variante declarativa, ela deve evidentemente ser trocada pela negativa:

$\emptyset$  compareceram até os parentes. (247a)

Não compareceram nem os parentes. (247b)

O processo torna-se mais complicado com vocábulos que denotam significados que dependem de acontecimentos prévios:

Ele ainda  $\emptyset$  trabalha. (248a)

Ele já não trabalha. (248b)

A troca desses advérbios independe da declarativa, porque temos também:

Ele já  $\emptyset$  trabalha. (249a)

Ele ainda não trabalha. (249b)

Cada um deles pode acompanhar qualquer dos vocábulos declarativos e pensamos à primeira vista que a dupla declarativa deva ser:

1. Ele já  $\emptyset$  trabalha. (249a)

Ele já não trabalha. (248b)

2. Ele ainda  $\emptyset$  trabalha. (248a)

Ele ainda não trabalha. (249b)

Como postulamos ao início da pesquisa um significado declarativo dependente da resposta ao período optativo, podemos valer-nos dele para decidir a dupla declarativa:

Ele veio? (250)

Já, sim. (251a)

Ainda, não. (251b)

Também pode servir-nos de recurso o fato de que a positiva e a negativa oferecem a mesma conjunção de instância de origem, devendo valer para ambas o mesmo antecedente: (111)

Trabalhava, e ainda  $\emptyset$  trabalha. (252a)

Trabalhava, mas já não trabalha. (252b)

Não trabalhava, e ainda não trabalha. (253a)

Não trabalhava, mas já  $\emptyset$  trabalha. (253b)

Ambos constituem vocábulos extensivos de significado inclusivo, porque denotam sempre um estado anterior, seja uma atividade, seja uma expectativa de atividade, cabendo a um mantê-la (vocábulo ainda) e a outro alterá-la (vocábulo já):

Ele ainda  $\emptyset$  gosta de Eva. - gostava e gosta. (254a)

Ele ainda não gosta de Eva. - não gostava e não gosta. (254b)

Ele já  $\emptyset$  gosta de Eva. - não gostava e gosta. (255a)

Ele já não gosta de Eva. - gostava e não gosta. (255b)

Explicitando o significado desses advérbios, ficamos seguros de que a dupla deve compor-se com o par de possibilidades que distingue os seus elementos apenas pelo aspecto declarativo:

1. Gostava e gosta. (256a)

Gostava e não gosta. (256b)

2. Não gostava e gosta. (257a)

Não gostava e não gosta. (257b)

Ou seja:

1. Ele ainda gosta de Eva. (254a)

Ele já não gosta de Eva. (255b)

2. Ele já gosta de Eva. (255a)

Ele ainda não gosta de Eva. (254b)

O raciocínio desenvolvido abrange os verbos de aspecto durativo, com os quais os inclusivos requerem uma atividade anterior, igual ou contrária à da sentença em que aparecem. Os verbos inceptivos da língua implicam numa expectativa de atividade:

Já foi. - Não tinha ido. (258a)

Ainda não foi. - Não tinha ido. (258b)

Com o antecedente positivo, a dupla se torna inaceitável, a menos que forjemos um contexto natural específico e restrito, e acontece assim justamente porque o antecedente positivo é acabado e os inclusivos requerem um antecedente inacabado para poder incorporá-lo, mantido ou alterado:

\*Ainda foi. - Tinha ido. (259a)

\*Já não foi. - Tinha ido. (259b)

Como os verbos inceptivos implicam sempre numa expectativa de atividade que se transforma numa realidade de atividade, a língua desenvolveu com base nisto um significado temporal para esses inclusivos, dado que a passagem da expectativa para a realidade equivale a um significado de tempo imediato. Entretanto, como o advérbio ainda mantém a expectativa, o significado temporal é menos claro e pode ser interpretado como mero significado inclusivo, ao contrário do advérbio já, que altera a expectativa e cria, com isso, uma realidade nova imediata:

Ele  $\emptyset$  vai já. (260a)

Ele não vai já. (260b)

De modo nenhum devemos interpretar como homônimos os dois vocábulos, porque o significado temporal nos apresenta o mesmo inclusivo, mas agora sujeito ao alcance do declarativo. Assim, o significado diferente destes períodos repousa no fato de que (261) tem o inclusivo fora do alcance da negativa, enquanto (262) mostra a negativa abrangendo o inclusivo:

Ele já não vai. (261)

Ele não vai já. (262)

O mesmo ocorre com o outro inclusivo, mas de maneira mais imprecisa, porque se mantém a expectativa com qualquer dos significados, quer o apenas inclusivo com o advérbio antes do predicado, quer o temporal com o advérbio depois do predicado e, por isso, dominado pela negativa:



Ele ainda não vai. (263)

Ele não vai ainda. (264)

Havendo um claro significado temporal, o inclusivo provoca uma negativa absoluta e o temporal uma negativa relativa, o que se conforma com as regras da ordem do negativo:

Ele já não vai. - negativa absoluta: não vai. (261)

Ele não vai já. - negativa relativa: ainda vai. (262)

Ou seja: ao mesmo período positivo corresponde uma negativa absoluta e uma negativa relativa.

Com esses inclusivos relaciona-se também o advérbio mais, cujo significado evoluiu do significado quantitativo para o temporal, passando a denotar uma extensão no tempo.

Compare-se:

Agora, ele aparece mais. (263a)

Agora, ele não aparece mais. (263b)

Como a primeira ocorrência (263a) mantém o estado anterior e a segunda (263b) o rompe, é possível acrescentar os inclusivos anteriores:

Agora, ele ainda aparece mais. (264a)

Agora, ele já não aparece mais. (264b)

### 3.3.2.3. Valor de verdade

Resta-nos agora atribuir um valor de verdade ao período, dependendo do ocupante declarativo presente, porque estudamos até aqui a classe da declaração com base no contexto natural em que atua o período, descrevendo-lhe a atividade (declarativo positivo ou negativo relativo) e a inatividade (declarativo negativo absoluto). (112)

Se temos um período universal, a dupla declarativa nos apresenta valores mutuamente exclusivos de verdade, impondo que a verdade (V) de um implique na falsidade (F) de outro:

V - O menino veio. (265a)

F - O menino não veio. (265b)

V - O menino não veio para divertir-se. (266a)

F - O menino veio para divertir-se. (266b)

O período particular pertence a uma dupla declarativa em que não se excluem mutuamente os valores de verdade:

V - Alguns meninos vieram. (267a)

V - Alguns meninos não vieram. (267b)

Havendo encontro de declarativos, é preciso ver se pertencem ao mesmo nível ou a nível diferente, porque cada caso obedece a regras diversas. Como já tratamos do encontro de nível igual, analisemos um pouco mais o que se efetua em níveis diversos, quando valores idênticos de verdade implicam sempre em positivo e valores diversos de verdade em negativo:

Estou contente. - V ou F (268a)

Estou descontente. - F ou V (268b)

Não estou contente. - F ou V (268c)

Não estou descontente. - V ou F (268d)

Aparecendo o processo subordinativo, o período subordinado leva para o subordinante o seu próprio valor de verdade, implicando num encontro de declarativos a nível diferente, porque o declarativo da sentença subordinante ainda mantém o nível sentencial quando o declarativo do período subordinado já o tem a nível periodal. Assim, o encontro obedece às regras mencionadas:

Quero que venha. - V ou F (269a)

Quero que não venha. - F ou V (269b)

Não quero que venha. - F ou V (269c)

Não quero que não venha. - V ou F (269d)

Em qualquer destes dois últimos grupos, equivalem-se a primeira e a quarta sentença, a segunda e a terceira sentença.

Entretanto, consideremos este grupo:

Mando que venha. - V (270a)

Mando que não venha. - F (270b)

Não mando que venha. - F (270c)

Não mando que não venha. - F (270d)

Agora, a verdade de um deles implica na falsidade dos outros todos, aparecendo-nos um tratamento diverso, dado que nos falta a equivalência esperada entre o primeiro e o quarto, ou entre o segundo e o terceiro. É preciso, agora, explicar o motivo dessa diversidade, porque esses declarativos a nível diverso deveriam conformar-se com a regra, ressalvados apenas os aspectos de algu

ma inferência ou os fatores de uma antonímia inversiva ou negativa, de que já tratamos. Além de tudo, parecem-nos suficientemente correspondentes os períodos sujeitos a esse tratamento diverso:

Quero que venha. (269a)

Mando que venha. (270a)

Os primeiros (269) pertencem a uma classe semântica de verbos afetivos, que abrangem os opinativos (crer, duvidar, achar, considerar, julgar, sentir) e os volitivos (querer, desejar, dever). Os outros todos (270) são verbos que denotam primeiramente um enunciado e, apenas mediante esse enunciado, denotam ainda os correspondentes dados do contexto natural: a esses verbos chamamos metalinguísticos, porque se referem efetivamente a uma atividade linguística do falante e nos apresentam os aspectos discursivos. Assim, temos entre eles os assertivos (afirmar, negar, confessar, declarar, dizer, falar, omitir), os interpelativos (perguntar, indagar, interrogar) e os jussivos (mandar, proibir, impedir, permitir, deixar, consentir, poder). (113)

O comportamento diferente desses verbos discursivos se explica justamente por serem metalinguísticos: a negativa da metalinguagem, junto de qualquer desses verbos, jamais pode alcançar a negativa da linguagem, junto do segundo. Diferem, portanto:

Digo que ele não vem. (271a)

Não digo que ele vem. (271b)

Torna-se fácil compreender a interferência da metalinguagem, porque se geraria um paradoxo no caso de esses verbos pertencerem à linguagem: eu estou afirmando alguma coisa exatamente no momento em que não afirmo alguma coisa, o que é o caso de (271b).

Faltando o período subordinado, o comportamento dos verbos afetivos ou metalinguísticos continua ainda distinto, porque ficam vedadas as inferências permitidas aos primeiros:

O juiz não julgou o réu culpado. (272)

A negativa é relativa e infere-se que o juiz julgou o réu inocente. Para termos a inatividade própria da negativa absoluta, é preciso omitir o elemento restritivo:

O juiz não julgou o réu. (273)

Diversamente, temos:

O presidente não declarou fechada a sessão. (274)

A negativa é absoluta e de modo nenhum se pode inferir que se tenha declarado aberta a sessão. É evidente que se permite a inferência no caso de tornarmos o verbo declarar um verbo afetivo por força do contexto natural:

O juiz não declarou o réu culpado. (275)

Se o verbo julgar permite a negativa absoluta com o restritivo omissivo, outros verbos podem comportar-se diferentemente, requerendo sempre a presença do restritivo:

O juiz não achou o réu culpado. (276)

Se julgarmos absoluta a negativa dessa sentença, o significado deve ser o de que faltou o julgamento, implicando em que nada se opine sobre o réu e se tornem equivalentes ambas estas sentenças:

O juiz não achou o réu culpado. (276)

O juiz não achou o réu inocente. (277)

Ainda que seja necessário maior pesquisa, parece-nos que a existência de período subordinado permite a relativa e a absoluta, distinguidas ambas pela forma verbal subjuntiva ou indicativa:

O juiz não achou que o réu seja culpado. (278)

O juiz não achou que o réu é culpado. (279)

A sentença (278) sugere que o réu foi achado inocente, enquanto (279) importa na falta de julgamento. Entretanto, é também possível que o indicativo depois desse verbo afetivo o transforme em metalinguístico, impondo este significado aproximadamente:

O juiz não confessou que o réu é culpado. (280)

Por esses motivos propomos a monossemia deste tipo de sentenças, salvo se o contexto natural assim o requerer. (114)

Esta análise dos verbos metalinguísticos se justifica ainda por outros comportamentos que os distinguem dos verbos linguísticos. Basta-nos comparar este par aceitável de sentenças:

Eu quero que ele se salve. (281a)

Eu mando que ele se salve. (282a)

com este par de sentenças, em que a segunda é inaceitável:

\*Eu quero a salvação dele. (281b)

\*Eu mando a salvação dele. (282b)

O predicado da segunda sentença (282a) contém um verbo metalinguístico, que requer a presença de um enunciado: a ausência desse enunciado torna o produto inaceitável. (115)

Entretanto, nada obsta a que tenhamos um acréscimo metalinguístico, ainda que não seja um enunciado, porque ambos pertencem agora à mesma metalinguagem.

Eu digo a verdade. (282c)

### 3.4. Estatuto da Declaração

O sistema de declaração da língua portuguesa, e porventura de todas as línguas, é sobremaneira singelo, dado que as regras são as mesmas para todos os níveis em que aparece o declarativo.

O tratamento lógico-matemático dos declarativos difere do linguístico: a língua tem mais níveis de ocorrência e mais restrições de emprego.

As regras podem resumir-se a estas:

1. O declarativo pode ser absoluto ou relativo.
2. O declarativo absoluto denota o conjunto verbal da sentença.
3. O declarativo relativo denota a circunstância ou, na sua falta, o termo restritivo.
4. Num encontro de declarativos, a segunda ocorrência é redundante.

A última regra é tratada diferentemente pelas línguas. Enquanto umas admitem a ocorrência do segundo declarativo, mantendo o significado do primeiro, outras requerem a troca do ocupante asseverado pela segunda vez, que deve ceder o seu lugar ao ocupante que denota a subclasse complementar do primeiro. (116)

As regras têm a finalidade de eliminar ou diminuir a polissemia, possível com o positivo e frequente com o negativo, que nem sempre equivale a uma ausência do acontecimento, mas a uma presença sujeita a várias circunstâncias para efetivar-se.

Se uma sentença mantiver o seu teor sob o aspecto declarativo, mas apresentar inferências diversas, a língua pode comumente arcar com a polissemia existente, deixando a cargo do contex-

to natural os meios de eliminar o significado inoportuno. Assim acontece com esta sentença, que comumente omitiria o agente:

A proposta não foi aprovada pela assembléia. (283)

A regra do negativo nos diria que a proposta foi aprovada por outra alçada, mas o contexto natural nos assegura de que apenas a assembléia aprova proposta e, se o falante empregar a passiva em lugar da ativa, mais viável para o significado exato, assim mesmo se decide a polissemia, ainda que nenhuma prosódia enfática o demonstre. (117)

Como a classe dos declarativos é composta de elementos mutuamente exclusivos, o conjunto se gera ao mesmo tempo, tanto o positivo quanto o negativo, seguindo os níveis em que se articula o signo e compondo os complexos, cujo elemento repetido deve ser fatorado em obediência à regra de encontro de declarativos. A cada nível, o emissor fica livre para constituir um complexo partindo de vocábulo positivo ou negativo, dependendo a sua escolha de motivos extralinguísticos. (118)

Pretendendo gerar sentenças, jamais produzi-las, a teoria transformacionalista deve multiplicar as regras. (119)

Se considerarmos, entretanto, que a capacidade de linguagem aparece em todos os homens independentemente do grau de inteligência, somos levados imediatamente a encontrar uma teoria de linguagem que permita explicar com facilidade os múltiplos aspectos do seu emprego. (120)

#### 4. EXPANSÃO VERBAL

O verbo, ou o seu equivalente em dada língua, pode ser considerado a matriz do signo linguístico, que se desenvolve por meio de sucessivos acréscimos feitos nível a nível, implicando que a um dado nível se agregam apenas elementos do mesmo nível. (121)

Essa marcha, que principia no morfema e termina no período, nos apresenta uma linha divisória importante: o conjunto articulado de significantes, que tem a função de predicado. As expansões infrapredicativas, que constituem o predicado, possuem características diversas das expansões suprapredicativas, que expandem o predicado, ainda que ambas estejam sujeitas às mesmas regras: abaixo do predicado, a liberdade é quase nenhuma e o falante deve pautar-se por escassas e rígidas possibilidades de escolha, enquanto cresce rapidamente a liberdade articulativa logo acima do predicado e torna-se quase total a nível de período.

Esse tratamento diverso explica que dividamos a marcha expansiva do signo em dois campos distintos: a expansão infrapredicativa e a suprapredicativa. O limite delas separa também a obrigatoriedade e a criatividade do falante.

##### 4.1. Expansão infrapredicativa

Rigorosamente aplicado, o processo coesivo implica na mais perfeita regularidade expansiva: a um elemento independente acrescenta-se um elemento dependente, formando o primeiro complexo e mantendo a característica do elemento independente. Sucodem-se os complexos do mesmo nível, cabendo ao falante fatorar o elemento independente comum de todos os complexos para obter um elemento de nível superior, que ainda mantém a característica essencial do primitivo elemento independente.

Simultaneamente com o molde coesivo, que expande o significante, aparece o semiótico, que constitui a forma linguística do significado, e, unidos o significante e o significado, expande-

se o signo, enquanto signo, sem necessidade de destruímos a essência relacional do signo. Assim, cada elemento dependente no processo coesivo tem apenas o significado parcial que lhe é imposto pelo trajeto semântico: seria uma inutilidade procurarmos o significado relacional dos elementos da estrutura de significantes, porque ou se postulam isomórficos os recortes de significante e de significado (no verbete semiótico), e seria redundante procurar um significado especial das posições na estrutura, ou se requerem heteromórficos (no verbete lexical), e seria impossível achar qualquer significado no relacionamento sintático. Além de tudo, devemos convir que o significante não tem significado; o signo, sim. Por isso, longe de falar do significado de um significante, mais vale falar da função do significante, que é a de levar ao significado para comporem juntos o signo. (122)

#### 4.1.1. Regularidade coesiva

O morfema verbal constitui o signo inicial de nível mais baixo e condiciona a escolha dos signos iniciais de todos os outros acréscimos, já contidos como redundância genérica dentro daquele signo original. Assim, o vocábulo verbal é gerado pelo encontro de morfemas:

<u>Des</u>	<u>vend</u>	<u>á</u>	<u>sse</u>	<u>mos</u>	(284)
1	2	3	4	5	

Como propomos uma escolha que faça uma amálgama dos constituintes 2 e 3, a estrutura pode simplificar-se:

<u>Des</u>	<u>vend</u>	<u>á</u>	<u>sse</u>	<u>mos</u>	(284)
1	2	4	5		

Enquanto o constituinte 3 responde pela idéia de trajeto, o constituinte 2 especifica e caracteriza o trajeto, além de ficam os significantes do constituinte 3 condicionados aos de 2. O condicionamento se destaca no caso de constituintes homônimos a nível de vocábulo ou, por meio de uma variante, a nível de morfema:

Vend <sub>(1)</sub>	á	sse	mos	- tapa-olho.	(285a)
---------------------	---	-----	-----	--------------	--------



Vend<sub>(2)</sub> é sse mos - entrega contra pagamento. (285b)

Cont<sub>(1)</sub> é sse mos - cálculo, conta. (286a)

Cont<sub>(2)</sub> é sse mos - narrativa, conto. (286b)

Em (285a, b) temos morfemas homônimos, que condicionam diferentes variantes do constituinte 3, enquanto em (286a, b) temos variantes homônimas de morfemas, que condicionam a mesma variante do constituinte 3.

A seqüência de cinco morfemas pode ser descrita pela fração de escolha que requer do falante, reservando a quantidade 1 para o emprego do morfema inicial, por ser único, e a quantidade 0 para a escolha do constituinte 2, que pertence a classe aberta, postulada, infinita:

$$\left(\frac{1}{2} \cdot 0\right) / 1 \mid \left(\frac{1}{12} \cdot \frac{1}{6}\right)$$

ou ainda, anexando o constituinte 2 ao 3 e fazendo uma amálgama dos constituintes 4 e 5:

$$\frac{1}{2} / 0 \mid \frac{1}{72}$$

É preciso observar ainda que as formas frasais do verbo sus pendem o ocupante de pessoa, ressalvada a forma 3 (infinitivo pessoal em certos contextos), sujeita a tornar-se facilmente variante livre.

Constituído o vocábulo verbal, deve-se agregar-lhe o ocupante de declaração (um de dois), de cujo significado já nos ocupamos suficientemente. Assim, a nível de vocábulo nos aparecem duas posições constitutivas da locução verbal: o ocupante da declaração e o ocupante do fato. Os acréscimos nos permitem esta análise, abarcando por ora os dois níveis da expansão:

$$\begin{array}{c} \text{Não des vend é sse mos} \\ \hline \begin{array}{ccccccc} \text{M}_1 & \text{M}_2 & \text{M}_3 & \text{M}_4 & \text{M}_5 & & \\ \hline \text{V}_1 & & & & \text{V}_2 & & \end{array} \end{array} \quad \begin{array}{l} (287) \\ - \text{expansão morfêmica.} \\ - \text{expansão vocábular.} \end{array}$$

Essa análise resulta da fatoração do elemento independente e, no momento do desempenho, deve entender-se deste modo:

1. á (288)

1.1. des / a (289a)

1.2. vend / a (289b)

1. . . . . (289c)  
 1.3. a | sse (289c)  
 1.4. a | mos (289d)  
 2. . desvendássemos (284)  
 2.1. não / desvendássemos (287)

Este momento, que é explicitado por ( $G_4$ ), constitui um particular linguístico, porque a ordem dos elementos é aleatória de língua para língua. Entretanto, o momento da competência, explicitado por ( $G_3$ ), é universal e pode ser inferido de ( $G_4$ ):

1. a (288)  
 1.1. a | des (290a)  
 1.2. a | vend (290b)  
 1.3. a | sse (290c)  
 1.4. a | mos (290d)  
 2. desvendássemos (284)  
 2.1. desvendássemos | não (291)

Ainda que sejam particulares linguísticos os elementos que se agregam aos níveis de morfema e de vocábulo verbal, justamente por serem dependentes e a cada cultura há de corresponder uma série diversa de características que podem assinalar o fato, deve considerar-se universal o aproveitamento do trajeto linguístico e a necessidade de moldar por ele todos os elementos dependentes de cada nível de expansão. (123)

Em qualquer dos níveis, as posições se mostram rígidas: o vocábulo verbal tem cinco posições, enquanto a locução verbal se organiza apenas com duas.

#### 4.1.2. Verbo auxiliar

Mais de uma dificuldade encontramos para explicar e explicitar o funcionamento do verbo auxiliar, se queremos manter a regularidade do processo coesivo e evitar impor simplesmente uma fórmula linguística ad hoc.

Começamos por um problema técnico: dependendo do segundo verbo, o auxiliar nunca poderia impor-lhe determinada forma (infinitivo ou gerúndio, conforme o caso), dado que jamais cabe a um significado dependente, de escolha posterior, alterar um signifi

cado independente, de escolha anterior, o que acontece com o auxiliar. Se lidássemos apenas com uma variante de significante e deixássemos intacto o significado, seria fácil explicar a variante do elemento independente, como neste caso:

Nós o conhecemos. (292a)

Conhecemo-lo. (292b)

Um elemento dependente de (292a) implica numa variante do elemento independente de (292b): o significado continua indene.

O mesmo ocorre com o significante do constituinte 3 do vocábulo verbal, a que afeta o condicionamento imposto pelo constituinte 2, nitidamente elemento dependente. E novamente continua intacto o significado.

Acresce ainda que o mesmo elemento dependente assume morfemas que ao menos aparentemente deveriam pertencer ao elemento independente. E falta, além disso, o espaço funcional para o aparecimento da função auxiliar. Expliquemo-nos um pouco mais, considerando estes casos:

O  $\emptyset$  menino. (293a)

O meu menino. (293b)

Aparentemente, falta a (293a) a posição que aparece em (293b). Entretanto, devemos observar que a posição existente em (293b) está ausente de (293a) e, correspondendo à falta do significante, notamos a falta do significado. O acréscimo do significante se faz sem perturbar a primitiva cadeia acústica.

Entretanto, o auxiliar carece dessa possibilidade de estar omissa e poder ser acrescentado, porque violenta a cadeia primitiva:

Não vem. (294a)

Não tem vindo. (294b)

A teoria transformacional determina uma seqüência de auxiliares, seguidos de morfema específico. Depois, mediante a regra de pulo dos afixos, obtém a forma verbal desejada. Entretanto, com isso apenas descrevemos o que acontece, sem explicá-lo e sem justificar a variante do verbo principal, que é dada e postulada, e por critério subjetivo. (124)

Procuramos, à vista disso tudo, outro caminho que nos explique o processo desse acréscimo sem violentar a regularidade coe-

siva, necessária à própria essência da linguagem.

O primeiro passo é procurar o significado essencial do verbo auxiliar e o do principal, tentando identificar alguma semelhança que nos possa orientar o caminho da pesquisa.

Parece fora de dúvida que o auxiliar imponha ao conjunto verbal um acréscimo significativo de aspecto:

Ele vai sair tarde.	- inceptivo.	(295a)
Ele vem saindo tarde.	- decursivo.	(295b)
Ele tem saído tarde.	- frequentativo.	(295c)
Ele está saindo tarde.	- durativo.	(295d)
Ele sairá tarde.	- inceptivo.	(295e)

Pode acontecer que nem todos eles sejam auxiliares, mas deixemos a lista dada para uma primeira tentativa. Além disso, os aspectos repetidos se distinguem por uma nuance: os auxiliares de (295a, b) denotam o tempo mais imediato ao momento do diálogo, enquanto os de (295c, e) indicam o mais afastado.

O mesmo significado do aspecto aparece também no verbo principal, denotado pelos vários morfemas do constituinte 4. Entretanto, as formas do verbo principal nos comprovam que existe uma estranha correlação entre elas e a classe dos declarativos:

Eu ia.	(296a)
Não vou mais.	(296b)
Se ele fosse...	(297a)
Não foi.	(297b)

A forma (296a) pode eventualmente equivaler à (296b), assim como a (297a) pode substituir a (297b). O teor de possibilidade nos permite produzir virtuais sinônimos: a forma possível com um declarativo equivale à impossível com o outro. A idéia é compreensível se pensarmos que a declaração acumula significados, desde o negativo até o inversivo, além de poder indicar apenas as modalidades por que se cumpre o trajeto, implicando em que a negativa da circunstância, por exemplo, corresponda a uma positiva do fato, mas sujeito a outra circunstância. Em termos mais simples, a declaração opera também sobre algum aspecto do fato.

Por isso, formulamos a hipótese de que o auxiliar é um complexo verbal, constituído como qualquer outro mediante as duas posições manifestadas pelo ocupante de declaração (D) e pelo de

fato (F):

$\frac{\text{N\~{a}o}}{\text{D}} \frac{\text{vai}}{\text{F}}$  (298)

exatamente como acontece em qualquer outro caso:

$\frac{\text{N\~{a}o}}{\text{D}} \frac{\text{trabalhar.}}{\text{F}}$  (299)

O auxiliar aparece quando aplicamos o processo subordinativo e impomos que um complexo verbal (declaração e fato) ocupem a posição da pura declaração. Um conjunto aparece no lugar de um elemento:

$\frac{\text{N\~{a}o}}{\text{D}} \frac{\text{vai}}{\text{F}} \text{trabalhar.}$  (300)  
 $\frac{\text{D}}{\text{D}} \frac{\text{F}}{\text{F}}$

Com isso, explica-se por que nunca se pode negar o verbo principal, mas apenas o auxiliar: o auxiliar e a sua correspondente declaração constituem a declaração do verbo principal, que já tem assim ocupada a posição de declaração, sem jamais poder ser repetida.

Compreende-se também o motivo de poderem aparecer mais verbos auxiliares do mesmo principal: a declaração do verbo principal é ocupada por um complexo verbal que nos apresenta também a posição de declaração, que pode por sua vez ser ocupada por outro complexo. O processo subordinativo é recursivo:

$\frac{\text{N\~{a}o}}{\text{D}} \frac{\text{vai}}{\text{F}} \text{ter estado trabalhando.}$  (301)  
 $\frac{\text{D}}{\text{D}} \frac{\text{F}}{\text{F}}$   
 $\frac{\text{D}}{\text{D}} \frac{\text{F}}{\text{F}}$   
 $\frac{\text{D}}{\text{D}} \frac{\text{F}}{\text{F}}$

Entende-se novamente por que a negativa pode interferir apenas com o primeiro verbo: a declaração de todos os outros está presente, manifestada por um complexo verbal subordinado. E acentua-se a pertinência de cada verbo ao respectivo principal:

... vai ter (302a)

ter estado (302b)

estado trabalhando (303c)

E, sobretudo, permite-nos uma pista para julgarmos inaceitável:

Não vai estar tendo trabalhado. (304)

É trivial a idéia de que o processo subordinativo seja recur-  
sivo:

Eu concluo que ele afirma que eu nego que... (305)

Essa recursividade depende, entretanto, do verbo que empre-  
gamos depois do primeiro processo subordinativo. O prosseguimen-  
to do processo se tornaria impossível neste caso:

Eu concluo que ele veio. (306)

O segundo verbo de (306) impede a recursividade e o fator  
impeditivo é puramente semântico: o verbo vir nunca pode admitir  
um enunciado por complemento, como qualquer dos verbos de (305).

Da mesma forma, a seqüência de auxiliares é possível na me-  
dida em que o aspecto trazido pelo primeiro seja compatível com  
o do segundo. Assim, enquanto (301) nos apresenta uma seqüência  
ter estado, que é um frequentativo-durativo (alonga-se cada eta-  
pa do frequentativo) e pode eventualmente aceitar-se, aparece-  
nos em (304) a seqüência estar tendo, que é um durativo-frequen-  
tativo, duro de aceitar-se porque é penoso pensar que possa re-  
petir-se (frequentativo) o fato que ainda continua (durativo). As  
restrições de seqüência dos auxiliares passam a ser motivadas pe-  
lo significado, nunca pelo significante ou por uma regra inteira-  
mente arbitrária.

A presença de apenas dois auxiliares nos comprova a maior a-  
ceitabilidade do primeiro conjunto:

Ele tem estado trabalhando. - frequentativo-durativo. (307)

Ele está tendo trabalhado. - durativo-frequentativo. (308)

Há pesquisadores que desistem de explicar essa ordem rígida  
e a tornam simplesmente imposta. (125)

Entretanto, todas essas restrições devem ser procuradas den-  
tro do ambiente semântico, que combina os teores significativos  
do verbo principal com o do auxiliar, chegando a bloquear advér-  
bios que seriam possíveis com um deles, mas se tornam impossí-  
veis por contrariarem o novo conjunto significativo. É curioso  
ainda que de modo geral a teoria gerativa deva restringir por uma  
regra ad hoc as formas anômalas do auxiliar ou aceitá-las. (125)

Resta-nos explicar ainda duas particularidades do auxiliar:

a) No caso de seguir-se o infinitivo, ele deve ser impessoal.

Ou, generalizando a particularidade, a presença do auxiliar impede que apliquemos ao verbo principal o morfema de pessoa.

b) O verbo principal ocorre sempre em forma frasal: é preciso explicar o motivo dessa escolha.

Essas respostas dependem ambas do processo de gerar o verbo principal da sentença, independente e anterior ao auxiliar.

Chegando ao constituinte 4, o falante procede a três escolhas para determinar a forma específica que deve empregar. Ora, a sentença gerada com apoio no primeiro morfema inicial deve ser uma oração, porque vai constituir a única sentença independente do período. Se o período contiver, apesar disso, uma forma frasal na sentença independente, a presença dela deve explicar-se por um processo de promoção de elemento dependente a independente, o que é comum na língua. Obrigado a três escolhas para gerar a sentença independente (127), o falante responde positiva ou negativamente a três perguntas:

É acabado ou inacabado o fato que descrevo?

É definido ou indefinido, previsto ou imprevisto, decidido ou eventual o fato que descrevo?

É possível ou impossível esse fato?

Se examinarmos agora o valor de cada uma dessas respostas, veremos que a primeira e a segunda implicam em circunstâncias reais do próprio fato, enquanto a terceira sugere apenas o julgamento imposto pelo falante e representa assim uma circunstância do falante transferida para o fato. Por isso, dada a segunda resposta, o falante deve considerar se esse conjunto já descreve o fato com a nitidez que ele requer naquele momento. Em caso afirmativo, o falante passa à terceira escolha que decide entre as duas formas deixadas ainda pelas duas primeiras escolhas. Pensemos num falante que deva manifestar um fato sobre o trabalho (verbo trabalhar):

a) Diante das doze formas possíveis do constituinte 4, o falante se decide por uma forma inacabada, abandonando a acabada: com isso, fica com uma forma de 1 a 6 e despreza as formas de 7 a 12.

b) Diante das seis formas escolhidas, o falante se decide por uma forma definida, abandonando as indefinidas ou eventuais: com

isso, fica com uma forma de 1 a 3 e despreza as formas de 4 a 6:

trabalho (e qualquer das outras pessoas). (309a)

trabalhava (e qualquer das outras pessoas). (309b)

trabalhar (e qualquer das outras pessoas). (309c)

Neste ponto, o falante critica o conjunto obtido de fatores. Se o julgar conveniente e adequado para a análise do fato que se propôs, o falante caminha para a terceira escolha e se decide por uma forma possível, abandonando a impossível, ou por uma forma impossível, abandonando a possível. No primeiro caso, escolhe a forma trabalho, enquanto o segundo caso lhe fornece a forma trabalhava. Por fim, passando para o morfema de pessoa, o falante fica com uma de seis formas do verbo, pronto para expandi-la pela escolha de um dos ocupantes de declaração (ocupante vazio e positivo ou ocupante pleno e negativo).

Entretanto, o falante pode julgar que o conjunto obtido com as duas primeiras perguntas (acabado ou inacabado, acrescido de definido ou indefinido) ainda não é suficiente para descrever o fato que pretende veicular. Neste caso, o falante suspende a terceira escolha e constitui imediatamente o vocábulo verbal, com estas conseqüências:

a) O vocábulo termina com a escolha do constituinte 4, sem se aplicar a ele o morfema de pessoa.

b) O detalhe suspenso de possibilidade do fato deve ser introduzido ainda, agora no momento de escolher-se o declarativo, a quem cabe explicitar as circunstâncias do fato que o falante ainda julga necessárias e acolher também o morfema de pessoa, que se abandonou quando se desprezou a escolha da possibilidade.

c) Para dar conta das novas circunstâncias exigidas dele, a classe declarativa nos apresenta apenas dois ocupantes, semanticamente impotentes para tal acúmulo significativo. Neste caso, deve interferir o processo subordinativo, cujo destino é exatamente esse de permitir a presença de um signo semanticamente mais complexo na falta de elementos próprios do nível, capazes de veicular aquele significado complexo.

Comparemos estes dois produtos:



Disse algumas palavras duras ao companheiro. (310)

<u>V</u>	<u>V</u>	<u>V</u>
L		

Disse ao companheiro que aquelo era um comportamento indigno.

<u>V</u>	<u>V</u>	<u>V</u>	<u>V</u>	<u>V</u>
<u>L</u>	<u>L</u>		<u>L</u>	
S				
P				
L				

(311)

A locução de (310) é feita pelo processo coesivo, enquanto a de (311) se obtém pelo processo subordinativo, havendo um período comprimido nos estritos limites locucionais. A escolha de (311) com o processo subordinativo deveu-se exatamente à necessidade de um significado mais complexo numa posição que jamais o admitiria com elementos específicos daquele nível.

Assim, realizar o declarativo por elemento próprio do nível ou pelo processo subordinativo depende de necessidades semânticas que sentimos no momento de gerar o verbo independente.

d) A escolha do auxiliar fica condicionada às circunstâncias já escolhidas para expandir o morfema inicial. (128)

Pensemos agora na atividade linguística do falante.

Suspendendo a escolha entre possível e impossível, mas tendo já escolhido os teores de inacabado e definido, torna-se inevitável a forma trabalhar que equivale exatamente a inacabado e definido sem referência a possibilidade ou a pessoa.

Enquanto qualquer das primeiras formas (trabalho ou trabalhava) devia expandir-se por um vocábulo (V) declarativo, a forma trabalhar deve agora expandir-se por uma locução (L), que permita ao falante a presença de um novo morfema inicial que veicula a possibilidade suspensa e as circunstâncias ainda ausentes, mas consideradas necessárias:

<u>V</u> trabalho.	(312a)
D F	

<u>V</u> trabalhava.	(312b)
D F	

<u>L</u> trabalhar.	(312c)
D F	

A escolha do auxiliar depende dos fatores já escolhidos. Tentemos explicá-lo considerando que o auxiliar responde a um aspecto essencial que ainda falte ao verbo principal gerado:

a) O auxiliar ir denota o destino, como aliás é próprio desse verbo quando independente: advém daí o aspecto inceptivo e o apagamento do significado espacial que sofre quando auxiliar.

b) O auxiliar vir denota a origem, implicando em ressaltar o trajeto mediante a sua frequência e a sua duração desde essa origem até o destino em que se coloca o falante (momento do diálogo), além de apagar-se também o significado espacial.

c) O auxiliar ter ou haver (variantes livres do dialeto culto) denota preferentemente a carga, que é trazida até o momento do diálogo, resultando um aspecto frequentativo e o apagamento do trajeto espacial.

d) O auxiliar estar denota o percurso pela conquista do destino e implica em que o fato se prolongue no tempo. Nenhum apagamento se nota com este verbo, porque o seu trajeto nem é espacial, nem temporal: a língua aproveita a negativa dos trajetos espacial ou temporal para o trajeto nocional.

Sincronicamente, preferimos considerar o auxiliar haver no significado de futuro como uma variante posicional do verbo ir, explicando o novo significado pela nova ordem de aparecimento no desempenho ( $G_4$ ):

Ele vai sair tarde. (313a)

Ele sairá tarde. (313b)

Em (313a), o auxiliar é o primeiro vocábulo, impondo o seu significado como preferencial aos olhos do falante e implicando em futuro próximo. Ao contrário, (313b) nos apresenta o verbo principal em primeiro lugar, deixando de destacar o aspecto inceptivo do auxiliar e implicando em futuro distante. Além disso, alguns dialetos da língua portuguesa conhecem apenas a possibilidade do auxiliar de (313a).

A variante posicional postulada para (313a, b) nos explica mais facilmente as formas de impossibilidade:

Ele ia sair tarde. (314a)

Ele sairia tarde. (314b)

Novamente, (314a) ressalta o aspecto inceptivo.

Pensemos num quadro que resume essas idéias e nos permita prosseguir com as explicações:

	Inacabado		Acabado	
	Definido	Indefinido	Indefinido	Definido
Possível				
Impossível				
Neutro	sair	saindo	saindo	saído
auxiliar	ir	estar	vir	ter

Com os auxiliares ir e ter, o fato é definido. Se porventura o fato for interrompido (o que seria possível com a forma eventual), nada se muda:

Quem vai sair e deixa de sair, ainda vai sair. (315)

Quem tem saído e deixa de sair, ainda tem saído. (316)

Agora, os auxiliares estar e vir possuem já um conteúdo eventual, que deve combinar-se apenas com esse significado escolhido para o verbo principal. O fato é eventual porque pode ser interrompido, implicando assim em que o fato não chegue ao fim do percurso:

Quem está saindo e deixa de sair, já não está mais saindo. (317)

Quem vem saindo e deixa de sair, já não vem mais saindo. (318)

Com o auxiliar ir, deve-se colocar apenas uma forma inacabada do verbo principal, porque o fato principal é posterior. Ao contrário, com o verbo ter, o fato expresso pelo verbo principal é acabado e necessita-se de uma forma acabada. Da mesma maneira, o auxiliar estar é exigido pelo inacabamento do verbo principal, enquanto o auxiliar vir se prende ao acabamento do verbo principal. Pensando nas instâncias de trajeto, veiculadas pelos auxiliares, o percurso (verbo estar) e o destino (verbo ir) ficam previstos pelo inacabamento, enquanto a origem (verbo vir) e a carga (verbo ter) dependem do acabamento. Efetivamente, esses aspectos se geram mediante o trajeto que requer a carga e a origem a-

cabadas (ponto de partida) e o percurso e o destino inacabados (ponto de chegada).

Assim, realiza-se a escolha do auxiliar:

1. O inacabado implica nos auxiliares ir e estar, enquanto o acabado implica nos auxiliares vir e ter.

2. O eventual implica nos auxiliares estar e vir, enquanto o definido implica nos auxiliares ir e ter.

Suspendendo o detalhe de possibilidade, a forma do verbo prin cipal deve ser frasal:

1. Com o inacabado definido, resta-nos o infinitivo.

2. Com o inacabado eventual, resta-nos o gerúndio de signifi cado posterior.

3. Com o acabado eventual, resta-nos o gerúndio de signifi cado anterior.

4. Com o acabado definido, resta-nos o participio.

Compreendendo agora os motivos de escolha da forma frasal do verbo principal e a seleção do verbo auxiliar, podemos procurar as características que aparecem com o verbo auxiliar e nos permitem distingui-lo do mesmo verbo, se empregado independentemen te de outro principal:

1. O verbo auxiliar deve impedir a declaração do verbo prin cipal, uma vez que ocupa a posição de declaração do verbo prin cipal. Assim, nunca podemos identificar como auxiliar o verbo ora cional destas sentenças:

Ele pode vir. (319a)

Ele pode não vir. (319b)

A sentença (319b) nos comprova que o segundo verbo mantém in tacta a possibilidade de declaração. Por esse motivo, distingue-se:

Ele pode não vir. (319b)

Ele não pode vir. (320)

2. O verbo auxiliar suspende o morfema de pessoa do verbo principal, dado que se obtém a forma frasal por adiantamento. As sim, nunca pode ser auxiliar o primeiro verbo da sentença (321), porque o segundo é pessoal:

Declaro correremos sério risco. (321)

3. Em virtude do contexto verbal em que aparece como ocupante da classe declarativa, deve apagar-se o significado de trajeto que possa ter o verbo auxiliar.

Para comprová-lo, observamos que se tornam inaceitáveis, salvo se procurarmos um contexto natural preparado especificamente para elas:

Ele vai para cá. (322a)

Ele vem de cá. (323a)

Entretanto, esses mesmos verbos admitem o sentido contrário de trajeto, se empregados como auxiliares:

Ele vai voltar para cá. (322b)

Ele vem indo a todos os bares da cidade. (323b)

4. O verbo auxiliar é gerado num momento posterior ao verbo principal, já que constitui para ele um simples ocupante declarativo. A seqüência gerativa distingue o auxiliar, que antecede o principal, e o principal, a que se agrega um acréscimo:

Ele não vai voltar. (324)

$$\begin{array}{r} \underline{\quad 3 \quad 2 \quad \quad} \\ \underline{\quad 4 \quad \quad 1 \quad} \\ \hline 6 \quad \quad \quad 5 \end{array}$$

Ele não quer voltar. (325)

$$\begin{array}{r} \underline{\quad 2 \quad 1 \quad \quad} \\ \underline{\quad 4 \quad 3 \quad \quad 5} \end{array}$$

Assim, depois de um verbo auxiliar, o verbo voltar é gerado em primeiro lugar, mas é gerado em último lugar depois de um verbo independente. Além do mais, cabe sempre ao verbo independente impor o condicionamento semântico ao dependente. Portanto, como auxiliares, os verbos ir e vir sofrem o condicionamento imposto pelo principal, mas passam a impor o condicionamento quando se transformam em verbos independentes e deixam de ser auxiliares. Note-se a diferença:

Ele vai para casa comer. (326a)

Ele vai para casa comendo. (326b)

Ele vem para casa descansar. (327a)

Ele vem para casa descansando. (327b)

Em todos esses casos, o verbo deixou de ser auxiliar e pode condicionar a forma do segundo, agora dependente dele: o trajeto espacial é nítido.

Entretanto, como se escolhe o auxiliar pelo aspecto que ele possa denotar em ausência do trajeto espacial, pode parecer em casos mais raros que se queira um aspecto inceptivo (verbo ir) ou um aspecto decursivo (verbo vir) agregado ao aspecto indefinido ou eventual do verbo principal. E, por isso, ocorrem estas formas:

Eu vou vivendo. (328)

O sol vem morrer no oceano. (329)

Efetivamente, (328) e (329) nos apresentam verbos independentes, ainda que se tenha mais ou menos atenuado o trajeto espacial, como se comprova com a seguinte característica do auxiliar.

5. Escolhido à vista de um aspecto de seu significado, o auxiliar nunca é empregado em forma oracional, que seja contrária a esse aspecto. Assim, a sentença (330) é inaceitável:

\*Ele não vai voltar. (324)

\*Ele não foi voltar. (330)

A sentença (330) nos apresenta a forma foi, que é acabada e definida, anulando com isso o aspecto inceptivo do auxiliar. Empregado nessa forma acabada, o verbo se torna independente para poder impor-se ao segundo:

Eu fui vivendo. (331)

O sol veio morrer no oceano. (332)

Ele foi comer em casa. (333)

As sentenças (331) e (332) nos comprovam agora que temos verbos independentes em (328) e (329).

E nos aparece um caso curioso:

\*Vá voltar aqui. (334a)

\*Não vá voltar aqui. (334b)

Enquanto (334a) é inaceitável, porque a forma vá é eventual e o eventual já contém por si mesmo o aspecto inceptivo, tornando redundante repeti-lo e impondo que se tenha um verbo independente para tornar aceitável uma sentença do tipo de (334a):

Vá comer em casa. (335)

a negativa do verbo auxiliar torna a sentença aceitável, porque simultaneamente se nega o verbo auxiliar e, com isso, também o aspecto inceptivo desse trajeto.

Da mesma forma, é o paradoxo semântico que impede a aceitabilidade desta sentença:

Ele teve trabalhando. (336)

6. O processo subordinativo é mais simples a nível de vocábulo, que a nível de locução: em consequência, é menos complexo ter um verbo auxiliar e um principal que ter um verbo independente, seguido de complemento subordinante (obtido pelo processo subordinativo).

Acreditamos, por isso, que a criança transforma uma série de verbos em auxiliares, classificando como aspectos a vontade, a possibilidade e a necessidade. Acompanhando a aprendizagem linguística de minha filha (observações e gravações entre vinte e vinte e quatro meses), observei que simultaneamente lhe ocorreram sentenças com auxiliares e com objetos subordinantes:

Ele vai voltar. (337)

Ele quer voltar. (338)

A simultaneidade do aparecimento me parece comprovar a identidade de uma classe de auxiliares, implicando em aspecto inceptivo (337) ou volitivo (338), sujeitos todos ao mesmo morfema inicial do segundo verbo:

Ele vai voltar. (337)

Ele quer voltar. (338)

4	2	1
	3	

Existe um motivo diacrônico que se pode invocar para esta idéia: algumas línguas desenvolveram um futuro com base em verbos equivalentes ao verbo querer (rumeno e inglês, entre outras).

Esta interpretação é tanto mais fácil quanto uma sentença como (337) nos apresenta comumente um aspecto volitivo, que depende por vezes do emissor (eu quero que ele volte) e outras vezes do assistente (ele quer voltar).

Salvo os verbos metalinguísticos, que tratamos neste trabalho quando discutimos a declaração, os outros podem tornar-se eventuais auxiliares: o processo de gerá-los obedece às mesmas regras dos verdadeiros auxiliares, implicando na escolha da forma frasal e na ausência do morfema pessoal.

Esses verbos metalinguísticos devem responder pelo desenvol-

vimento do período subordinado: mais tarde, esse processo se estende a outros verbos, mas sem força para anular as primitivas estruturas conseguidas com o auxiliar.

7. Representando uma soma de aspectos do fato veiculado, o auxiliar deve agregar-se também ao verbo da modalidade passivada sentença:

Ele vai estar escrevendo a carta. (339a)

A carta vai estar sendo escrita por ele. (339b)

Passando da ativa para a passiva, o fato continua o mesmo e mudam-se apenas alguns caracteres circunstanciais:

a) O referente, denotado pelo objeto, fica fora do alcance do ocupante declarativo, enquanto o referente do sujeito cai ao alcance desse declarativo.

b) Ressalta-se o referente do objeto, agora transportado para o início da sentença e transformado em carga do novo trajeto.

Ora, se o fato continua o mesmo e altera-se apenas alguma circunstância, todos os fatores significativos do verbo devem estar presentes, porque estes nunca dependem do verbo escolhido para gerar a sentença, mas exclusivamente do fato. O auxiliar responde por alguns desses aspectos e deve ser conservado, portanto. Com o verdadeiro auxiliar, a passiva sofre apenas as mudanças trazidas pelo ocupante declarativo, que perde um elemento dependente (sujeito) e ganha outro (objeto).

Enquanto o auxiliar jamais restringe o ocupante do sujeito por alguma recorrência que o generaliza, permitindo assim a passiva, outros verbos selecionam previamente a classe dos referentes do sujeito e impedem a passiva por uma escolha semântica tornada impossível:

Ele quer escrever a carta. (340a)

\* A carta quer ser escrita por ele. (340b)

A inaceitabilidade de (340b) nos prova que o verbo querer é principal, nunca auxiliar.

Outros verbos admitem a passiva, mas apresentam alguns dos outros itens que nos impedem de considerá-los verdadeiros auxiliares:

O doente pode tomar o remédio. (341a)

O doente deve tomar o remédio. (342a)



O doente precisa tomar o remédio. (343a)

O remédio pode ser tomado pelo doente. (341b)

O remédio deve ser tomado pelo doente. (342b)

O remédio precisa ser tomado pelo doente. (343b)

Ainda que haja essas passivas todas, o significado altera-se mais do que se devia esperar, dado que esses verbos constituem condicionantes do fato.

8. O auxiliar repele qualquer período subordinado na modalidade desenvolvida à base de conetivo. Assim, não temos auxiliar em nenhuma destas sentenças:

Ele quer vir. (344a)

Ele quer que eu venha. (344b)

Este item parece levar-nos a omitir o verbo estar e congêneres da lista dos auxiliares, porque se pode substituir o gerúndio pelo infinitivo mediante o conetivo prepositivo, posto que alguns o julguem dependente do primeiro verbo: (129)

Ele estava brincando. (345a)

Ele estava a brincar. (345b)

9. Dado que postulamos que o auxiliar supre a uma deficiência significativa do verbo principal, o conjunto de auxiliar e principal nunca devem ter uma forma mínima que o substitua, ainda que eventualmente. Assim, inexistem auxiliar nestas sentenças:

Você deve entrar. (346a)

Você pode entrar. (346b)

Entre! (346c)

10. Podem gerar-se polissemias sempre que o mesmo contexto verbal permitir a ocorrência do verbo dependente (auxiliar) ou independente:

Ele vai correr naquela pista. (347a)

Ele foi correr naquela pista. (347b)

Enquanto (347b) é unívoco, porque deve tratar-se do trajecto espacial, dada a forma acabada do verbo ir, a sentença (347a) é ambígua.

A polissemia jamais existe em ( $G_3$ ), porque o falante parte de verbos diferentes. Entretanto, como ( $G_4$ ) tem um alinhamento prosódico, cabe a ele decidir os limites da locução, mediante a intensidade média dos vocábulos intensivos ao fim ou a intensidade

menor dos vocábulos intensivos ao meio da locução:

Ele vai correr naquela pista. (347a)

<u>1</u>	<u>2</u>	- auxiliar com intensidade menor.
<u>2</u>	<u>2</u>	- principal com intensidade média.

Entretanto, a polissemia é mínima, porque implica apenas na presença ou na ausência da idéia de trajeto espacial, permanecendo todos os outros teores.

Aplicando todos esses critérios, podemos averiguar se determinado verbo se comporta como auxiliar. Entretanto, apesar de tudo isso, podem ficar-nos algumas dúvidas, como o verbo estar, dado que o significado do verbo independente ou dependente (auxiliar) parece conservar exatamente o mesmo tipo de trajeto.

Além disso, um fato parece comprovar-nos que o verbo estar deve considerar-se independente, nunca auxiliar: enquanto os outros verbos repelem a forma acabada e definida (forma 10), este verbo a admite. Assim, é inaceitável a primeira sentença, mas aceitável a segunda:

\* Ele teve trabalhado. (336)

\* Ele esteve trabalhando. (348)

Acresce ainda que outros verbos tenham essa possibilidade:

Ele continuou trabalhando. (349)

Ele pareceu trabalhar. (350)

Em virtude desses argumentos (persistência do significado original, sem apagamento, e possibilidade de uma forma acabada e definida), cremos que esses verbos sejam independentes e as sentenças correspondentes (348, 349, 350) sejam geradas a partir do morfema inicial de cada um deles, nunca do segundo verbo, o que aconteceria no caso de serem eles auxiliares.

Outros pesquisadores, entretanto, os tem por auxiliares, baseados em outros critérios. (130)

A mudança ligeira de significado é facilmente explicável se pensarmos que o auxiliar concorre com um significado de aspecto que é próprio dos verbos de trajeto claramente espacial, implicando em deslocamento físico, que desvanece para os tornar auxiliares por força do verbo principal, que nunca é elemento locativo e, por isso, impede esse significado locativo quando se torna virtualmente a origem, a carga, o destino ou o percurso deno-

tado pelo auxiliar.

#### 4.1.3. Predicado sentencial

Gerado o auxiliar por meio do processo subordinativo recursivo e aplicada a regra terminal pela escolha de um dos dois ocupantes próprios da declaração, poderemos gerar o predicado sentencial caminhando pelos dois níveis infrapredicativos mediante as regras gerativas em ( $G_3$ ) e conformativas em ( $G_4$ ), obtendo o predicado de (351).

Sabendo ainda que a escolha de um elemento de classe aberta é sintética e nos advém dos estímulos situacionais, enquanto a escolha de um elemento de classe fechada é analítica, levando o falante a compor uma matriz de teores significativos com base num código binário, podemos voltar ao predicado (287) e observar novamente o número de escolhas necessárias:

$$\begin{array}{r} \text{N\~ao} \text{ des } \text{vend} \text{ \u00e1 } \text{sse} \text{ mos} \\ \frac{1}{2} \quad 0 \quad \frac{1}{12} \quad \frac{1}{6} \\ \hline \frac{1}{2} \quad 0 \end{array} \quad (287)$$

A soma das escolhas pode seguir este algoritmo, em que numeramos os fatores de declaração a nível de morfema ((1) - presença e (2) - ausência, ou negativa), de acabamento ((3) - presença e (4) - ausência), de eventualidade ((5) - presença e (6) - ausência), de suspensão da possibilidade ((7) - presença e (8) - ausência), de possibilidade ((9) - presença e (10) - ausência), de ouvinte ((11) - presença e (12) - ausência), de assunto ((13) - presença e (14) - ausência), de inclusivo ((15) - presença e (16) - ausência), de declaração a nível de vocábulo ((17) - presença e (18) - ausência, ou negativa), podendo-se observar que o processo subordinativo é recursivo pelo retorno do passo 7 ao passo 1, equivalendo, assim, a uma ruptura do processo coesivo integral, ainda que o processamento desse retorno seja feito em obediência total ao molde coesivo, e apresentando também ausência de qualquer limite, salvo o semântico:

Passo	Ordem	Memória
0	Dispor-se para o diálogo.	
1	Escolher sinteticamente a amálgama inicial.	
2.	Optar pela declaração.	(1)
		(2)
3.	Optar pelo acabamento.	(3)
		(4)
4.	Optar pela eventualidade.	(5)
		(6)
5.	Optar pela suspensão.	(7)
		(8)
6.	Optar pela possibilidade.	(9)
		(10)
7.	Optar pelo ouvinte.	(11)
		(12)
8.	Optar pelo assunto.	(13)
		(14)
9.	Optar pelo inclusivo.	(15)
		(16)
10.	Optar pela declaração.	(17)
		(18)
11.	Imprimir em $(G_3)$ .	
12.	Conformar com $(G_4)$ .	

Procuramos gerar o predicado sentencial de (351), deixando já na memória a opção realizada e omitindo a desprezada, para simplificar a apresentação:

... não vai estar pintando ... (351)

Se a forma verbal excluir qualquer dos auxiliares, por conter o falante os detalhes escolhidos de acabamento, eventualidade e possibilidade, a seqüência algorítmica vai do passo 1 ao passo 12 ininterruptamente, respeitando por inteiro o processo coesivo. Havendo a necessidade de auxiliares, o processo apenas se repete pela múltipla ocorrência de escolha da etapa do passo 1 ao passo 5: ainda que rompa o processo coesivo, o processo subordinativo se pauta necessariamente por ele, que representa verdadeiramente o único processo lingüístico (eu quase diria linguagístico, porque se refere antes à linguagem que à língua).

Eis o algoritmo de (351):

Passo	Ordem	Memória	Arquivo progressivo
0	Dispor-se para o diálogo		
1	Escolher sinteticamente a amálgama inicial.	pint a	pint a
2	Optar pela declaração.	(1)	pint a ∅
3	Optar pelo acabamento.	(4)	
4	Optar pela eventualidade.	(5)	
5.	Optar pela suspensão.	(7)	pint a ∅ ndo
6.	Escolher sinteticamente a amálgama inicial	est a	pint a ∅ ndo est a
7.	Optar pela declaração.	(1)	pint a ∅ ndo est a ∅
8.	Optar pelo acabamento.	(4)	
9.	Optar pela eventualidade.	(6)	
10.	Optar pela suspensão.	(7)	pint a ∅ ndo est a ∅ r
11.	Escolher sinteticamente a amálgama inicial.	i a	pint a ∅ ndo est a ∅ r i a
12.	Optar pela declaração.	(1)	pint a ∅ ndo est a ∅ r i a ∅
13.	Optar pelo acabamento.	(4)	
14.	Optar pela eventualidade.	(6)	
15.	Optar pela suspensão.	(8)	
16.	Optar pela possibilidade.	(9)	pint a ∅ ndo est a ∅ r i a ∅ ∅
17.	Optar pelo ouvinte.	(12)	
18.	Optar pelo assunto.	(13)	
19.	Optar pelo inclusivo ..	(16)	pint a ∅ ndo est a ∅ r vai ∅
20.	Optar pela declaração.	(18)	pint a ∅ ndo est a ∅ r vai ∅ não
21.	Imprimir em (G <sub>3</sub> ).		pint a ∅ ndo est a ∅ r vai ∅ não
22.	Conformar com (G <sub>4</sub> ).		não ∅ vai ∅ est a r ∅ pint a ndo

Os passos (11), (12) e (16) nos apresentam todos o invariante de morfema inicial /a/, que se torna mais tarde, em (G<sub>4</sub>), a variante (i), constitutiva do verbo ir.

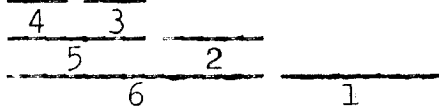
Um verbo irregular, como o verbo ir, pode ter amálgamas específicas para constituintes 4 e 5. Assim, temos esta amálgama:

i a (4) (6) (8) (12) (13) (16): vai (352)

As expansões infrapredicativas levam o morfema verbal a vocábulo verbal e o vocábulo verbal a locução verbal, persistindo a característica essencial do elemento independente.

O resultado é o predicado inteiramente articulado:

Aquele não vai estar pintando o quadro. (351)



A expansão é esta:

1. a (353)

1.1. a |  $\emptyset$  (354a)

1.2. a | pint (354b)

1.3. a | ndo (354c)

2. pintando (355)

2.1. pintando | A (356)

Escolhido um auxiliar (A), que é verbo, parte-se novamente de um morfema inicial, exatamente como procedemos com o verbo anterior para obtermos:

2. estar (357)

2.1. estar | A (358)

que deve encaixar-se na expansão do verbo pintar:

2. pintando (355)

2.1. pintando | estar | A (359)

Outra vez precisamos expandir um verbo subordinado a declarativo, principiando do morfema inicial ainda à maneira do primeiro verbo pintar:

2. vai (352)

2.1. vai | não (360)

Agora, aplicada uma regra terminal, acabou-se o processo subordinativo e a nova forma encaixa-se na expansão do verbo pintar:

2. pintando

2.1. pintando | (estar | (vai | não)) (361)

Uma regra conformativa, aplicada sucessivamente, vai dar-nos por fim o ordenamento de ( $G_4$ ):

não vai estar pintando.

(351)

O processo subordinativo do auxiliar traz a ( $G_4$ ) uma série de expansões à esquerda e, por esse motivo, nada comum me parece o emprego do segundo auxiliar.

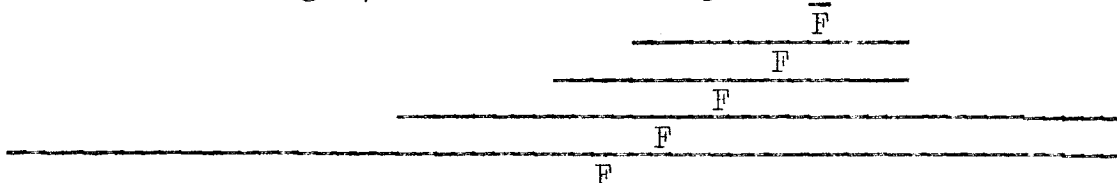
Aplicando o processo subordinativo para explicar, deixamos intacto o princípio de que se gera primeiro o elemento independente, jamais condicionado semanticamente a elemento dependente. Explicar o mesmo fenômeno por uma ordem rígida dos auxiliares e pelo pulo dos afixos, me parece que tem duas desvantagens: subordinamos o elemento independente ao dependente na medida em que este condiciona uma forma daquele, diversamente significativa, além de tornarmos terminal um processo nitidamente recursivo.

#### 4.2. Expansão suprapredicativa

A expansão do predicado vai constituir a sentença, que mantém ainda a característica essencial do morfema verbal. A expansão da sentença há de culminar no período, também verbal. O fio condutor de toda a expansão é, pois, essa persistência de um significado essencial de começo a termo do processo coesivo. (131)

Assim, a idéia de fato (F) ou acontecimento constitui o significado lato do período assertivo e deriva do significado primitivo do próprio morfema verbal:

Falando uma língua, o homem vem conquistando seu futuro. (362)



É evidente que essa regularidade absoluta se encontra em poucos períodos, porque frequentemente é rompida pelos processos promotivo, subordinativo ou coordenativo.

O que é matéria para outra pesquisa:

A expansão desde o morfema inicial estabelece-se de um a outro conjunto para constituir de cada vez um novo complexo, onde nos aparece um elemento independente (E) e um dependente (A):







ca sob as condições do assistente (elemento circunstancial) desde uma origem até um destino por determinado caminho. Além do verbete, este vocábulo deveria conter no léxico o caminho da sua expansão:

Conquistar: F | (C . O . A(D) . P)

Este verbete é lexical e nos apresenta os condicionamentos impostos pela sintaxe dos significantes, requerendo que se construa a sentença na dependência de determinado acúmulo do assistente. Entendemos que o verbete semiótico tem a instância de assistente apenas como uma possibilidade que caracteriza o fato (identidade, estado, processo, atividade) e pode deixar de manifestar-se em ( $G_4$ ). O verbete semiótico seria este:

Conquistar: F(A) | (C . O . D . P.)

E pode-se gerar a sentença:

O menino conquistou nossa boa-vontade por sua gentileza. (371)  
 A(D) F C P

Como o assistente é algum elemento sempre presente ao trajeto, é facultativo deslocar para ele algum outro dado do contexto natural, desde que esse dado inclua de alguma forma o destino a que chega a carga:

A gentileza do menino conquistou nossa boa-vontade. (372)  
 A(D) F C

Transferido agora para assistente, esse elemento fica omisso na primitiva função de percurso. (135)

Os elementos possíveis dependem ainda da evidência do contexto e do interesse do falante para manifestar-se tanto em ( $G_3$ ) quanto mais tarde em ( $G_4$ ). Assim, o trajeto de (362) omite a origem, enquanto o percurso foi transferido para um nível mais alto, a ponto de tornar-se a origem do fato veiculado mediante a primeira sentença.

Com isso gera-se:

O homem  $\emptyset$  vem conquistando seu futuro. (373)

Dado o elevado número de elementos de cada classe prevista pelo fato gerador de qualquer sentença, acreditamos que qualquer morfema (ou vocábulo, para ficarmos ao nível do recorte situacional) deve ser escolhido de dentro da classe imposta pelo fato sob o estímulo do contexto, sem necessidade de uma matriz de traços

semânticos, que deveria ter uma carga informativa tamanha que implicaria em número excessivo de escolhas binárias para assinalar individualmente cada um desses numerosos vocábulos. O mesmo vale para a escolha do nome próprio pessoal: que escolhas binárias nos permitiriam identificar cada um dos indivíduos do nosso conhecimento?... Além de tudo, é preciso observar que se tomam significantes, nunca significados porque estes devem ser prévios e motivados pelo estímulo, advindos todos esses **significados** da gramática de imagens ( $G_0$ ), com que o falante interpreta o mundo.

Chegando a este ponto, fica gerada a sentença (373) e qualquer acréscimo deve constituir outra sentença, agora dependente da primeira. Entretanto, para gerar a nova sentença, é mister recomeçar a partir de um morfema inicial e seguir um caminho análogo ao efetuado para gerar (373). Com um cuidado: a menos que se escolha o processo subordinativo, a sentença dependente deve suspender a escolha da possibilidade (possível ou impossível) e ficar com o neutro) ((ambíguo seria um nome melhor) a que o falante pode agregar uma expansão por um dos elementos próprios a nível de vocábulo ou pelo processo subordinativo, incluindo neste caso um auxiliar que, em virtude da sentença dependente, deve também manifestar numa das formas frasais. Assim, podem **aparecer**-nos:

Falando uma língua ... (374a)

ou ainda:

Vindo falando uma língua ... (374b)

e também, noutro contexto:

Tendo falado uma língua ... (374c)

ou ainda:

Estando falando uma língua ... (374d)

e por último (talvez):

Indo falar uma língua ... (375e)

Com o acréscimo derradeiro, temos pronto o período, a que se anexou no momento próprio a marca correspondente de classe de período, uma invariante prosódica. Enquanto ( $G_4$ ) nos oferece o ordenamento que consta da grafia do período (351), o momento de ( $G_3$ ) nos apresenta um ordenamento rígido de independente **para** dependente, que marcamos a partir do nível de vocábulo pela ordem

crescente dos algarismos:

∅ falando uma língua, o homem ∅ vem conquistando seu futuro .									
				4 3					
15	14	18	17	8	7	5	1	11	10
16		19		9		6		12	
				6				12	
20				13				2	
21									2
22									

(351)

Aplicadas as regras conformativas, obtemos por fim o produto capaz de atingir o receptor, cumprindo as finalidades do diálogo.

Cumpra destacar agora que o vocabulário inicial de  $(G_3)$  é um conjunto de elementos iniciais, que se distinguem pelo grau de a parecimento, enquanto o vocabulário terminal é infinito e consta de todos os períodos possíveis de gerar a partir do morfema inicial de sentença independente. Com isso, deixa de existir a inserção de elementos lexicais num momento único e passamos a trabalhar diretamente com o signo, desde o morfema inicial, que soma já significante e significado, até o período, que encerra a possibilidade expansiva. Além disso, a escolha do primeiro signo condiciona os acréscimos sucessivamente, implicando em complexos de dependência (um independente e um dependente): o signo inicial permite e limita o processo expansivo, gerando o período pela escolha paradigmática e assinando-lhe uma análise pela possibilidade sintagnática do trajeto.

Assim, os conetivos que ou se denotam um processo subordinativo já em  $(G_3)$  e se distinguem pelo período assertivo ou optativo que se lhes siga, ainda que se pense que o nominalizador se já despojado de conteúdo semântico (136): como já se demonstrou, a menos que faça parte de um conjunto fossilizado pela história da língua, o falante não sabe lidar com significantes sem significado e o próprio conceito já me parece paradoxal.

Acrescido dos distúrbios que pode sofrer (processos promotivo, subordinativo, coordenativo), o processo coesivo permite gerar todos os períodos de determinada língua nas invariantes de  $(G_3)$  e nas variantes de  $(G_4)$ .

## 5. CONCLUSÃO

Chegando ao termo desta pesquisa, cumpre-nos apresentar claramente o resultado a que visamos ao início.

Estamos conscientes de que importa observar o desempenho do comunicante, seja executando o signo, seja entendendo o seu conteúdo, para formularmos hipóteses sobre a competência e procurar mos a linguagem na multiplicidade das línguas. Entretanto, pensamos que se deva também preservar a mesma axiomática empregada no desempenho e aplicá-la a um modelo de competência.

Assim, partimos do conceito de elemento independente, a que pode agregar-se um dependente, e concluímos que a gênese do signo deve partir do elemento independente e, nível por nível, crescer por complexos em que se liga um dependente a cada vez. Essa expansão de independente a dependente gera uma ordem em que cada primeiro elemento inicial, conforme o respectivo grau de profundidade, condiciona cada um dos possíveis elementos dependentes, equivalendo quase a um modelo de Markov desde que deixássemos de lado os processos coordenativo, promotivo e subordinativo que interferem com a regularidade coesiva e quebram os fatores implicativos de independente para dependente.

Terminado o signo gerado a partir do morfema verbal inicial, agregam-se os elementos dependentes no mesmo grau, mas executados a partir de um elemento também inicial: assim, repete-se o processo até o nível da sentença, a que correspondentemente se pode anexar outra sentença, agora dependente e condicionada, por isso, à primeira. Os condicionamentos todos partem de um elemento à esquerda e, como esta etapa desconhece variantes, nenhum elemento à direita exerce qualquer influência sobre elemento à esquerda, ressalvado novamente o distúrbio causado por processo interferente no coesivo. Esta etapa em que se gera o signo de elemento independente a dependente, deve ser igual em todas as línguas, dado que todas possuem o processo coesivo e devem originar se de um elemento inicial menos dependente: o ordenamento de signos produzidos é o mesmo, porque pertence à linguagem, nunca a uma língua determinada, e o produto desse ordenamento é capaz de

manifestar qualquer acontecimento de um contexto natural de uma cultura humana dentro de uma uniformidade completa sob o critério de significante e quase completa sob o critério de significado, escolhidos ambos simultaneamente a cada expansão. O significado pode divergir na medida em que a cultura de um povo tenha referentes próprios e signos iniciais próprios de acontecimentos peculiares. Entretanto, o molde do significado, encarnado no tra jeto que se baseia no percurso do signo desde o emissor ao recep tor, deve ser o mesmo, ainda veiculando significados inexistentes noutra sistema lingüístico.

A este primeiro momento do signo chamamos ( $G_3$ ) e o considera mos universal.

A passagem de ( $G_3$ ) a ( $G_4$ ) cria as diversas línguas existentes por aparecer um ordenamento diverso e um condicionamento diverso das invariáveis do primeiro momento. Enquanto, por toda a demora de ( $G_3$ ), a prosódia segmental ou supra-segmental do signo era menos importante, porque se gerava o independente primeiro, o momento de ( $G_4$ ) deve basear-se inteiramente nela para evitar as ambigüidades dos recortes diferentes dos signos parciais. No caso da língua portuguesa, aparecem as intensidades de grau 1 para o vocábulo e de grau 2 para o conjunto de vocábulos, além da intensidade de grau 3 para assinalar a sentença.

Entretanto, a estrutura profunda da teoria gerativa nem sempre, ou quase nunca coincide com o signo de ( $G_3$ ), porque consideramos signos normais os signos internos e, assim, podemos explicar a concordância desde o momento de criar-se o signo: a con cordância se aplica do independente para o dependente e, produzido primeiro o fator de concordância, segue-se naturalmente o re sultado dela no elemento dependente.

Entretanto, esses dois momentos, respectivamente de linguagem e de língua, explicam apenas o domínio lingüístico do falan te desenvolvimento. É preciso, ainda, explicar a maneira de interpretar o mundo, necessária para podermos empregar a linguagem, além de explicitarmos o processo que permita à criança a escuta de uma língua e a descoberta da linguagem.

Como a linguagem possui processos que dependem de outros pro cessos, postulamos que a aprendizagem comece por um momento de

descoberta, cuja gramática ( $G_1$ ) tem apenas regras de análise, implicando num signo prévio, compacto e inarticulado, sujeito depois a sucessivos recortes que permitem ao comunicante adquirir o processo fundamental da linguagem: um conjunto de elementos se integra num novo elemento de nível superior (processo coesivo). O momento da redescoberta e a sua gramática ( $G_2$ ) deixam o comunicante reconhecer o processo coesivo, de conquista anterior, e o levam aos outros processos que constituem apenas distúrbios do primeiro.

Considerando que os elementos independentes ocorrem primeiro à mente, o emissor deve dispor de dois momentos. O semiótico, que é o inicial, possui uma gramática ( $G_3$ ) livre de ordenamento, porque o elemento independente é sempre anterior, e de variantes, porque o signo é encontrado sob pressão de um impulso, conhecido pelo comunicante, e é constituído pela descoberta do significado com base no impulso e do significado por fases sucessivas e isoladas. O momento acústico, que é o segundo, precisa de uma gramática ( $G_4$ ) para ordenar o signo e impor-lhe ou restringir-lhe variantes de signos e fones dependentes de contexto. Com comunicantes ideais, devem ser iguais os produtos de ( $G_4$ ) e ( $G_2$ ).

Entretanto, como a linguagem retira o emissor de um momento extralinguístico e leva o receptor a um momento extralinguístico, deve existir um momento mental que permita ao comunicante a análise do acontecimento por meio de um conjunto de regras a que chamamos também gramática ( $G_0$ ), ainda que opere sobre imagens, nunca sobre signos. Além disso, como ( $G_0$ ) e ( $G_1$ ) se apoiam em análise estrita de alguma coisa compacta e inarticulada (imagem ou signo), segue-se que representam um momento semiótico anterior ao linguístico, implicando numa competência e num desempenho que abarcam os linguísticos.

Com isso, a competência e o desempenho de emissor e de receptor podem ser descritos agora pela passagem de um a outro momento:

- de ( $G_0$ ) a ( $G_3$ ) - competência de emissor.
- de ( $G_3$ ) a ( $G_4$ ) - desempenho de emissor.
- de ( $G_2$ ) a ( $G_3$ ) - desempenho de receptor.

de  $(G_3)$  a  $(G_0)$  - competência de receptor.

A identidade inicial de  $(G_0)$  e  $(G_1)$  justifica a rapidez de aquisição da linguagem e explica a onipotência atribuída ao signo pelos povos primitivos, que o empregam para fórmulas de encantamento e para tabus linguísticos.

Os momentos de  $(G_0)$  e  $(G_1)$  constituem o fator permissivo da capacidade evolutiva do homem, dado que lhe permitiram a descoberta da essência do signo e, ultrapassada a fase de aprendizagem, continuam representando a competência linguística do comunicante.

O conjunto das gramáticas de  $(G_0)$  e  $(G_4)$  equivale tanto a um modelo linguístico, calcado sobre modelos psicolinguísticos, quanto a uma teoria geral do conhecimento, dado que explicitam a maneira de retirar do mundo natural e objetivo o mundo semiótico e simultaneamente pessoal e social, implicando em que os axiomas linguísticos sejam também adotados para a lógica, que representa apenas uma parcela da própria linguagem, que simultaneamente a permite e limita.

Os métodos de análise e síntese surgem do próprio conceito de dependência e, observada a reversibilidade dos processos expansivo e redutivo, acarretam as regras do componente produtivo ou conformativo, que podem aplicar-se tanto à linguagem e à língua, como à humanidade e à comunidade.

E, o que mais nos interessa neste momento, permitem-nos estabelecer uma teoria geral da linguagem, que nos é delineada pelas funções interpretativa e comunicativa da própria linguagem.

A gramática do momento semiótico  $(G_3)$  opera sobre o componente produtivo por meio dos moldes semiótico e coesivo, que se podem aplicar simultaneamente por serem isomórficos, importando em que o signo invariante seja escolhido na sua parte material (significante) e na sua parte ideal (significado) e fique sujeito ao processo expansivo por um número finito de níveis.

O significante e o significado nos apresentam o mesmo ordenamento expansivo, divergindo apenas o critério relacional que prende os elementos significantes (dependência) e os elementos significados (codependência). O significante independente inicial corresponde ao significado inicial, que é a etiqueta do fa-



to, e, por isso, o processo expansivo se aplica diretamente sobre o signo, ainda que se distingam as possibilidades expansivas do significante, limitadas pela evidência e pelo interesse, e as possibilidades expansivas do significado, ilimitadas pelo motivo de que o fato implica imediatamente em todas as instâncias e circunstâncias, espaciais ou temporais, acarretando que a função de significante ou exista ou inexista, enquanto a de significado existe sempre, podendo apenas estar presente ou ausente.

Além disso, o ordenamento é universal. Se o fato constitui uma súmula do acontecimento, uma etiqueta ou rótulo de algum desenvolvimento de dados do mundo semiótico, deve-se escolhê-lo previamente. Ora, o molde semiótico requer um ordenamento em que a carga antecede os limites (origem e destino) e os limites antecedem o percurso, dado que a existência da carga é que constitui a dos limites e a dos limites é que constitui a do percurso. Desta forma, a gramática do momento semiótico tem um ordenamento distintivo e, por isso, dispensa prepositivos, pospositivos e casos, que constituem um particular de língua, nunca um universal de linguagem.

Entretanto, devemos considerar que a universalidade de  $(G_3)$  é uma universalidade de processo, jamais de produto, porque o conjunto dos fatos pode variar de língua para língua, ainda que haja um determinado número de fatos iguais à vista do fundo comum da cultura humana.

A gramática do momento acústico  $(G_4)$  está sujeita às particularidades da base lexical, que restringe ainda a base semântica provinda da referencial. Agora, aparece-nos um ordenamento particular da seqüência de signos parciais, além das bitolas impostas à língua pela diacronia, que redundam em variantes fônicas ou melódicas dos signos. Assim, a cada produto de  $(G_3)$  pode corresponder um conjunto de variantes em  $(G_4)$ , persistindo em todas o significado original de  $(G_3)$ : o signo de  $(G_3)$  se conforma às imposições e às restrições de  $(G_4)$ . Os caracteres de humanidade se conformem aos caracteres de comunidade.

As variantes de desempenho postulam apenas um signo de  $(G_3)$  e se distinguem por circunstâncias contextuais que de maneira nenhuma pode afetar o significado, porque representam apenas moda-

lidades advindas da liberdade de ( $G_4$ ) ou da concomitância de códigos.

O componente conformativo se parece com o leito de Procusto: apanha o produto de ( $G_3$ ) e o violenta para dentro de seus limites. Ao produto do componente produtivo resta resignar-se, e conformar-se... De um para outro momento, nada se transforma. Assim, dentro deste ponto de vista fica sem sentido falar em nominalização, porque incidimos com isso em particulares de língua, dado que verbos e nomes implicam em língua, nunca em linguagem.

O produto de ( $G_3$ ) é sempre um fato, ainda que o possamos distribuir em identidades, estados, processos ou atividades. Se o fato aparece desde o signo inicial, o comunicante há de gerá-lo de nível a nível, terminando por atingir o signo total, que é o período. Entretanto, se o fato reaparece quando se executa um nível superior e deveria, assim, ser nominalizado em algumas línguas, acontece apenas que o fato se conforma com as restrições da base lexical em que se deve comprimir.

As correspondências que podem observar-se entre conjuntos expandidos de um verbo e conjuntos expandidos de um substantivo ou adjetivo, se devem exclusivamente ao componente conformativo, que os retirou a todos do mesmo produto de ( $G_3$ ).

Enquanto o emissor parte do componente produtivo mediante um processo expansivo das bases material e referencial e chega ao signo acústico mediante o componente conformativo, o receptor parte do mesmo componente produtivo, mas mediante o processo reduutivo das bases lexical e semântica, que lhe permite chegar ao signo semiótico e reproduzi-lo para entendê-lo. O caminho é inverso, mas o processo é idêntico, justificando a extrema facilidade de aprendizagem da linguagem e comprovando a nossa assertiva de que a linguagem nos permite produtos complexos mediante processos singelos.

Levando ao signo pelo estímulo do contexto natural em que está mergulhado, o emissor desenvolve este processo:

Fato	
Componente Produtivo	
Base Referencial	Base Material
Invariante de Signo	
Componente Conformativo	
Base Semântica	Base Lexical
Variante de Signo	

Simplificando:

Fato	Componente Produtivo	Componente Conformativo	Signo
------	----------------------	-------------------------	-------

Entre o componente produtivo e o conformativo temos o plano semiótico do signo, ou o plano profundo, se quisermos uma identidade terminológica que seria, todavia, falsa e perigosa. Sujcitas ao componente conformativo, as bases semântica e lexical constituem o plano semântico ou, com as mesmas ressalvas, o plano superficial.

A um estudo ainda mais exaustivo compete determinar se o exercício conformativo se processa de nível a nível, ou de período a período, ainda que várias evidências ao longo deste trabalho nos tenham encaminhado à primeira dessas hipóteses. Entretanto, a necessidade de optarmos por uma ou outra hipótese há de aparecer-nos apenas quando nos interessar a pesquisa completa de ( $G_A$ ) para obtermos dados válidos para o terreno psicolinguístico, em que deve preocupar-nos o estabelecimento de uma teoria linguística da aprendizagem.

Notas

(1) É preciso compor uma teoria da linguagem, esquecendo os dados fornecidos pela gramática tradicional. Vale bem o que observou Saussure: "La distinction des mots en substantifs, verbes, adjectifs, etc., n'est pas une réalité linguistique indéniable. Ainsi la linguistique travaille sans cesse sur des concepts forgés par les grammairiens, et dont on ne sait s'ils correspondent réellement à des facteurs constitutifs du système de la langue." (Saussure, 1916, p. 153).

(2) A dificuldade de um significado situacional **desaparece** quando o tratamos emicamente. Concordamos com Lyons: "It has been insisted throughout this work that context is relevant at all levels of semantic analysis." (Lyons, 1972, p. 80). E ainda; "Let us take first the question of sameness of situation. The theoretical and practical difficulties attaching to this notion are frequently exaggerated." (Nida, 1972, p. 81).

(3) Tomada por objetivo do emissor, a mensagem elimina os pró signos, como o vestuário, que muitos ainda consideram signos. (Peterfalvi, 1970, p. 20).

(4) O estabelecimento deste complexo relacional pode lembrar os princípios de análise de Hjelmslev, (Hjelmslev, 1943, pp. 35-42). Existem duas diferenças essenciais, entretanto. Hjelmslev toma os mesmos princípios por axiomas da sua análise, enquanto nós os consideramos teoremas, derivados já dos pressupostos axio máticos. Além disso, enquanto ele os considera instrumentos meta lingüísticos, nós os entendemos por constituintes dos processos produtivo ou reprodutivo da linguagem e da metalinguagem. (Matts, 1975b, pp. 53-71).

(5) O puro contexto lingüístico ainda é insuficiente para a descoberta do signo total. A polissemia decide-se também pelos da dos situacionais, injustificadamente excluídos por todos. (Baldiger, 1970, p. 36).

(6) O nosso modelo lingüístico resulta de tentarmos incorporar as circunstâncias situacionais, tomando-as por base da escolha do signo inicial e por molde produtivo do signo. A necessidade do tratamento do contexto natural do signo é conhecida, mas

faltam propostas para fazê-lo, conforme nos informa Jakobson: "A contiguous question is the dependence of the message on the simultaneous environmental situation. (...) The spatio-temporal framework of the message becomes one of the crucial problems for any objective approach to language." (Jakobson, 1971b, p.282).

(7) Ainda que a primeira função do texto seja a de propor o diálogo (Prieto, 1972, p. 34), enquanto veículo de idéias que se devem transmitir, é necessário pensar que essa função jamais integra o significado, dado que é pura inferência do ouvinte (ou leitor) a descoberta de que alguém quer contactá-lo acústica ou visualmente. Essa inferência se transforma em signo real quando acontece a conversa telefônica.

(8) Ao desempenho do processo coesivo é indispensável o conceito de nível, estabelecido com o rigor que lhe empresta a Tagmênica. (Longacre, 1970, p. 174).

(9) Ainda que o receptor adulto opere com a síntese, parece-me uma idéia viciosa julgar que também a aprendizagem da língua repouse sobre ela, como se pode deduzir de Olmsted: "Phones, of course, are not learned by themselves, but as parts of morphs which in turn are parts of utterances." (Olmsted, 1971, p. 24).

Qualquer das duas principais teorias sobre a aprendizagem da linguagem (Peizer and Olmsted, 1969, p. 60), procura analisar o processo produtivo da criança, mas ambas desprezam o processo **reprodutivo, que permite à criança aprender a compreender a linguagem e determina logo depois também a aprendizagem do primeiro**, e omitem a função essencial do contexto familiar, a que compete evidentemente estimular a criança, fornecer-lhe a cadeia acústica e impor-lhe a norma familiar (Peizer and Olmsted, 1969, p. 60), mas a que compete mais acentuadamente permitir à criança a descoberta do significado, porque essa descoberta é que há de funcionar como reforço de aprendizagem na medida em que a criança se reconhece premiada pelos familiares ou, na falta desse incentivo, pelos próprios resultados da descoberta. Como o valor desse contexto natural, que inclui o diálogo da criança, aumenta com o período jussivo, que pede resposta extralinguística e facilita com isso a descoberta, compreende-se que tanto o processo reprodutivo, quanto mais tarde o produtivo, devam apoiar-se preferen-

temente nessa classe de períodos, o que já foi notado por todos os que pesquisam o assunto. (Peizer and Olmsted, 1969, p. 87). As experiências realizadas deveriam também adotá-lo, para simular mais de perto a realidade familiar e, ao mesmo tempo, permitir ao experimentador o necessário controle das respostas da criança. (Shipley, et al., 1969, p. 325).

(10) L. Tesnière desprezou o valor e a função dos elementos prosódicos, pensando que a coesão entre os elementos se fazia com a ausência de marcas (Tesnière, 1969, p. 11).

(11) Sugerindo cinco critérios para o conceito de linguagem, Morris inclui entre eles o contexto situacional, ficando assim definida a técnica de descoberta de significados e, mediante eles, de signos. (Morris, 1971, p. 113).

(12) A idéia de que o conjunto tem os caracteres essenciais do elemento independente, é velha, mas não se tiraram dela as implicações cabíveis para todos os níveis. Assim, considerando a identidade de essência entre o vocábulo (center) e a locução (phrase), Bloomfield anota: "The phrase has entirely the same functions as its center (and head), (...)." (Bloomfield, 1935, p. 196). Era necessário aplicar o mesmo princípio a todos os níveis.

(13) Têm sido fortes as reações à teoria de aprendizagem proposta por Chomsky: "In short, the one thing that appears to have been left out of Chomsky's discussion of child learning is the child." (Olmsted, 1971, p. 21).

(14) Vejam-se as considerações de Crystal sobre os limites entre o morfema e o vocábulo e os motivos da escolha de um ou outro como unidade da língua. (Crystal, 1972, pp. 187-199).

(15) Além de tudo, o contexto situacional é necessário para a aprendizagem da língua e para a sua análise. Assim o testemunha Buyssens: "Bloomfield fait constamment appel à la signification; mais au lieu de la chercher dans l'esprit des locuteurs, il la cherche dans la situation sociale qui réunit le locuteur et son auditeur. C'est ainsi que l'enfant apprend à parler: il établit un rapport entre ce qu'il entend et la situation sociale dans laquelle il l'entend. (Buyssens, 1967, p. 27).

(16) Em qualquer dos níveis de ocorrência, chamamos sol ao elemento independente e planeta a cada um dos dependentes, basea dos numa analogia com o sistema solar, que não escapou a Chafe: "I believe that the question has no significance, that any unit like past which is added semantically to a verb is added simultaneously to the entire sentence which is built around the verb in the same way that anything which happens to the sun affects the entire solar system. (...) A noun is like a planet whose internal modifications affect it alone, and not the solar system as whole." (Chafe, 1971, pp. 97-98). O grifo é nosso.

(17) Fillmore chegou praticamente à regra do molde coesivo, dado que, para ele, a proposição (P) se reescreve como um verbo (V), seguido de um número aleatório de casos (C):

$$P \longrightarrow V + C_1 + \dots + C_n$$

À parte a impropriedade de um sinal aditivo para a pertinência dos elementos do conjunto sentencial, é o molde coesivo, ainda que fiquem indistintos os níveis, porque a regra apresenta no mesmo nível o vocábulo (V) e a locução ( $C_1$ ). (Fillmore, 1968, p. 24).

(18) Esses processos podem parecer reversíveis. (Apresjan, 1973), p. 114), permitindo-nos passar de um a outro. Efetivamente, não se trata de análise do nível superior ao inferior, num caso, e do nível inferior ao superior, noutro. A primeira gramática funciona como requisito da segunda, sem que a síntese da segunda refaça a análise da primeira, o que havia de acontecer apenas na dependência de a síntese dispor previamente de todos os elementos do signo.

(19) É curioso que um psicólogo concorde em que envolvem os mesmos problemas a produção ou a reprodução da linguagem. (Lashley, 1961, p. 186). E é tanto mais curioso quando se pensa que a idéia comum é que o emissor trabalhe com a síntese, enquanto o receptor opera com a análise. Esta teoria conduz às mesmas idéias, uma vez que a síntese responde por qualquer desses comportamentos.

(20) A cada novo conjunto corresponde novo recorte situacional, aparecendo novos elementos mediais portadores de significa-

do. Uriel Weinreich demonstra que o puro vocabulário terminal é insuficiente para explicar a carga semântica do signo total. (Weinreich, 1972, p. 113).

(21) Pike considera que a escolha do emissor recai sobre o morfema, o que pode ser verdadeiro para a língua que possua um sistema suficientemente amplo e regular nesse nível. (Pike, 1971, p. 197). Entretanto, parece que codificamos a realidade a nível de vocábulo, ou conjunto já constituído de morfemas, ainda que possamos codificar o significado a um nível mais baixo. Além disso, convém ressaltar que grande parte dos morfemas julgados afijos constituem efetivamente raízes. Quando se pergunta sobre determinado significado, a resposta é sempre vocábulo, ainda que haja uma variante de morfema que realiza exatamente aquele significado: o morfema /-'o.zo/ é apenas variante condicionada do vocábulo /'xey.o/. Talvez se deva separar o constituinte mínimo da língua e o da realidade.

(22) Peizer e Olmsted apresentam uma crítica contundente aos universais lingüísticos indutivos: "Since linguistic "universals" are at present suggested by study of a small sample of the world's three or four thousand languages, any theory that depends heavily upon such universals is likely to be overturned by exceptions, unless the categories or relations taken to be universals are defined so vaguely as to account for little of linguistic interest." (Peizer and Olmsted, 1969, pp. 62-63).

(23) Chamamos número escalar a essa distância (Mattos, 1975a, p. 165) e cremos que estabelece o limite de elementos suspensos, ou de elementos expandidos à esquerda.

Além da evidência que a concordância nos oferece para reconhecermos a ordem rígida do momento semiótico, podemos também pensar numa língua que disponha de casos e coloque comumente o verbo ao fim da sentença. Assim procedia a latina, que requeria do falante a prévia produção do verbo, mantido suspenso na mente, mas motivador da escolha dos casos dos conjuntos anteriores no mesmo nível. Entretanto, a melhor evidência do ordenamento de ( $G_3$ ) nos é fornecida durante a aprendizagem da língua, quando a criança fundamenta as suas descobertas no período jussivo, que comumente escuta por primeiro e articula também mais tarde por pri



meiro (V. a nota 9). Ora, o período jussivo é exatamente aquele que, encerrando uma forma especial do verbo (ou da palavra equivalente a ele noutra língua), permite comumente iniciar a sentença exatamente pelo verbo, que constitui o signo inicial, assegurando uma momentânea igualdade entre o ordenamento semiótico e o acústico e facilitando assim a aprendizagem da criança. Observe-se, no entanto, que a criança aprende a gramática ( $G_3$ ) no momento em que já domina a ( $G_2$ ): ela está passando apenas de um processo reprodutivo para um processo produtivo. Baseado nesse argumento, consideramos falhas as pesquisas de aprendizagem de linguagem:

- a) Elas tratam a aprendizagem da produção como se fosse a primeira atividade linguística da criança. (Ingram, 1971, pp.891-898).
- b) Confundem a atividade linguística com a atividade extralinguística no caso de o comportamento extralinguístico ser executado mediante a pronúncia de palavras. (Mattos, 1973, p. 247).
- c) Ignorando a prévia conquista de ( $G_2$ ), esquecem que, se a criança é capaz de originalidade no emprego da linguagem, é ainda mais capaz de reemprego de alguma forma ouvida e retida na mente. Estas formas deveriam ser elijadas da pesquisa, porque podem levar o pesquisador ao engano, desde que a criança pode repetir puramente um torneio sintático de domínio ativo bem posterior.
- d) Incorporando todos esses dados, procuram descrevê-los mediante uma gramática produtiva (Ingram, 1971, p. 888), quando a criança, que já domina passivamente os processos coesivo, promotivo e subordinativo, pode perfeitamente começar pelo mais singular, que é o promotivo, o que nos explica o grande número de períodos de um vocábulo só. Esses primeiros períodos, feitos mediante um vocábulo promovido a período, no início, e dois vocábulos promovidos a sentença, logo mais, nos asseguram de que a primeira gramática ( $G_1$ ) é verdadeiramente analítica, dado que a criança principia o processo reprodutivo pelo topo: é capaz do período de duas sentenças. O erro está em pensar que se trate de alguma estrutura embrionária de sentença (Fónagy, 1972, pp.47-50), quando se lida com a estrutura do período. Entretanto, Fónagy deu-se conta de que cabe ao processo comparativo permitir à criança os recortes do signo total, ainda que se engane atribuindo a des

coberta a esse momento acústico: "La genèse des mots-phrases pré suppose la découverte de l'identité essentielle entre situations différentes, entre objets différents. La genèse des phrases à deux termes suppose une abstraction à la deuxième puissance: la découverte de l'identité catégorielle de différents concepts." (Fónagy, 1972, p. 46). Concordamos com ele. (Mattos, 1973, pp. 35-39). Sentimos apenas que não tenha desenvolvido todos os processos necessários para explicar a aprendizagem da criança, talvez por concentrar-se demasiadamente nos aspectos (re)produtivos dessa linguagem.

(24) A escolha do significante com base no significado requer evidentemente que este contenha os estímulos do contexto natural, além de levar-se também em conta os objetivos do comunicante. Nida o confirma: "The contrast between situational and behavioral meanings involves a broad field of investigation, for this distinction includes both the stimulus-bearing parts of the context and the responses to it." (Nida, 1964, p. 41). E ainda: "The very processes of encoding a message imply certain purposes, even though they may be numerous, complex, and mixed." (Nida, 1964, p. 43).

(25) Reconhecendo embora o interesse maior do sistema linguístico individual na pesquisa psicolinguística (Slama-Gazacu 1972, p. 145), importa-nos aqui sugerir o processo que subjaz ao sistema linguístico coletivo.

(26) Entre os mais modernos, a feliz tentativa de Jakobson em uma série de assuntos com base nos elementos do diálogo. Entretanto, fático ou poético são assuntos da linguagem, nunca as suas funções. Além disso, uma função metalinguística é própria da metalinguagem, assim como a função linguística é própria da linguagem. (Jakobson, 1969, p. 214).

(27) O momento mental deve ser universal, em todos os seus detalhes, enquanto o semiótico há de oferecer-nos elementos universais e eventuais e particulares (Mattos, 1975, pp. 147-176).

Pode parecer estranho que pensemos que um universal contenha elementos particulares, o que acontece com a gramática do momento semiótico. É que esse momento resulta de um confronto entre o contexto natural e o semiótico e, ainda que culturas diferen-

tes possam ter os mesmos objetos, comumente as classes de objetos nunca se nos apresentam iguais, com os mesmos objetos em igual número. Entretanto, a universalidade desse momento fica assegurada pelo processo expansivo de independente a dependente e pelo molde restritivo do trajeto semântico, ainda que possam divergir os dependentes. Tentemos explicá-lo por uma analogia. Suponhamos que existisse apenas uma maneira de construir uma casa: os aposentos eram todos quadrados ou retangulares e o conjunto deles era sempre um quadrado. Cada cultura poderia ter casas diferentes, mas haveria de certa maneira uma única planta para todas elas: um número indeterminado de quadrados e retângulos, inscritos num quadrado. Assim acontece com o signo: a um elemento independente se agregam os dependentes para torná-lo novo elemento independente.

(28) O caminho entre o mundo natural e o semiótico é reversível, ou nem haveria diálogo, porque este implica num posicionamento do indivíduo diante do mundo natural. Entretanto, enquanto a partida do mundo natural é um acaso cultural, a chegada a ele fica inscrita nas possibilidades da partida, provocando comportamentos diversos entre os membros das diferentes comunidades. (De Vito, 1970, p. 201).

Mais próxima do mundo natural e de seus verbetes está a língua que apenas possui o processo coesivo sem distúrbios. Acredite-se que a parataxe (ou seja: a maneira de manifestar os signos na pura ordem do contexto natural) constitui o processo sintático mais primitivo. (Meillet et Vendryès, 1953, pp. 572 e 647-648).

(29) Reconhecendo embora a extrema importância da teoria gerativo-transformacional, que abriu perspectivas ainda para aqueles que têm idéias diferentes sobre a linguagem, sempre nos parece que essa teoria destrua o signo, dado que surge um início sintático (Chomsky, 1970, pp. 1-70) ou semântico (Fillmore, 1968, pp. 1-88).

(30) Benveniste entreviu claramente a síntese do signo total, partindo simultaneamente da forma verbal e organização do significante e a do significado: "Ainsi la structure syntaxique de l'assertion finie permet de distinguer deux plans: le plan de la

cohésion gramaticale, où le verbe sert d'élément cohéreur, et le plan de l'assertion de réalité, d'où le verbe reçoit sa fonction d'élément assertif." (Benveniste, 1966, p. 154).

(31) Mais perto deste molde semiótico parecem estar asidéias de Fillmore, requerendo para a sua gramática de caso uma estrutura anterior à profunda, em que desaparecem as particulares de língua como sujeito ou predicado. Faltou-lhe também despojar-se de conceitos previamente semânticos (agente e instrumento, entre outros), além de assinalar as restrições de desempenho da base lexical mediante a diversidade de tratamento do mesmo caso em línguas diversas. Entretanto, o seu conceito de caso é suficientemente análogo à nossa instância (e circunstância). (Fillmore, 1968, pp. 1-88).

(32) O conceito desses verbetes nos aproxima de Hjelmslev, quando fala do nível físico, do nível sócio-biológico e do nível de substância semiótica imediata. (Hjelmslev, 1971, pp. 61-63).

(33) Aceita-se com facilidade esse duplo condicionamento, pessoal e social. Consulte-se López: "En este prolongado proceso de aprendizaje se encuentran estrechamente unidas las dos vías de acceso a la realidad: la vía sensorceptiva inmediata, vinculada en lo fundamental a las estructuras biológicas de la mente, y la vía mediata que pasa por las construcciones sociales y por las definiciones culturales de la realidad." (López, 1975, p. 32).

(34) Têm-se destacado as diferenças de comportamento, devidas às diferenças linguísticas. (De Vito, 1970, pp. 202-206). Deve-se considerar ainda que todos esses produtos diferentes requerem um processo idêntico, em que as invariantes de signo igualam as línguas numa só linguagem, sujeita apenas às diferenças impostas pelas parcelas escolhidas do mundo natural. Assim, ao lado de uma psicologia de língua, que explica os comportamentos de comunidade, cabe uma psicologia de linguagem, que explique os comportamentos de humanidade, mais importante que a primeira, porque os comportamentos diversos da comunidade (De Vito, 1970, p. 204) nunca impedem que duas comunidades alcancem exatamente os mesmos objetivos. (Mattos, 1975a, pp. 114-116).

(35) O aparecimento do verbete semiótico depende da racionalidade e importa ou no reconhecimento dos entes do mundo natural

ou no acréscimo desse mundo natural pela descoberta ou pelo invento de novos entes, agora transformados em objetos pelo exercício da influência humana sobre os entes prévios. Ao complemento do conjunto dos objetos do mundo semiótico chamamos conjunto dos vestígios. Entretanto, objetos e vestígios constituem circunstâncias dos entes, dado que é o emprego que transforma o ente em objeto ou o mantém no estado de vestígio. O objeto tem um corpo e uma função. O corpo é a substância que pode ser comum entre o objeto e o vestígio, enquanto a função é a dependência entre o corpo do objeto e o contexto cultural em que ele ocorre: chama-se aplicação à função do objeto. O vestígio corre também dentro de um contexto cultural, ou nem seria percebido pelo homem; a ocorrência do vestígio dentro de um contexto desencadeia uma função, a que chamamos sugestão. Entre os objetos existem os signos: sua aplicação é um significado.

A dependência entre o corpo do objeto e o contexto em que ocorre vai trazer-nos elementos sempre presentes no objeto e no contexto: são elementos constantes. Existem ainda elementos presentes apenas ou no objeto ou no contexto: são elementos variáveis. As variáveis implicam em variantes do objeto ou do contexto e podem ser condicionadas (o corpo da faca para carne e o corpo da faca para peixe) ou livres (a faca de aço ou a faca de prata). As variantes têm um grande poder de sugestão, porque o objeto é um objeto enquanto é uma invariante de objeto, mas cada ocorrência isolada de objeto equivale a um vestígio de objeto, um ente do mundo natural.

Cada classe de objetos requer uma ciência específica. Assim, a arquitetura estuda uma classe de objetos, cuja função se denomina morada. Da mesma forma, a classe dos signos da linguagem implica noutra ciência: a lingüística.

Enquanto as outras ciências procuram produzir a existência dos objetos e explicitar dos vestígios, estudando a competência e o desempenho dos objetos e dos vestígios, a semiótica estuda os objetos e os vestígios no momento da sua função enquanto denotadores da sua função, cabendo à semiografia encarregar-se da função dos vestígios e à semiologia examinar a função dos objetos. Neste conceito, a semiótica passa a preocupar-se por que a faca

corta, a casa abriga e o signo significa (semiologia), além de interessar-se por que a faca, a casa e o signo podem distinguir indivíduos e culturas (semiografia). Ora, analisando a função dos entes, a semiótica indaga sobre o que leva dos meios aos fins ou dos antecedentes aos conseqüentes, implicando assim numa lógica das coisas. E, como o caminho dos meios aos fins ou dos antecedentes aos conseqüentes implica em raciocínio, importam à semiótica os entes todos enquanto fatores de pensamento e, portanto, fatores de signos. (Mottos, 194, pp. 1-5).

(36) A aparente defasagem entre a linguagem e a lógica (Zierer, 1972, p. 26) explica-se pela diversidade dos processos dos momentos mental e semiótico, que tratam diferentemente a mesma série de acontecimentos.

(37) Comentando a gramática de casos, proposta por Fillmore (Fillmore, 1968, pp. 1-88), Fletcher insiste numa das lacunas daquela pesquisa: "The first, and in many ways most important problem of case grammars is to determine a "constant semantically relevant function" for the cases." (Fletcher, 1971, p. 239). A resposta seria este trajeto semântico.

(38) Enquanto a maioria dos linguistas continua preferindo o binarismo, outros chegaram ao singularismo que propomos. Assim, Benveniste declara textualmente: "Nous définirons le verbe comme l'élément indispensable à la constitution d'un énoncé assertif fini." (Benveniste, 1966, p. 154).

(39) Enquanto o processo coesivo nos oferece a possibilidade expansiva que caracteriza as formas endocêntricas (Dineen, 1967, p. 60), os processos posteriores implicam em formas exocêntricas. Entretanto, a diferença entre uma e outra está mal colocada, por que o binarismo faz da sentença uma forma exocêntrica (Bloomfield, 1935, p. 194), quando constitui efetivamente uma forma endocêntrica: assim como um conjunto substantivo pode reduzir-se ao substantivo e mantém a essência deste, assim também a sentença (verbal) pode reduzir-se ao verbo e mantém a essência deste.

(40) Em termos de Chomsky (Chomsky, 1965, p. 13), seria a estrutura profunda, ainda que o nosso tratamento seja diverso, por que vemos simultânea a escolha do significante e do significado mediante a seleção de signo primitivo. Além disso, o momento men-

tal nos daria uma estrutura subjacente profunda. É fácil compreender que as teorias se distinguem, porque desaparecem, por exemplo, as exigências de um ordenamento de regras (Koutsoudas, 1972, pp. 88-96), dado que o processo coesivo se repete a cada nível e o nível anterior condiciona as possibilidades do nível posterior.

(41) O ordenamento diverso entre ( $G_3$ ) e ( $G_4$ ) foi claramente visto por Tesnière, que requeria um ordenamento estrutural, que era universal por partir do elemento independente para o dependente, e um ordenamento linear, que podia ser diverso a cada língua. (Tesnière, 1969, p. 19). Com isso, considerava o verbo o elemento central da sentença, possível de identificar-se com ela. (Tesnière, 1969, p. 15).

(42) Vale também para as variantes do momento acústico o que Jakobson observou sobre a fonologia histórica: "Aussi le premier principe de la phonologie historique sera: toute modification de it être traitée en fonction du système à l'intérieur duquel elle a lieu." (Jakobson, 1971a, pp. 202-203). O grifo é do autor.

(43) É preciso observar que o desempenho, aqui descrito, abrange ainda a maior parte da competência segundo o ponto de vista de Chomsky. Neste modelo, a competência é alguma coisa que se encontra ainda para além, exatamente naquele ponto em que a gramática de imagens se interpreta como uma gramática de signos e permite assim o aparecimento de processos posteriores ao coesivo. Chomsky reluta em pensar numa competência e desempenho de emissor ou receptor: "I never seen a precise characterization of a "grammar for the encoder" or a "grammar for decoder" that was not convertible, by a notational change, into the other."

(Chomsky, 1971, p. 342). Esse pensamento decorre de que pense numa gramática gerativa, mas não produtiva, e despreze a marcha evolutiva da aprendizagem, em que a capacidade receptiva antecede a emissiva, antecede ambas por uma competência menos linguística que comportamental que provém da gramática de imagens. Numa analogia, poderia dizer-se que a competência emissiva equivale à de quem divide. A competência emissiva ou receptiva requer a solução de uma equação de uma incógnita (respectivamente o significante e o significado), enquanto a competência de comunicante, que reúne as duas anteriores e à que Chomsky visa, signi-

fica a solução de uma equação de duas incógnitas. Encarada a competência pelo seu caráter absoluto de permissividade de alguma atividade, nem sei como se poderia descrevê-la.

(44) A teoria gramatical deve considerar os momentos distintos desta consciência da linguagem, porque cada um requer um conjunto diverso de regras. As dificuldades que aparecem ao teoricizador (Greenberg, 1968, pp. 53-77), dependem exatamente desse conhecimento.

Por isso, acreditamos que o problema do emprego do anafórico se possa resolver apenas na dependência da marcha produtiva do signo, quando os signos parciais anteriores passam a ser parte do contexto natural, que é uma das fontes de estímulos do comportamento verbal.

(45) Separando de modo radical significado e referência, por que a segunda parece talvez pertencer apenas ao desempenho, grande parte das teorias semânticas omite o valor significativo do contexto situacional. Entretanto, esse apelo é inevitável em muitos casos: entre outros, com os díticos e as formas de polidez. (Lakoff, 1972, p. 910). E o desprezo do contexto situacional é tamanho, que o mesmo Lakoff comenta, reportando-se a formas de polidez de algumas línguas: "What we are dealing with here is something extralinguistic (...)". Entretanto, a linguagem existe exatamente para tratar o extralingüístico!...

(46) Dada a arbitrariedade do signo, aceita já por Saussure (Saussure, 1916, p. 100), explica-se que contextos naturais diversos possam impor o mesmo significante, resultando na polissemia. Por isso, a polissemia deve ser analisada num momento de linguagem, nunca de língua, o que havia de equivaler à tentativa de regular o caos (Ruwet, 1968, p. 151).

(47) A universalidade relativa de um fato lingüístico pode interessar a uma lingüística antropológica, mas nunca a uma teoria da linguagem. (Greenberg, 1968, p. 142).

(48) Como o momento semiótico diverge do acústico e possui gramática diferente, torna-se fácil explicar cadeias sintáticas rebeldes a uma gramática linear (Hockett, 1967, p. 134), sem necessidade de regras transformacionais que prendem as estruturas profunda e superficial.



(49) A língua limita a linguagem e a linguagem limita a realidade, porque cada verbete determina aspectos daquele de que se deriva. Neste caso, a linguagem e a língua podem controlar o nosso pensamento mediante as escolhas com que controlam a realidade. (Bolinger, 1968, pp. 252-275).

(50) Estudando os problemas de aprendizagem da linguagem, é preciso levar em conta essa antinomia de facilidade de processo e complexidade de produto, acentuando as estretas opções deixadas à criatividade. Consultem-se Campbell e Wales: "Before continuing, we should emphasize it is not our intention to question the productivity or creativity of language use: what we are insisting upon is the limited nature of productivity to be explained". (Campbell et Wales, 1971, p. 248). O grifo é dos autores.

(51) É preciso refinar a teoria associacionista do significado, tornando-a suficientemente forte para explicar a descoberta do signo. (Mattos, 1975a, pp. 21-51).

(52) Análomas e esquemas foram previstos por vários teorizadores, mas o fato é que todos reconhecem a prioridade produtiva de alguns signos sobre outros. Vandamme expressa-se claramente: "The significatum structure may, but not necessarily, be specified entirely before the starting of the encoding process. Nevestheless, I think that some parts of the significatum structure are to be given before other ones, in other words there is a strategy in the construction of the significatum structure has to be used in coordination with the encoding system. (Vandamme, 1972, p. 166).

(53) Insistindo na criatividade do falante, Halle nos lem-bra: "It is an easily observed fact that speakers of English can produce plural forms of nouns regardless of whether or not they have ever heard the noun before." (Halle, 1964, p. 324). O problema é mais complexo e deve ser estudado sob o aspecto das va-riantes tónicas ou melódicas (Back e Geraldo, 1972, pp. 84 e 95). Assim, o plural inglês tem variantes tónicas (foot/feet), que dependem do conhecimento prévio do falante, e nada mais. As varian-tes de plural que ele cita, independem do aspecto de plural, porque também as possui o morfema de terceira pessoa singular do presente dos verbos. Deixando de lado a variante melódica, torna-se

mais oneroso apresentar o relacionamento dos morfemas.

(54) Chomsky demonstra que as teorias gerativo-transformacionais posteriores podem reduzir-se ao padrão de 57. (Chomsky, 1972c, pp. 62-119). Divergimos dele pela ausência de transformações.

(55) Obedecemos ao pensamento de Hjelmslev, colocado em epígrafe a este trabalho. (Hjelmslev, 1943, p. 181).

(56) Pode ver-se em Chafe a mesma tentativa de produzir o signo total partindo do verbo: "My assertion has been that the generation of a semantic structure begins with the element verb." (Chafe, 1971b, p. 235). Entretanto, cremos ser uma falha epistemológica propor a organização semântica da sentença adotando os conceitos de agente, paciente, instrumento e outros, dado que esses conceitos deixam pressuposta a organização semântica que se pretende ainda propor.

(57) Dado que o elemento dependente é posterior ao independente, torna-se estranho pensar que o predicado concorde com o sujeito. Também o sentiu Buysens, que viu no verbo a base da sentença: "Il est de tradition de dire que le verbe (la base) s'accorde avec son sujet, comme si la base dépendait du sujet." (Buysens, 1967, p. 111). O grifo é meu.

(58) Esse condicionamento de uma forma verbal a outra pode existir apenas no momento acústico ( $G_4$ ), em que aparece ao falante a restrição de desempenho, absolutamente particular. Ainda assim, é preciso examinar cuidadosamente o valor semântico da forma verbal, porque acontece que essa impossibilidade possa explicar-se por ele: assim sucede com o nosso futuro do subjuntivo, que existe apenas em período subordinado, nunca condicionado a esse processo subordinativo e, por isso, ao verbo da sentença principal, mas ao valor semântico de acabado e anterior, que o torna variante sintática do perfeito. Um e outro se distinguem pela referência aspectual: o futuro do subjuntivo marca a anterioridade com respeito ao momento do enunciado, enquanto o perfeito a marca com respeito ao momento da enunciação. Alguma coisa semelhante ocorre também em inglês. (Lakoff, 1970, p. 839).

(59) Transformando a sentença desde a estrutura profunda até a superficial, aparece o problema da descoberta dos constituintes

tes, uma vez que grande parte das línguas os separa apenas acusticamente. Chomsky sugere a técnica transformacional, que me parece posterior à descoberta desses limites: "I think it is fair to say **that** a significant number of the basic criteria for determining constituent structure are actually transformational."

(Chomsky, 1972, p. 83).

(60) Dado que vemos o que costumamos ver, é insuficiente o trabalho sobre os dados recolhidos de um falante nativo, havendo ainda a necessidade de uma teoria prévia sobre a linguagem. Se hoje contemplamos com um sorriso as primeiras gramáticas das línguas modernas, decalcadas na latina, muito pesquisador comete ainda erros iguais. Assim, podemos ler em Garvin: "In my approach to linguistics, the aim of the analysis is the discovery of linguistic units and of their relations." (Garvin, 1967, p. 173). De safortunadamente, resta a pergunta: Que unidades, e que relações?...

(61) Cada língua desenvolve de maneira própria a cadeia verbal, que constitui o signo inicial. Garvin observa sobre o Kutenai, língua falada por poucos índios em Montana: "The majority of noun suffixes are included in the verb paradigm, but not vice versa." Ora, funcionando como signo inicial, o verbo contém já as possibilidades do processo expansivo e, assim, os sufixos nominais constituem indicativos genéricos de significado (recorrências), que se devem especializar em níveis superiores de expansão. (Garvin, 1972, p. 139).

(62) Deve-se observar que diferem as regras de encontro de declarativos que ocorram em um ou em mais de um nível. Além disso, o declarativo em nível de vocábulo depende também da expectativa social, ficando comumente marcado negativamente o elemento que tem referente contextual desagradável naquela cultura. Essa observação falta ao estudo de Givón sobre os adjetivos. (Givón, 1970, pp. 818-819).

(63) Neste sentido, a instância existe apenas no conjunto semiótico ou semântico, enquanto outros a consideram elemento de qualquer conjunto: de ocupantes, de funções ou de categorias. (Halliday, et alii, 1970, p. 25).

(64) Desconhecendo a história do trajeto semântico, que é si

multaneamente molde de significados, deve interferir a lógica, impondo que se interprete a sentença mediante argumentos e predicante. (Bierwisch, 1971b, p. 411). Nesse caso, resta o problema de predicados n-ádicos, que é resolvido electoriamente em favor dos diádicos interpretando os poliádicos mediante processos redutivos (A dar B a C: A causar (B ter C)). Chomsky apontou o erro desse enfoque, mostrando que o predicado poliádico difere do conjunto de predicados diádicos e que se pretende reduzi-lo, dado o diferente relacionamento dos argumentos: "(...) they (os poliádicos) imply a directness of connection between the agent and the resulting event that is lacking in the later case (o conjunto de predicados diádicos)." (Chomsky, 1972, p. 72). O trajeto semântico evita, assim, a arbitrariedade dos predicados n-ádicos, além da indébita interferência da lógica.

(65) Consideramos o vocábulo a unidade de estrutura dos significantes, entendida como a última cadeia acústica constituída pela dependência, e acreditamos que a realidade seja codificada em qualquer das línguas também nessa mesma unidade tática, que nem sempre precise coincidir com o vocábulo (ou a palavra, semanticamente) das línguas indo-européias. (Beck e Mattos, 1972, p. 620).

(66) Uma gramática de dependência segue a mesma técnica que empregamos para o molde coesivo, mas é necessário ainda adotar o conceito de complexo (elemento dependente reunido ao independente) para daros conta do processo real, que relaciona um complexo a outro (ambos subconjuntos), quando parece que a dependência relaciona apenas elementos. Veja-se, contudo, a semelhança de tratamento que o processo expansivo recebe na teoria da dependência e na nossa. (Hays, 1964, pp. 511-525). Entretanto, a dependência é apenas uma das possibilidades relacionais de um conjunto lingüístico: cumpre descobrir e empregar as outras.

(67) Optando pelo binarismo e desconhecendo a múltipla ocorrência do elemento independente, surgem as alternativas de análise, conforme nos relate Wells discutindo os constituintes imediatos: "But a difficulty is that, given a complex constitute to be analysed, a number of different models seems to offer themselves." (Wells, 1971, p. 190).

(68) O processo expansivo, que parte de um signo inicial independente e condiciona os acréscimos sem limite de ordenamento espacial ou temporal, dado que já inclui dentro de si mesmo as possibilidades expansivas, pode trazer idéias para o problema do ordenamento serial no comportamento: o estímulo que proveu o signo inicial pode, por meio deste, impor a seqüência do ordenamento. Assim se expressa Lashley: "The readiness with which the form of expression of an idea can be changed, the facility with which **different word orders** may be utilized to express the same thought, thus is further evidence that the temporal integration is not inherent in the preliminary organization of the idea." (Lashley, 1961, p. 185). O signo inicial é um núcleo de idéia e basta mudá-lo para se mudarem as circunstâncias do processo expansivo que, a nível acústico, é um comportamento ordenado no tempo.

(69) Um estudo parcial de um fenômeno lingüístico, como o de Abreu sobre o imperativo (Abreu, 1977, pp. 3-8), é sempre perigoso, porque omite o fato indiscutível de que todas as formas lingüísticas são solidárias entre si.

(70) A língua portuguesa arcaica ainda conhecia um condicionamento semântico, dado que as atuais variantes médias podiam parecer em início de sentença para o destaque de súplica:

Digades, filha, mya filha velida!

por que tardastes na fontana fria. (Dias, 1954, p. 199).

(71) Aos poucos se perdeu este artifício de falar-se a uma qualidade ou característica do ouvinte. Agora, em termos sincrônicos, devemos afirmar que a língua portuguesa tem apenas duas pessoas, em alguns de seus registros ou modalidades dialetais. O emprego de terceira pessoa como indicativo de ouvinte é explicado da mesma forma por Camera Jr. (Camera Jr., 1970, p. 109).

(72) É preciso conservar a simplicidade do modelo e, para isso, deve-se deixar a fatores semânticos o condicionamento das escolhas que dependem de estímulos extralingüísticos. Em caso contrário, complica-se a descrição e evoluem-se as regras, como se pode notar em Huddleston e Uren, por exemplo, quando estudam as classes de período. (Huddleston and Uren, 1969, pp. 1-26).

(73) Nem a língua inglesa possui categoria de tempo, o que levou Lakoff a admitir: "I have no solution to offer, but merely

wish to point out a number of disparate facts that force us to re-examine tense theory and to admit that tenses are even more complex than was thought." (Lakoff, 1970, p. 839).

(74) Creio que, mais que todos, Firth se deu conta da importância essencial do contexto situacional: "The basic assumption of the theory of analysis by levels is that any text can be regarded as a constituent of a context of situation or of a series of such contexts, and thus attested in experience, since the categories of the abstract context of situation will comprise both verbal and non-verbal constituents and, in renewal of connection, should be related to an observable and justifiable grouped set of events in the run of experience." (Firth, 1968, p. 175). Obedecemos a esse critério: o nosso molde semiótico se reorganiza identicamente a cada nível de signo parcial para atingir o signo total e ainda o mesmo processo postula-se também para os signos transfrásticos.

(75) Já Camara Jr. entendeu que o imperativo e o subjuntivo eram puras variantes um do outro. (Camara Jr., 1970, p. 89).

O signo denota sempre alguma constância do contexto natural, em que pode ocorrer. No caso da forma indefinida, a constância é o desconhecimento do falante sobre o comportamento extralinguístico do ouvinte, que pode aceitar ou recusar o referente do signo. Por isso mesmo, ainda uma forma tipicamente imperativa pode realizar-se como ordem ou pedido, comando ou súplica, desejo ou esperança na dependência tanto do falante, quanto do ouvinte. Com muita mais razão, se o ouvinte estiver ausente do signo, a forma indefinida denota desejo ou esperança do emissor. É curioso que a forma imperativa requiera sempre um comportamento não-verbal do ouvinte. Com um verbo linguístico (V. o item 3.3.2.3.), um comportamento extrametalinguístico, que coincide com o comportamento linguístico, mas equivale a um comportamento não-verbal.

(76) É preciso cautela com a competência, porque pode com facilidade gerar uma pesquisa viciosa, conforme Olmsted: "If the evidence for competence consists of inferences from performance, then "explaining" the latter from the former would seem to be unproductively circular." (Olmsted, 1971, p. 23).

(77) Assim que se estuda mais profundamente o significado da sentença, fica-se obrigado ao reexame da importância do contexto natural, em que nos aparecem os estímulos e os objetivos do ato de língua. Assim, se expressa Polc: "I think that the addition of the pragmatic factor is a necessary condition of a functional analysis of natural language." (Polc, 1971, p. 48). O grifo é do autor.

(78) Deve haver componentes para cada elemento do signo: o lexical e o semântico. A ausência de qualquer deles dificulta a interpretação da sentença. Assim o julgam também Abraham e Kiefer: "In practice it seems to be quite impossible to develop methods for the interpretation of any sentence. (...) It should be mentioned in this connection that Katz and Fodor's semantic theory fails to answer the problems concerning the interrelations between grammar and semantics." (Abraham and Kiefer, 1966, p. 19). Aliás, ele o evita.

(79) A gramática do emissor parte do significado que o contexto natural lhe oferece mediante algum impulso, impondo a marcha do significado (conhecido) para o significante (desconhecido), a que Chafe alude nestes termos: "Contrary to what has been the dominant view, it is argued here that language exhibits a directionality from semantics to phonetics, and several kinds of evidence are presented." (Chafe, 1971a, p. 1). E a essa direcionalidade atribui a vernaculidade da sentença gerada. (Chafe, 1971a, p. 7).

(80) Imposto ao significado, o binarismo implica em que basta aparecer um novo ente cultural para que se alterem os conjuntos descritivos de inúmeros signos. Além disso, omitindo um molde semiótico ou semântico, o significado depende do conjunto significante, que é particular de língua e limita a universalidade do verbete semiótico. Assim, de modo nenhum se pode estranhar que Chomsky considere insatisfatórias as teorias semânticas existentes. (Chomsky, 1970, p. 5). Ainda um modelo refinado, como o de Weinreich (Weinreich, 1970, pp. 395-477), parece-me que deixa de apreender o fato de que o processo expansivo do signo equivale a um processo redutivo de um conjunto inicial teoricamente infinito que deve transformar-se por fim num conjunto unitário. Esse

movimento do maior ao menor conjunto depreende-se já durante a a prendizagem da criança. (Lennerberg, 1967, p. 332). Entretanto, quando lidamos com classes fechadas, desaparece esse perigo e o binarismo pode revelar-se extremamente útil.

(81) Creio que as estruturas de uma língua, e ainda da própria linguagem, possam ser definidas apenas de maneira relativa dentro da escala de níveis expansivos. A fronteira dessas estruturas pode ser acústica, mas pode também ser deixada para o critério comparativo. Assim se explicam as dificuldades de se definir de maneira absoluta tanto a palavra, quanto a sentença, con siderada ora uma ora outra a unidade da língua. (Allerton, 1969, pp. 27-46).

(82) Bloomfield adota o mesmo processo de significado: o sig nificante dentro do contexto situacional. (Bloomfield, 1965, pp. 139-157). Entretanto, o comportamentismo em que ele se coloca im pediu-o de tratar os estímulos internos e reconhecer que seria possível descrevê-los pelos incidentes observáveis numa constância de contextos situacionais. Além disso, procurar o significa do além da linguagem, na ciência por exemplo, é apenas afastar o problema, sem resolvê-lo.

(83) Assim acontece com Eunice Pontes. (Pontes, 1972, p.76).

(84) O verbete semiótico pode ser lexicalizado (transformado em verbete lexical) em mais de um nível expansivo sem que esses produtos sejam necessariamente transformados um de outro. As objeções às nominalizações foram estudadas e criticadas por muitos, entre eles Bickerton (Bickerton, 1969, pp. 47-62). O primeiro sig no inicial deve expandir-se desde o morfema até o período, mas qualquer dos outros signos iniciais, apesar de indicativo de um fato, pode parar em algum dos níveis anteriores, gerando substan tivos (para em nível de vocábulo), adjetivos (para em nível de locução), ou ainda verbos (para em nível de sentença, tornada ele mento dependente da primeira). É também possível elevá-lo ao nível maior de período e fazê-lo descer pelo processo subordinativo. Com isso, a transitividade deixa de ser algo inerente ao ver bo, que pode ser lexicalizado diversamente pelas línguas, para prender-se ao fato. Ao contrário das teorias gerativo-transformacionais (Kato, 1976, pp. 3-21), a subcategorização é resultado



do próprio significado do fato em termos de trajeto.

Comentando este mesmo problema de nominalizar a sentença, Chomsky chega a propor uma única categoria relacional de prepositivos e um único verbo (a cópula), o que ele mesmo considera absurdo. Entretanto, segundo palavras dele no mesmo artigo, outra proposta qualquer seria altamente custosa. (Chomsky, 1972b, p. 31).

(85) Outros pesquisadores tem encontrado os mesmos princípios sem generalizá-los suficientemente. Assim, Mattoso Câmara Jr. sabia desse fator de possibilidade, porque nos diz textualmente: "Note-se que nessa oposição o pretérito indica a irregularidade, enquanto o futuro é indiferente a esse modo de encarar comunicação: se for verdade sugere que pode ser verdade ou não." (Câmara Jr., 1970, p. 92).

(86) Contrariamente a gerativistas ou interpretativistas (Brandon, 1976, pp. 92-108), assinalamos para os declarativos níveis diversos de ocorrência e, em qualquer deles, tratamos simultaneamente o positivo e o negativo, gerados depois do vocábulo verbal.

A negativa tem merecido exaustivas pesquisas, dada a sua importância lógica e linguística, enquanto se tem desprezado a positiva, talvez porque não se veja que partilha das mesmas ambigüidades. Entretanto, todas as pesquisas têm um engano inerente: desconhecem o momento diverso de gerar o declarativo, dado que o gerativista antes enumera, que produz a sentença, e apelam, além disso, para critérios particulares de língua, como se observa em Guimarães, que comenta os processos classificatórios sugeridos por vários autores. (Guimarães, 1977, pp. 25-32). Assim, distinguir tipos de negativa pelo possível acréscimo equivale a uma tremenda falácia epistemológica, porque esses acréscimos representam variantes impostas exatamente pelo declarativo e, a nível semiótico (ou ênico), constituem apenas um signo invariante: com isso, a distinção desses tipos fica deixada a cargo da intuição do falante, o que é suficiente para o emprego da linguagem, mas insuficiente em termos de metalinguagem. Pode-se comprová-lo com a língua da criança, que desconhece ainda em certa fase essas variantes devidas ao declarativo. Registrei, por exemplo, este res

posta de minha filha (30 meses) a uma opinião minha:

- Eu não gosto da bruxa.
- Eu também.

A fala de um adulto havia de requerer:

- Eu não gosto da bruxa.
- Nem eu. (Ou ainda: - Eu, também não.)

Importa que se possa discriminar os diversos valores da negativa, comprovados por critérios que, embora originados em aspectos intuitivos, dependam de fatores objetivos.

(87) Devemos ter critérios acústicos, preferentemente, para segmentar a cadeia fônica, dado que a pura comutatividade pode levar-nos a dificuldades, impondo fronteiras que dependem de outros fatores. Em caso contrário, torna-se um recorte subjetivo, dependente da lógica ou do significado, visto analiticamente e nunca composto sinteticamente desde os níveis inferiores. Qualquer que seja a teoria com a qual se estude a linguagem, os problemas são os mesmos. Assim acontece também com a linguística estratificacional. (Lockwood, 1972, pp. 31-41).

(88) O elemento dependente tem, em qualquer nível, a mesma função: isolado, o elemento independente denota um número indefinido de possibilidades de contexto natural, mas cada elemento dependente diminui esse número, destacando sempre um novo subconjunto dentro desse universo independente e apresentando por isso uma função limitativa, que caracteriza ou qualifica o elemento independente e com isso exclui outras possibilidades. Bierwisch assinalou corretamente as duas modalidades da função limitativa, que permite explicar o relacionamento de signos que estabelecem um signo maior, ainda que tenha ignorado o fato mais importante de que ambos, caracterizadores ou qualificativos (na terminologia dele, delimitativos e predicativos, o que implica na idéia de que se expande o substantivo, quando a teoria se torna mais fácil desde que expandemos o verbo), tem a mesma função limitativa. Compreende-se a ausência de uma função que reúna as duas, que identificou: expandindo o substantivo, de maneira nenhuma podia identificar numa só função o elemento que posiciona o ente (delimitativo) e o que lhe atribui propriedades (predicativo). (Bierwisch, 1971b, p. 417).

(89) Bierwisch sugere uma estrutura do pensamento, a quétic é transformada em cadeia acústica por alguma estratégia do emissor. (Bierwisch, 1971a, p. 64).

(90) O engano de Miller e Ervin (Miller and Ervin, 1971, pp. 322-339), bem assinalado por Chomsky (Chomsky, 1971, pp. 340-343) consiste em terem partido da gramática do codificador, querendo explicar cadeias acústicas que constituem atividades reprodutivas e desobedecem por isso ao processo essencial da linguagem, dado que essas cadeias acústicas representam regularidades que dependem de processos posteriores ao coesivo, quando há de ser possível à criança empregá-las numa atividade linguística produtiva. (Mattos e Back, 1974, pp. 41-61).

(91) Escolhido o verbo, os complementos ficam sujeitos à primeira escolha. (Dupraz et Rouault, 1969, p. 95). Entretanto, se faltar algum critério (o nosso molde semiótico, por exemplo) para essa escolha, cada verbo é uma particularidade e nada se pode generalizar. Além disso, o fundamento final da decisão compete ao contexto natural, a que importa assegurar-nos a aplicabilidade do signo gerado.

(92) Ao propor uma única maneira de julgamento tanto para a afirmativa, quanto para a negativa, Frege separa a potência declarativa da assertiva. (Frege, 1918-19, p. 170).

Entretanto, devemos tratar a negação do ponto de vista de linguagem, nunca de lógica, ou as teorias se tornam tão complexas (Guimarães, 1977, pp. 25-32), que o falante medíocre ficaria impedido de empregá-la. Para isso, basta dar-se conta de que o negativo é apenas um dos ocupantes declarativos e precisar ser examinado sob o critério da classe binária de que participa e sob o critério do verbo a que se prende, que pode ser linguístico ou metalinguístico, e de que pode advir com isso significado diverso.

(93) Consideramos universais apenas os fatos que podemos deduzir da linguagem, nunca das línguas. Apesar de tudo, continuam os universais linguísticos advindos de processo indutivo: "Minimally, all human languages contain the nominative-predicative relationship." (Grimshaw, 1971, p. 100). Onde ficam as línguas de caso ergativo?

(94) Também Hockett assinala a grande importância dos antecedentes e dos conseqüentes, que entende como circunstâncias do ato de fala (Hockett, 1967, p. 140).

(95) Antecedentes e conseqüentes de um trajeto semântico foram assinalados por Givón sob um ponto de vista de tempo. (Givón, 1973, pp. 890-925).

(96) O fato foi estudado por Ducrot. (Ducrot, 1973) p. 125).

(97) Klima considera negativa a primeira destas sentenças, justamente porque deixa indefinidos os níveis em que ocorre o declarativo. (Klima, 1964, pp. 283-284). Com isso, onera o conjunto de regras, dado que deve incorporar ao quantificador o valor semântico de indefinido, num caso, e deixar de fazê-lo, noutro caso, o que me parece uma regra puramente ad hoc. É o que chama negação de constituinte.

(98) Creio que também o quantificador deve ser analisado conforme suas ocorrências com base na possibilidade comutativa que nos ofereça. A estas conclusões chegou Jackendoff, comentando alguns aspectos dos quantificadores e negativos: "The theory that quantifiers are verbs of higher sentences in deep structure is examined critically. It is shown that this theory leads to loss of generality on several points, and that the syntactic arguments supporting it are inconclusive." (Jackendoff, 1971, pp. 282-297).

Chomsky analisa a proposta de Jackendoff e conclui, depois de incluir outros exemplos: "Again, the interplay of negation and modal seems a natural candidate for a principle of surface structure interpretation." (Chomsky, 1972c, p. 108). Ora, a estrutura superficial é mais ou menos equivalente à gramática do momento acústico ( $G_4$ ) e, de maneira nenhuma deveria concorrer para o significado. A dificuldade dos transformacionistas provém de que confundem os níveis de ocorrência dos declarativos e, com isso, também o momento em que cada um deles é gerado, além de desconhecerem que o declarativo abrange complexos ao longo do mesmo nível, implicando em que, no caso de sentença negativa, ocorre apenas um complexo negativo ao lado de outros, sempre positivos. Mais que isso, levados pela ordem mais rigorosa dos elementos da sentença inglesa, cuidam que apenas o sujeito superficial possa oferecer problemas de mudança de significado na dependen

dência de deslocamento: "According to this principle, sentence negation will differ in meaning from verb phrase negation in case the surface subject contains a quantifier, (...)." (Chomsky, 1972c, p. 105). Entretanto, qualquer elemento transposto da direita para a esquerda da negativa (mais precisamente, do declarativo, porque o mesmo sucede com a positiva), ou da esquerda para a direita, acarreta significado diverso, dado que o declarativo jamais alcança o elemento à sua esquerda, qualquer que ele seja.

(99) Compreendemos assim que esses vocábulos inclusivos constituem variantes de um signo invariante único e ficam condicionados ao declarativo constante na sentença. Por isso, subordinar o tipo de negativa ao possível acréscimo (Klima, 1964, p. 285) adianta pouco, ou nada, desde que o emprego de qualquer dos acréscimos depende do conhecimento prévio da negativa, exatamente o que se pretendia demonstrar.

(100) Klima reconhece o caráter distinto de cada um desses negativos: "This analysis amounts to saying that while the negative elements in sentence negation and constituent negation are the same, the relationships between the negative element and the sentence in which it occurs in constituent negation, on the one hand, and in sentence negation, on the other, are grammatically independent of one another." (Klima, 1964, p. 309). A dificuldade é que o transformacionalista os gera simultaneamente. Grifo do autor.

(101) Existem outras classificações: negação de frase ou de constituinte (Klima, 1964, p. 270), negação polêmica ou descritiva (Ducrot, 1973, p. 123). Em qualquer dessas classificações, parece-me falho o critério de reconhecimento. (V. nota 99). As negativas absoluta ou relativa constituem fatos linguísticos que importam no jogo dos declarativos, enquanto os períodos universal ou particular pertencem antes à lógica e condicionam o seu significado ao jogo de quantificadores. O estudo linguístico deve ser separado do lógico, ainda que possam ser relacionados, como observa Bierwisch: "The relation between the two must thus be based on the immanent structure of natural languages." (Bierwisch, 1971c, p. 97). Entretanto, ele equipara essa estrutura imanente (que cremos ser a gramática do momento semiótico a cami-

nho mental) à estrutura profunda, que incorpora ainda particula-  
res linguísticos ou parte diretamente para ( $G_0$ ) sem o intermédio  
de ( $G_3$ ).

(102) As inferências podem depender das variantes combinató-  
rias contextuais e, por isso mesmo, dado que a inatividade da ne  
gativa alarga o leque de possibilidades, surgem inferências em  
maior número, principalmente se considerarmos que ocorre um com-  
plexo negativo com diversos positivos, mas nunca ao contrário. Pot  
tier reconhece de pronto o valor dessas variantes. (Pottier, 1972,  
p. 118). É preciso dar-se conta, entretanto, de que a invarian  
te contextual pode descobrir-se apenas na medida em que descer  
tamos as particularidades de cada variante, implicando numa teo-  
ria contextual do significado.

Fillmore define assim o pressuposto de uma sentença: "We may  
identify the presuppositions of a sentence as those conditions  
which must be satisfied before the sentence can be used in any  
of the functions just mentioned." (Fillmore, 1969, p. 121). Ele  
se refere às funções de sua gramática de casos. O conceito cita-  
do equivale ao nosso antecedente. Entretanto, levado por esse con  
ceito, ele teve que admitir que a sentença negativa mantinha o  
mesmo pressuposto, o que é falso. Talvez se deva atribuir esse  
engano ao fato de ele ter exemplificado com uma forma imperati-  
va negativa, em que se deve pressupor as mesmas circunstâncias à  
vista do significado imperativo, nunca do significado do verbo.  
Por esse motivo deve-se reservar o conceito de pressuposto para  
significados diferentes daqueles veiculados pelo antecedente ou  
pelo conseqüente de um fato. Também opinam igualmente Paul e Ca  
rol Kiparsky. (Kiparsky and Kiparsky, 1975, p. 351). Creio que  
esses autores deixaram de considerar a inatividade da negativa,  
que favorece outras inferências, ainda que possa estar privile-  
giado o antecedente do trajeto positivo à vista da expectativa ge  
rada por toda negativa. O próprio verbete do verbo no dicionário  
complica-se demasiadamente, na falta de um trajeto em que se ex-  
plique o fato denotado pelo verbo. (Kiparsky and Kiparsky, 1975,  
p. 353). Existe um modo singelo de comprovar-se a maior varieda  
de de inferências da negativa: basta olhar o rendimento das rela  
ções dentro da cláusula (soma das atividades linguísticas míni-

mas emissiva e receptiva), em que a resposta positiva pode apenas ser seguida de sinônimos, enquanto a negativa admite sinônimos e antônimos, de maneira que a resposta positiva, isolada, já nos assegura do significado do signo, mas a negativa nada nos deixa concluir, porque fica omissa o rumo em que se deve entender a negativa. Esse emprego da negativa deve ter-se estendido, permitindo a vasta multiplicidade da negativa. (Back e Mattos, 1972, pp. 517-525). Smith deu-se conta do papel do negativo na cláusula, mas citou-o de passagem, sem retirar desse fato as consequências que se podem esperar dele. (Smith, 1972, p. 280). Por outro lado, há autores que identificam o pressuposto de uma sentença com o seu significado e o descrevem em termos de uma gramática de signos ( $G_0$ ), equivalente a uma estrutura anterior à profunda. (Lightfoot, 1973, p. 187).

(103) Conviria um exame mais detalhado sobre os limites (antecedente e conseqüente) da sentença e suas inferências (pressupostos). Para Carnap, os primeiros constituem o componente semântico, enquanto os segundos pertencem ao componente pragmático. (Carnap, 1964, p. 421). Além deles estaria a sintaxe lógica.

(104) O significado da sentença positiva é uma inferência necessária ao significado da negativa, conforme já o descobriram outros pesquisadores. (Ducrot, 1973, p. 119).

(105) A inatividade da negativa implica no surgimento de várias inferências, que devem ser separadas do significado da sentença. Fillmore demonstra detalhadamente que todas se devem ao contexto natural em que a sentença pode ocorrer. (Fillmore, 1969, p. 120).

(106) Esta sentença não contém ambigüidade: pertencendo os carros aos ladrões, o vocábulo carros tem intensidade vocabular (de grau 1), ao passo que o mesmo vocábulo adquire intensidade locucional (de grau 2) no caso assinalado acima, em que ele não guardou dos ladrões o carro que lhe pertence. A intensidade sentencial (de grau 3) delimita o fim da sentença. (Mattos, 1976, p. 61 ou Câmara Jr., 1970, pp. 52-55).

(107) Bolinger encontra algo parecido também nos adjetivos da língua inglesa, ainda que este disponha apenas de um ordenamento e, assim, deixe de distinguir os aspectos restritivos ou

explicativos do adjetivo. (Bolinger, 1967, p. 18).

(108) O fato de o sujeito aparecer fora do alcance do declarativo parece dar razão ao recorte clássico da sentença em sujeito e predicado. Entretanto, essa ordem é um particular linguístico e, além disso, qualquer elemento deslocado para o início da sentença portuguesa se livra do alcance do declarativo. O ordenamento de  $(G_4)$  é sempre um recurso estilístico, entendido como a maneira de reutilizar a substância de qualquer dos elementos do signo. (Back e Mattos, 1972, p. 727).

(109) Chomsky confessa que a teoria transformacional é incapaz de assinalar essas correspondências: "However, there are cases that suggest the need for an even more abstract notion of grammatical function and grammatical relation than any that have been developed so far, in any systematic way." (Chomsky, 1965, p. 162).

(110) A análise da língua ou da linguagem sob o critério do significado da sentença pode apenas sujeitar-nos a classes infinitas. Assim, Karttunen estranha o significado diverso das causas sentencial e periodal, atribuindo a uma ambigüidade da língua o que apenas é ambigüidade da pesquisa. (Karttunen, 1971, p. 348).

(111) Entendemos que antecedentes e consequentes constituem significados parciais linguísticos, enquanto os pressupostos dependem da particularidade de cada contexto situacional e devem, por isso, ser excluídos do significado da sentença. Existem outras posições. (Ducrot, 1973, p. 127). Apesar disso, pode acontecer que sentenças aparentadas pelo significante permitam inferências distintas, que provocam diferentes significados em cada sentença. Por isso, interpretar a sentença como a pura reescrita de um foco e um pressuposto (Chomsky, 1972c, p. 100) parece-me pouco convincente, dado que se incorporam os fatos estilísticos. Ele mesmo, entretanto, acrescenta uma nota nessa página: "Note that we are using the term "presupposition" to cover a number of notions that should be distinguished."

(112) Considerado o objetivo do emissor, que deseja a concórdância do receptor para com a notícia veiculada pelo período assertivo, a verdade passa a ser uma contingência linguística. As-



sim pensa Bolinger: "Truth is that quality of language by which we inform ourselves. This rules out the logician's analytic truth, which is no more than consistency within language." (Bolinger, 1973, p. 542).

(113) Se deixarmos de distinguir os verbos linguísticos e os metalinguísticos, torna-se penoso encontrar regra que explique o comportamento diverso que nos apresentam, permitindo ou impedindo o transporte do negativo. Por isso, me parece inconsistente a maneira por que Cattell discute o problema. (Cattell, 1973, pp. 612-639).

Da mesma forma, falando da polissemia do verbo pensar, cuja negativa pode equivaler a uma ausência de pensamento ou ao contrário do declarativo da sentença de um período subordinado a ele, Jackendoff deveria ter percebido que se trata apenas de um verbo que admite emprego linguístico ou metalinguístico. (Jackendoff, 1971, p. 290).

(114) Outras soluções são apresentadas para este problema, admitindo uma polissemia inerente. (Bisol, 1975, p. 47).

(115) O transporte da negativa deveria ser estudado à vista destes dois grupos de verbos: linguísticos e metalinguísticos. Sem chegar ao critério que adotamos, Cattell deu-se conta da dificuldade: "The syntactic evidence provided by Robin Lakoff for the existence of a negative transportation rule is examined, and is found to be insufficient to establish the rule." (Cattell, 1973, p. 612).

(116) De um a outro nível, o encontro de negativas produz sentença positiva. Entretanto, se uma língua adotar a regra de redundância de encontro de declarativos, costumeiramente o desempenho impede a presença de duas negativas, ainda que se trate de restrições do momento acústico. Veja-se para maiores detalhes o estudo de Rivero sobre esse caso. (Rivero, 1970, p. 645).

(117) Discutindo a passiva de língua inglesa, Hasegawa omite qualquer comentário sobre a influência da negativa, o que é incorreto, dado que é preciso apresentar regras que verifiquem todas as condições do assunto examinado. (Hasegawa, 1968, pp. 230-243).

(118) Se o negativo intervier em signo posterior ao inicial,

a sentença continua positiva, impedindo os acréscimos comuns à sentença negativa, conforme o demonstrou o próprio Klima. (Klima, 1964, p. 303-308).

(119) Assim, confundindo os níveis dos negativos, Klima dificulta a teoria, exigindo que a negativa de um adjetivo de sentença ativa se torne negativa de um verbo da passiva. Como ele mesmo julgou inoportuna uma regra desse tipo, optou por dizer que a tivas e passivas deveriam transformar-se de maneira diferente da quela comumente estabelecida pelos cânones gerativo-transformacionais. (Klima, 1964, pp. 271-273).

Ainda que tenha parado a meio do caminho, G. Lakoff deu-se conta de que a ordem das ocorrências dos quantificadores tem im portância para o significado da sentença: "The difference in the interpretation of quantifiers has nothing whatever to do with the fact that in these ex am p l e s one quantifier is inside the VP while the other is outside the VP. Only the left-to-right order w i t h i n the clause matters." (Lakoff, 1975, p. 241). Entretanto, ele pensa na ordem relativa dos quantificadores, sem cuidar que toda a diferença de significado provém de duas regras sobre o emprego do declarativo:

a) o declarativo jamais abrange o elemento à sua esquerda;

b) o declarativo se torna relativo com a primeira ocorrência da circunstância. Cumpre, além disso, evidenciar o significado exato do vocábulo muito, porque o complemento da sua classe é ain- da a classe muito, enquanto o vocábulo pouco tem por complemento a classe muito. Essa ambigüidade do vocábulo muito, que inclui o significado de grande número e exclui o mesmo significado, implica em que os falantes possam interpretá-lo ora como equiv alente de numeroso, ora como equiv alente de diverso segundo têm em mente a classe (numeroso) ou o seu complemento (diverso), dado que todo complemento equivale a uma negativa da classe. Com isso, po dem existir nas línguas portuguesa e inglesa três dialetos com respeito ao vocábulo muito:

a) o que adota apenas o significado de numeroso;

b) o que adota apenas o significado de diverso;

c) o que adota ambos os significados, deixando a poli semia a cargo do contexto natural, subordinada ainda ao alcance do decla

rativo. Ignorando todas essas circunstâncias, Lakof viu-se obrigado também a dificultar o processo gerativo da sentença, apelando para o que, em nossa teoria, constitui a gramática do momento mental ( $G_0$ ) e impondo um abaixamento do quantificador, sujeito ainda à restrição da simetria. A incidência do negativo torna mais radicais os significados diversos, mas acontece o mesmo com o positivo: apesar do que fala Lakoff (Lakoff, 1975, p. 244), com os quantificadores interferem os declarativos, não apenas o negativo.

(120) A maior dificuldade de análise da linguagem aparece exatamente porque a teoria transformacional parte do símbolo de sentença, implicando com isso em análise e devendo deixar para uma instância posterior a inserção lexical. Entretanto, se deixarmos o critério gerativo e adotarmos o produtivo, o ponto de partida é o próprio morfema (ou a seqüência mínima significativa de qualquer das línguas): inexistente a inserção lexical, porque se escolhe diretamente um signo, simultaneamente significante e significado, e a ele se agregam os elementos dependentes, como os declarativos. A idéia de que a sentença (Klima, 1964, pp. 250-251) seja o símbolo inicial, creio que deve ser abandonada.

(121) A idéia é já trivial. (Foucault, 1966, p. 108).

(122) Vejam-se as idéias de Pike e outros sobre o significado funcional, ou o das posições dos ocupantes numa estrutura. (Pike, 1971, pp. 276-280). Implica apenas em maiores problemas considerar o significado relacional dos significantes, porque a cadeia acústica representa um particular linguístico e constitui uma trilha para o significado, acontecendo que o mesmo contexto relacional (como o de sujeito, ou objeto) possa veicular diferentes aspectos do conjunto de significados. (Back e Mattos, 1972, pp. 551-581).

(123) Comentando a teoria gerativo-transformacional, Labov nos assegura: "The general view then, is that linguistic theories can be fully developed on the basis of that portion of language behavior which is uniform and homogeneous." (Labov, 1971, p. 155). Como o trajeto semântico depende do comportamento no diálogo, devemos crê-lo universal.

(124) Vejam-se as regras delas por Perini para o ordenamen-

to dos auxiliares. (Perini, 1976, pp. 96-99).

(125) É preciso descobrir apoio semântico para o encontro de auxiliares e para o seu ordenamento. Seria constrangedor impô-los simplesmente por uma regra, como o fazem muitos. (Bach, 1967, p. 475).

(126) Consulte-se Marote, em tese de doutorado. (Marote, 1972, p. 41).

(127) A escolha é consciente, baseada nos estímulos contextuais. Veja-se o ensaio de Chafe sobre os dados da consciência, necessários ao exercício da linguagem. (Chafe, 1974, pp. 111-133).

(128) Creio que valem exatamente as mesmas regras para outra língua que disponha do processo subordinativo, aplicado a verbos auxiliares. Existem, entretanto, casos especiais, devidos à diacronia: aconteceu à língua inglesa, que perdeu por isso a simetria entre as sentenças positivas e negativas. Klima tenta explicá-la pelo puro fato de existirem outras. (Klima, 1964, p. 257). Discutindo esse ponto, Santos sugere a possibilidade de se incorporarem na sincronia algumas regras diacrônicas, sem indicá-lhes a maneira, contudo. (Santos, 1977, p. 3). Cabe uma pergunta preliminar: a negativa atual dos verbos auxiliados é par da positiva neutra, ou da enfática? No primeiro caso, efetivamente haveria uma assimetria, mas o segundo caso impunha uma simetria entre positiva e negativa, além da pura ausência de uma negativa neutra. Klima parece aproximar-se deste segundo caso, quando compara o comportamento das palavras not e so. (Klima, 1964, p. 257).

(129) Assim vemos em Martin, ainda que o processo comutativo nos leve a discordar. (Martin, 1975, p. 51).

(130) Outros pesquisadores, entretanto, os têm por auxiliares. (Bárbara, 1975, p. 59).

(131) Sempre se tentou o caminho da lógica para a linguagem, desenvolvendo previamente um corpo de axiomas independentes da linguagem e sujeitando depois a eles a gramática das línguas naturais. Assim procede também Robert Wall, que deixa de entrever a possibilidade de conjuntos de conjuntos de signos e, como a maioria dos transformacionistas, confunde o comprimento físico com o sintático: "Further, since there is no longest grammati

cal sentence in a language, this subset is an infinite one. A grammar of a natural language must (at least) specify in some precise fashion the set of strings in the language." (Wall, 1972, p. 207).

Melhor seria o caminho inverso. (Mattos, 1975, pp. 177-236). É claro que a natural polissemia das línguas assusta o cientista e, por isso, Carnap procura construir uma linguagem científica de fora da linguagem, propondo o conceito de logicamente verdadeiro, além de um terceiro nível de pesquisa, que seria a sintaxe lógica. (Carnap, 1964, p. 426).

(132) Parece-me que o transformacionalista confunde os critérios de gramaticalidade, vernaculidade (assim traduzo o termo well-formedness), aceitabilidade e situacionabilidade de uma sentença (ou período, em nossa terminologia). (Chomsky, 1972a, pp. 63-65). Os pressupostos de uma sentença nunca podem torná-la aceitável ou inaceitável, gramatical ou agramatical, porque a gramaticalidade depende da obediência aos parâmetros impostos ao processo expansivo pela base lexical, enquanto a aceitabilidade fica sujeita aos limites humanos do desempenho, implicando essas duas qualidades na vernaculidade de uma sentença. Outro caso, e muito distinto, é o da situacionabilidade: a sentença pode ser vernácula (no significado que lhe empresto aqui) e ser julgada insituacionável, porque a nenhum contexto situacional se pode aplicá-la. Assim, "cair suavemente sobre o campo" seria insituacionável numa dada circunstância anterior aos pára-quedas. As sentenças insituacionáveis existem apenas diante da teoria linguística, dado que o falante emprega a linguagem dentro de um contexto situacional e se torna, por isso, incapaz de produzir sentenças impossíveis de situar.

(133) Parece-me impossível decidir sobre a aceitabilidade com base em critério sintático ou mesmo linguístico. Também Kuroda sentiu essa dificuldade: "The problem of selectional restriction is unquestionably a most point in the semantico-syntactic theory, and a sweeping solution to the problem should not naturally be expected to obtain easily." (Kuroda, 1969, p. 138).

(134) O condicionamento é semântico. (Mattos, 1975, p. 145).

(135) Jespersen foi sumamente claro quando criticou os conceitos de sujeito ou objeto, que constituem apenas estruturas restritivas de significante, sem qualquer significado: "The relation between subject and object cannot be determined once and for all by pure logic or by definitions, but must in each case be determined according to the special nature of the verb employed" (Jespersen, 1924, p. 160). Entretanto, a menos que se adote um critério para inferirmos e generalizarmos a regência do verbo, ficamos obrigados a um sem-número de regras, porque devemos atender a cada verbo isoladamente. Houve a feliz tentativa de Fillmore (Fillmore, 1968, pp. 1-88), mas uma tentativa parcial, porque ele ainda se contenta com etiquetas semânticas, que eliminam muitos problemas, mas trazem outros, como ele próprio reconheceu. (Fillmore, 1971, pp. 171-173).

(136) Bárbara pensa assim. (Bárbara, 1975, p. 27).

B I B L I O G R A F I A

- Abraham, Samuel, and Ferenc Kiefer, A Theory of Structural Semantics. The Hague: Mouton, 1966.
- Abreu, Antônio Suárez, "Considerações sobre o Imperativo e seu Emprego em Português", Revista Brasileira de Linguística. Petrópolis: Vozes, vol. 4, nº 1, (1977), pp. 3-8.
- Allerton, D. J., "The Sentence as a Linguistic Unit", Lingua. Amsterdam: North-Holland, vol. 22, nº 1, (1969), pp. 27-46).
- Apresjan, Ju. D., Eléments sur les Idées et les Méthodes de la Linguistique Structurale Contemporaine. The Hague: Nouton, 1973.
- Bach, Emmon, "Have and Be in English Syntax", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 43, nº 2 (part 1), (1967), pp. 462-485.
- Back, Eurico, e Geraldo Mattos, Gramática Construtural da Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 1972.
- \_\_\_\_\_, "Linguística Construtural - Manifesto", Construtura. São Paulo: FTD, nº 1, (1973), pp. 1-115.
- Bacri, Nicole, Fonctionnement de la Négation. The Hague: Mouton, 1976.
- Baldiger, Kurt, Teoría Semántica, Madrid: Alcalá, 1970.
- Bárbara, Leila, Sintaxe Transformacional do Modo Verbal. São Paulo: Ática, 1975.
- Bolinger, Dwight, Aspects of Language. New York: Harcourt, Brace and World, 1968.

- Benveniste, Émile, Problèmes de Linguistique Générale. France: Gallimard, 1966.
- Bickerton, D., "The Linguistic Validity of Verb-Nominalising Transformations", Lingua. Amsterdam: North-Holland, vol. 22, nº 1, (1969), pp. 47-62).
- Bierwisch, Manfred, Modern Linguistics. The Hague: Mouton, 1971a.
- , "On Classifying Semantic Features", Semantics, edited by Danny D. Steinberg and Leon A. Jakobovits. Cambridge University Press, (1971b) 1975, pp. 410-435.
- , Modern Linguistics. The Hague: Mouton, 1971c.
- Bisol, Leda, Predicados Complexos. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1975.
- Bloomfield, Leonard, Language. London: Allen and Unwin, (First Published in Great Britain 1935) 1965.
- Brandon, Frank R., "Quantificação e Negação em Português", Revista Brasileira de Linguística. Petrópolis: Vozes, vol. 3, nº 1, (1976), pp. 92-108.
- Buyssens, Eric, La Communication et l'Articulation Linguistique. Bruxelles et Paris: P.U.B. et P.U.F., 1967.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso, Problemas de Linguística Descritiva. Petrópolis: Vozes, 1969.
- , Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.
- Campbell, Robin and Roger Wales, "The Study of Language Acquisition", New Horizons in Linguistics, edited by John Lyons. Middlesex: Penguin Books, 1971, pp. 242-260.



Carnap, Rudolf, "Foundations of Logic and Mathematics", The Philosophy  
of Language, edited by Jerry A. Fodor and Jerrold J. Katz.  
 New Jersey: Prentice-Hall, 1964, pp. 419-436.

Cattell, Ray, "Negative Transportation and Tag Questions", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol, 49, no 3, (1973), pp. 612-639.

Chafe, Wallace L., "Language as Symbolization", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 43, no 1, (1967), pp. 57-91.

\_\_\_\_\_, "Directionality and Paraphrase", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 47, no 1, (1971a), pp. 1-26.

\_\_\_\_\_, Meaning and the Structure of Language. Chicago: The University of Chicago Press, 1971b.

\_\_\_\_\_, "Language and Consciousness", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 50, no 1, (1974), pp. 111-133.

Chomsky, Noam, Syntactic Structures, tenth printing. The Hague: Mouton, (1957) 1972.

\_\_\_\_\_, Aspects of the Theory of Syntax, eighth printing. Cambridge, Mass.: M.I.T., (1965) 1972.

\_\_\_\_\_, "Topics in the Theory of Generative Grammar", Current Trends in Linguistics 3. The Hague: Mouton, 1970, pp.1-70.

\_\_\_\_\_, "Formal Discussion of Miller and Ervin's The Development of Grammar in Child Language", Child Language - A Book of Readings, edited by Aaron Bar-Adon and Werner F. Leopold. New Jersey: Prentice-Hall, 1971, pp. 340-343.

\_\_\_\_\_, "Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar", Goals of Linguistic Theory, edited by Stanley Peters. New Jersey: Prentice-Hall, 1972a, pp. 63-130.

\_\_\_\_\_, "Remarks on Nominalizations", Studies on Semantics in Generative Grammar. The Hague: Mouton, 1972b, pp. 11-61.

\_\_\_\_\_, "Deep Structure, Surface Structure", Studies on Semantics in Generative Grammar. The Hague: Mouton, 1972c, pp. 62-119.

Crystal, David, Linguistics. Middlesex: Penguin Books, 1972.

Dias, Augusto Epiphanyo, Syntaxe Historica Portuguesa, 3.<sup>a</sup> edição. Porto: Livraria Clássica Editora, 1954.

Dineen, Francis P., An Introduction to General Linguistics. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.

Denisov, F. N., Principles of Constructing Linguistic Models. The Hague: Mouton, 1973.

De Vito, Joseph, The Psychology of Speech and Language. New York and Toronto: Random House, 1970.

Ducrot, Oswald, La Preuve et le Dire. Paris: Mouton, 1973.

Dupraz, M., et J. Rouault, "Lexis - Affirmation - Négation: Étude fondée sur les Classes", Studies in Syntax and Semantics, edited by F. Kiefer. Dordrecht: D. Reidel, 1969, pp. 91-108.

Fillmore, Charles J., "The Case for Case", Universals in Linguistic Theory, edited by Emmon Bach and Robert T. Harms. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, pp. 1-88.

\_\_\_\_\_, "Types of Lexical Informations", Studies in Syntax and Semantics, edited by F. Kiefer. Dordrecht: D. Reidel, 1969, pp. 109-137.

\_\_\_\_\_, "Algunos Problemas de la Gramática de Casos", Semántica y Sintaxis en la Lingüística Transformatoria, compilación de Victor Sanchez de Savala. Madrid: Alianza Editorial, (1971) 1976, pp. 171-200.

Firth, J. R., "A Synopsis of Linguistic Theory, 1930-55", Selected Papers of J. R. Firth 1952-59, edited by F. R. Palmer. London and Harlow: Longmans, 1968, pp. 168-205.

Fletcher, Paul, "Case Grammar. Its Viability as an Alternative Grammatical Model", Lingua. Amsterdam: North-Holland, vol. 28, nº 3, (1971), pp. 237-250.

Fónagy, L., "La Genèse de la Phrase Infantine", Lingua. Amsterdam: North-Holland, vol. 30, nº 1, (1972), pp. 31-71.

Foucault, Michel, Les Mots et les Choses. Paris: Gallimard, 1966.

Frege, Gottlob, "La Negación, una Investigación Lógica", Escritos - Semánticos. Madrid: Tecnos, (1918-1919) 1974.

Garvin, Paul L., "The Automation of Discovery Procedure in Linguistics", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 43, nº 1, (1967), pp. 172-178.

\_\_\_\_\_, "A Descriptive Technique for the Treatment of Meaning", On Linguistic Method, Second revised edition. The Hague: Mouton, 1972.

Givón, Talmy, "Notes on the Semantic Structure of English Adjectives", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 46, nº 4, (1970), pp. 816-837.

\_\_\_\_\_, "The Time-Axis Phenomenon", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 49, nº 4, (1973), pp. 890-925.

- Greenberg, Joseph H., Anthropological Linguistics: An Introduction. New York: Random House, 1968.
- Greimas, A. J., Du Sens. Paris: Le Seuil, 1970.
- Grimshaw, Allen D., "Sociolinguistics", Advances in the Sociology of Language, edited by Joshua A. Fishman. The Hague: Mouton, 1971, pp. 92-151.
- Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira, "Algumas Considerações sobre a Negação", Sobre a Linguagem. Uberaba: Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1977, pp. 25-32.
- Halle, Morris, "On the Bases of Phonology", The Structure of Language, edited by Jerry A. Hodor and Jerrold J. Katz. New Jersey: Prentice-Hall, 1964, pp. 324-333.
- Halliday, M.A.K., et alii, The Linguistic Sciences and Language Teaching. London: Longman, 1970.
- Hasegawa, Kinsuke, "The Passive Construction in English", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 44, nº 2 (part 1), (1968), pp. 230-243.
- Hays, David G., "Dependency Theory: A Formalism and some Observations", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 40, nº 1, (1964), pp. 511-525.
- Hjelmslev, Louis, Prolégomènes à une Théorie du Langage, traduit du Danois par Una Canger. Paris: Minuit, (1943) 1971.
- , "La Stratification du Langage", Essais Linguistiques. Paris: Minuit, 1971, pp. 43-76.
- Hockett, Charles F., A Course in Modern Linguistics, 12th ed. Toronto: Macmillan, 1967a.

\_\_\_\_\_, Language, Mathematics, and Linguistics. The Hague: Mouton, 1967b.

Huddleston, R., and O. Uren, "Declarative, Interrogative and Imperative in French", Lingua. Amsterdam: North-Holland, vol. 22, nº 1, (1969), pp. 1-26.

Ingram, David, "Transitivity in Child Language", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 47, nº 4, (1971), pp. 888-910.

Jackendoff, Ray S., "On Some Questionable Arguments about Quantifiers and Negation", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, Vol. 47, nº 2, (1971), pp. 282-297.

Jakobson, Roman, "Linguistique et Poétique", Essais de Linguistique Générale, traduit et préfacé par Nicolas Ruwet. Paris: Minuit, 1963, pp. 209-248.

\_\_\_\_\_, "Principes de Phonologie Historique", Selected Writings - I. The Hague: Mouton, 1971a, pp. 202-220.

\_\_\_\_\_, "Parts and Wholes in Language", Selected Writings - II. The Hague: Mouton, 1971b, pp. 280-284.

Jespersen, Otto, The Philosophy of Grammar, sixth impression. London: Unwin Brothers, (1924) 1951.

Karttunen, Lauri, "Implicative Verbs", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 47, nº 2, (1971), pp. 340-358.

Kato, Mary Aizawa, "Transitividade Verbal e Decomposição Lexical", Revista Brasileira de Linguística. Petrópolis: Vozes, vol. 3, nº 1 (1976), pp. 3-21.

Kiparsky, Paul, and Carol Kiparsky, "Fact", Semantics, edited by Danny D. Steinberg and Leon A. Jakobovits. Cambridge: Cambridge University Press, (1971) 1975, pp. 345-369.

Klima, Edward S., "Negation in English", The Structure of Language, edited by Jerry A. Fodor and Jerrold J. Katz. New Jersey: Prentice-Hall, 1964, pp. 246-323.

Koutsoudas, Andreas, "The Strict Order Fallacy", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 48, no 1, (1972), pp. 88-96.

Kuroda, S.-Y., "Remarks on Selectional Restrictions and Presuppositions", Studies in Syntax and Semantics, edited by F. Kiefer. Dordrecht: D. Reidel, 1969, pp. 138-167.

Labov, William, "The Study of Language in its Social Context", Advances in the Sociology of Language, edited by Joshua A. Fishman. The Hague: Mouton, 1971, pp. 152-216.

Lakoff, George, "On Generative Semantics", Semantics, edited by Danny D. Steinberg and Leon A. Jakobovits. Cambridge: Cambridge University Press, (1971) 1975, pp. 232-296.

Lakoff, Robin, "A Syntactic Argument for Negative Transportation", Papers from the 5th Regional Meeting. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1969, pp. 140-147.

\_\_\_\_\_, "Tense and its Relation to Participants", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 46, no 4, (1970), pp. 838-849.

\_\_\_\_\_, "Language in Context", Language, Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 48, no 4, (1972), pp. 907-927.

Lashley, K.S., "The Problem of Serial Order in Behavior", Psycholinguistics, edited by Sol Saporta. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1961, pp. 180-198.

Lenneberg, Eric H., Biological Foundations of Language. New York: Wiley, 1967.

Lightfoot, D., "Presuppositions dans la Grammaire Transformationnelle", Lingua. Amsterdam: North-Holland, vol. 31, nº 2/3, (1973), pp. 177-200.

Lockwood, David G., Introduction to Straticational Linguistics. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

Longacre, Robert E., "Hierarchy in Language", Method and Theory in Linguistics, edited by Paul L. Garvin. The Hague: Mouton, 1970, pp. 173-195.

López, Gilberto A. Gutiérrez, Estructura de Lenguaje Y Conocimiento. Madrid: Fragua, 1975.

Lyons, John, Structural Semantics. Oxford: Blackwell, 1972.

Marote, João Teodoro d'Olim, Análise Contrastiva do Constituinte "Auxiliar" em Português e Francês e suas Decorrências Pedagógicas. São Paulo: ed. mimeografada, 1972.

Martin, John W., "Concordância", Revista Brasileira de Linguística. Petrópolis: Vozes, nº 2, (1975), pp. 3-8.

Mattos, Geraldo, "Fundamentos de Prática de Ensino", Construtura. São Paulo: FTD, nº 1, nº 3, (1973), pp. 207-256.

—————, L'Importance des Comportements Intrapersonnels et Interpersonnels pour l'Etablissement d'une Théorie Sémiotique, communication présentée au Premier Congrès International de Sémiotique. Milan: inédit, 1974. (Atas no prelo da Mouton.)

—————, Visão Linguística do Conhecimento. São Paulo: SBPL, 1975a.

\_\_\_\_\_, "Processo e Produto das Relações Linguísticas", Construtura. Curitiba: UCP, ano 3, nº 1, (1975b), pp. 53-71.

\_\_\_\_\_, "Critérios Formais de Análise do Signo Linguístico", Revista Brasileira de Linguística Petrópolis: Vozes, vol. 3, nº 1, (1976), pp. 59-76.

\_\_\_\_\_, Curso de Linguística Matemática São Paulo: Difel, 1977.

**Mattos, Geraldo**, e Eurico Back, Prática de Ensino de Língua Portuguesa, São Paulo: FTD, 1974.

Meillet, A., et J. Vendryès, Traité de Grammaire Comparée des Langues Classiques, nouveau tirage revu. Paris: H. Champion, 1953.

Miller, Wick R., and Susan M. Ervin, "The Development of Grammar in Child Language", Child Language - A Book of Readings, edited by Aaron Bar-Adon and Werner F. Leopold. New Jersey: Prentice-Hall, 1971, pp. 322-339.

Morris, Charles, "Signs, Language, and Behavior", Writings on the General Theory of Signs. The Hague: Mouton, (first published in 1946) 1971.

Nida, Eugene A., Toward a Science of Translating. Leiden: E. J. Brill, 1964.

Olmsted, D. L., Out of the Mouth of Babies. The Hague: Mouton, 1971.

Pais, Cidmar Teodoro, Ensaio Semiótico-Linguístico. Petrópolis: Vozes, 1977.

Peizer, David B., and David L. Olmsted, "Modules of Grammar Acquisition", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 45, nº 1, (1969), pp. 60-96.



- Pelc, Jerzy, Studies in Functional Logical Semiotics of Natural Language. The Hague: Mouton, 1971.
- Perini, Mário A., A Gramática Gerativa - Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa. Belo Horizonte: Vigília, 1976.
- Peterfalvi, Jean-Michel, Introduction à la Psycholinguistique. Paris: P.U.F., 1970.
- Pike, Kenneth L., Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior. The Hague: Mouton, 1971.
- Pontes, Eunice, Estrutura do Verbo no Português Coloquial. Petrópolis: Vozes, 1972.
- , Verbos Auxiliares em Português. Petrópolis: Vozes, 1973.
- Pottier, Bernard, Presentación de la Lingüística, segunda edición, traducción de Antonio Quilis. Madrid: Alcalá, (1967) 1972.
- Prieto, Luis J., Messages et Signaux. Paris: P.U.F., 1972.
- Rivero, María-Luisa, "A Surface Structure Constraint on Negation in Spanish", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 46, nº 3, (1970), pp. 640-666.
- Ruwet, Nicolas, Introduction à la Grammaire Générative. Paris: Plon, 1967.
- Santos, Ludoviko C., A Estrutura Profunda da Declaração. Curitiba: inédito, 1977.
- Saussure, Ferdinand de, Cours de Linguistique Générale, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye, quatrième édition. Paris: Payot, (1916) 1949.

Shipley, Elizabeth F., Carlota S. Smith and Lila R. Gleitman, "A Study in the Acquisition of Language", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 45, n° 2 (part 1), (1969), pp. 322-342.

Smith, Steven B., "Relations of Inclusion", Language. Baltimore: The Linguistic Society of America, vol. 48, n° 2, (1972), pp. 276-284.

Slama-Cazacu, Tatiana, La Psycholinguistique. Paris: Klincksieck, 1969.

Tesnière, Lucien, Éléments de Syntaxe Structurale, deuxième édition. Paris: Klincksieck, 1969.

Vandamme, Fernand J., Simulation of Natural Language. The Hague: Mouton, 1972.

Wall, Robert, Introduction to Mathematical Linguistics. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

Weinreich, Uriel, "Explorations in Semantic Theory", Current Trends in Linguistics 3. The Hague: Mouton, 1970, pp. 395-477.

Wells, Rulon S., "Immediate Constituents", Readings in Linguistics I, fourth edition, edited by Martin Joos, Chicago: The University of Chicago Press, 1971, pp. 186-207.

Zierer, Ernesto, Formal Logic and Linguistics. The Hague: Mouton, 1972.

## Errata.

Página	Linha:	Lê-se:	Leia-se:
6	4	explêndido	esplêndido
13	7	antropologia	Antropologia
13	7	filosofia	Filosofia
25	15	ao mesmo tempo que	ao mesmo tempo em que
35	36	conseq <del>u</del> ên	conseq <del>u</del> ên
40	30	objetivo	propósito
45	29	líguas	línguas
69	1	enício	início
75	23	Ele	Ela
78	37	emoregar	empregar
107	26	guardar	Guardar
171	7	tornam	tornam insituacionáveis.
172	24	funçãõ	função
179	17	prepositivos	prepositivos
183	15	mênica	mêmica
185	32/33	idé-ias	idéi-as
187	3	vale	valente
187	29	ínicio	início
191	22	faça	faca
193	15/16	do-it	doit
195	23	thar	that
196	26	aconte	acontece
199	9/10	thou-ght	thought
202	13	Bloonfield	Bloomfield
205	1	qué	que
218	6	Mc <u>u</u>	Mouton
218	18	Ling <del>u</del> ístique	Linguistique